



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

DEUZIMAR DA SILVA DANTAS

**OS SIGNIFICADOS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA: O CASO DA REDE CEARENSE
DE SOCIOECONOMIA SOLIDÁRIA**

Fortaleza

2013

DEUZIMAR DA SILVA DANTAS

**OS SIGNIFICADOS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA: O CASO DA REDE CEARENSE
DE SOCIOECONOMIA SOLIDÁRIA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do Título de Mestre em Sociologia. Área de concentração: Sociologia.

Orientador: Prof. Dr. Antonio George Lopes Paulino.

Fortaleza

2013

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca de Ciências Humanas

-
- D192s Dantas, Deuzimar da Silva.
Os significados da economia solidária: o caso da rede cearense de socioeconomia solidária / Deuzimar da Silva Dantas. – 2013.
105 f. : il. color., enc. ; 30 cm.
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Fortaleza, 2013.
Área de Concentração: Sociologia.
Orientação: Prof. Dr. Antonio George Lopes Paulino.
1.Economia social. 2. Política. 3. Economia. I. Título.

CDD 334.7

DEUZIMAR DA SILVA DANTAS

**OS SIGNIFICADOS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA: O CASO DA REDE CEARENSE
DE SOCIOECONOMIA SOLIDÁRIA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do Título de Mestre em Sociologia.
Área de concentração: Sociologia.

APROVADA EM: ___/___/___.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Antonio George Lopes Paulino (Orientador)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof.^a. Dr.^a. Geísa Mattos de Araújo Lima
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. João Bosco Feitosa dos Santos
Universidade Estadual do Ceará (UECE)

Aos meus pais, José Francisco e Maria
Deuzinete.

Aos meus filhos, Christian e Eduardo.

À minha esposa, Cristiana.

AGRADECIMENTOS

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPQ, pelo apoio financeiro para a realização deste trabalho.

Ao Prof. Dr. Antonio George Lopes Paulino, pela ótima orientação, pela compreensão, e por todo o apoio durante o período em que fui seu orientando.

Aos professores João Bosco Feitosa dos Santos e Geísa Mattos de Araújo Lima, por aceitarem participar da banca examinadora e pelas valiosas sugestões.

A todos os interlocutores da pesquisa, participantes da Rede Cearense de Socioeconomia Solidária e de outras instituições ligadas ao movimento de economia solidária no Ceará, pela disponibilidade de participar das entrevistas e por todo o apoio durante o trabalho de campo.

Aos meus professores, professoras e colegas da turma de mestrado, pelo aprendizado, críticas e sugestões, que foram fundamentais para a feitura desta dissertação.

A situação é catastrófica, mas não é grave.

A única questão verdadeira hoje é: o capitalismo global contém antagonismos suficientemente fortes para impedir sua reprodução indefinida? Existem, penso eu, quatro desses antagonismos: a ameaça iminente de uma catástrofe *ecológica*, o caráter inapropriado da *propriedade privada* para designar a chamada “propriedade intelectual”, as implicações socioéticas dos novos desenvolvimentos tecnocientíficos (especialmente na biogenética) e, por último, mas não menos importante, as *novas formas de apartheid*, os novos muros e favelas (...).

(Slavoj Žižek)

RESUMO

Esta dissertação focaliza o campo da economia solidária na busca de compreender os significados que esse fenômeno social assume no contexto da Rede Cearense de Socioeconomia Solidária (RCSES). A RCSES é uma das instituições que representam os chamados empreendimentos econômicos solidários no Ceará. Meu objetivo foi entender, especialmente, seu potencial político de gestar novos significados e práticas, capaz de se confrontar com as noções dominantes de política, economia e sociabilidade e com as diversas formas de exclusão e discriminação presentes nas relações sociais no Brasil. Nesse sentido, minha abordagem metodológica é qualitativa e compreensiva, pois, busco perceber o sentido das ações sociais que configuram o movimento de economia solidária no Ceará, sobretudo, a forma como ele é configurado a partir das ações dos sujeitos que integram a RCSES. Preliminarmente, diria que a RCSES gesta uma “política do significado”, pois, tem como foco de discussão pensar formas alternativas de sobrevivência material e de construção de um novo laço social. Por outro lado, há ambiguidades e reprodução de discursos e práticas que restringem uma participação efetiva desses sujeitos nas principais decisões sobre o campo econômico e político.

Palavras-chave: Economia Solidária. Rede Cearense de Socioeconomia Solidária (RCSES). Política do Significado.

ABSTRACT

This research focuses on the field of solidarity economy. It seeks to comprehend the meanings this social phenomenon incorporates within the context of Rede Cearense de Socioeconomia Solidária (RCSES). RCSES is one of the institutions that represent the named solidarity economic businesses in Ceará. The objective was mainly to understand their political potential of creating new meanings and practices which are capable of confronting dominant notions of politics, economy and sociability, as well as the various forms of exclusion and discrimination which are within social relationships in Brazil. In this sense, the methodological approach used is qualitative and understanding because the research looks for noticing the meaning of the social actions that are part of the solidarity economy movement in Ceará. The work tries to understand how the movement is organized taking into account the actions of people who belong to RCSES. First, it is possible to say RCSES creates “the politics of meaning” because it has as focus discuss alternatives ways of thinking about material subsistence, and of building new social bond. On the other hand, there are ambiguities and reproduction of discourses and practices in the movement that restrain an effective participation of people in the main decisions about economic and political issues.

Keywords: Solidarity Economy. Rede Cearense de Socioeconomia Solidária (RCSES). The Politics of Meaning.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	11
2	PERCURSO TEÓRICO-METODOLÓGICO.....	26
2.1	“Negociações”, conexões, aproximações e distanciamentos com o campo de pesquisa.....	26
2.2	Economia solidária: um objeto de estudo sociológico e antropológico.....	30
3	SISTEMA ECONÔMICO CAPITALISTA: PRINCIPAIS PARADIGMAS.....	38
3.1	Mercado econômico capitalista: uma instituição sócio-histórica.....	38
3.2	A Reestruturação produtiva e o surgimento da economia solidária.....	48
4	OUTRO MODO DE PRODUZIR E VIVER É POSSÍVEL?.....	59
4.1	A necessária reflexão sobre os laços sociais possíveis no interior das sociedades capitalistas ocidentais.....	68
4.2	O fenômeno da economia solidária: desafios e possibilidades.....	78
5	O CULTURAL E O POLÍTICO NA EXPERIÊNCIA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA CONSTITUÍDA NO ÂMBITO DA RCSES.....	84
5.1	Um paradoxo central nas sociedades capitalistas ocidentais.....	84
5.2	Construindo significados no campo econômico: é possível a dádiva entre os modernos?.....	88
5.3	Construindo significados no campo social: a dimensão política da economia solidária.....	93
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	96
	REFERÊNCIAS.....	101

1 INTRODUÇÃO

Embora os sujeitos possam ter interpretações divergentes sobre a chamada economia solidária, há uma interpretação que é predominante, sobretudo, entre aqueles que ocupam posição de liderança em instituições da sociedade civil e do poder público, que lidam diretamente com a temática da economia solidária. Entre essas instituições, em nível nacional estão a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), o Conselho Nacional de Economia Solidária (CNES), o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) e no âmbito do estado do Ceará, a Rede Cearense de Socioeconomia Solidária (RCSES). Essas instituições, excetuando a RCSES, foram criadas no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego com a publicação da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003 e instituídas pelo Decreto nº 4.764, de 24 de junho de 2003.

Esta dissertação resulta de uma pesquisa que tem como objeto a compreensão dos significados sobre a chamada economia solidária, construídos pelos sujeitos que são membros da RCSES. E atenta também para as possíveis consequências políticas e sociais originadas a partir da atuação prática desses sujeitos no âmbito da sociedade.

Em relação aos sujeitos da pesquisa, eles são oriundos de contextos sociais diversos, sendo a participação como membro da RCSES o fator que liga suas vidas em torno de objetivos, princípios e valores comuns. Participam de um movimento configurado em um campo social específico, o campo econômico. Porém, o motivo que foi determinante para que os mesmos ingressassem na RCSES e, conseqüentemente, tomassem conhecimento da lógica inerente à economia solidária, nem sempre está relacionado a uma dimensão estritamente econômica.

Segundo dados da própria entidade, a RCSES tem em torno de 160 membros. A maioria desses membros são mulheres e isso fica explícito na pesquisa, pois, das pessoas com as quais mantive algum tipo de interlocução durante o trabalho de campo - seja através de entrevistas abertas e fechadas, conversas formais e informais, reuniões ordinárias e extraordinárias, momentos formativos ou feiras de comercialização - apenas algumas eram do gênero masculino.

Uma das minhas interlocutoras pediu para não ser identificada no texto da dissertação, portanto, será atribuída a mesma e a instituição a qual pertence os respectivos nomes fictícios: Interlocutora A, Grupo B. A seguir, apresento os demais sujeitos da pesquisa.

Andréia Pessoa é produtora, representante do estado do Ceará junto ao FBES e membro da comissão gestora da Rede Bodega¹. Andréia é a única interlocutora que não participa diretamente da RCSES, estando sua atuação localizada na cidade de Aracati e municípios vizinhos, onde desempenha um papel de liderança junto aos grupos produtivos locais.

Eliane Moreira é produtora e coordenadora da RCSES. Realizou sua inserção na economia solidária pela via das pastorais sociais da Igreja Católica no bairro Antônio Bezerra, em Fortaleza. Participa atualmente do grupo produtivo Ateliê Multiartes², que é um dos grupos integrantes da coordenação da RCSES. Portanto, Eliane exerce tanto um papel de produtora de artigos de artesanato, bem como de coordenadora da RCSES. É católica e tem o Ensino Médio concluído.

Maria das Graças é produtora e agente formadora no campo da economia solidária. Faz parte do grupo produtivo Associação Passo Firme, do bairro Genibaú, em Fortaleza. Sua inserção na economia solidária deu-se através das pastorais sociais da Igreja Católica. Concluiu o Ensino Médio em 2005, fato que considera o maior orgulho da sua vida.

Ivia é artesã e membro do Movimento do Artesanato Consciente (Associação dos Artesãos do Ceará)³. Participa da RCSES na busca de espaços de comercialização e com o objetivo de discutir a questão do trabalho autônomo e da autogestão.

¹ Segundo Camila Queiroz, da ONG Adital, em artigo intitulado “No Ceará, Rede Bodega articula empreendimentos da Economia Solidária”, publicado na página da instituição em 17 de maio de 2011, a Rede Bodega visa: “[...]. Facilitar o escoamento da produção de empreendimentos solidários, organizados de maneira horizontal, e autogerir os fundos solidários destinados a impulsionar as iniciativas. Com estes objetivos, a Rede Bodega, pensada pela Cáritas Ceará junto às famílias empreendedoras, surgiu em 2004 no estado. Quatro bodegas se espalharam pelo estado, disseminando uma forma coletiva de gerar renda e sustentabilidade: Bodega do Povo, em Tianguá; Bodega Arcos, em Sobral; Bodegama, em Fortaleza e Bodega Nordeste Vivo e Solidário, em Aracati e em Beberibe, na Prainha do Canto Verde. [...]”.

² Em artigo publicado em 23 de março de 2011, intitulado “Histórico Ateliê Multiartes”, lemos a seguinte narrativa sobre a criação deste grupo produtivo: “[...]. O Ateliê Multiartes foi criado no dia 15 de janeiro de 2006, após uma oficina realizada no Centro Comunitário do Conjunto São Francisco localizado no Bairro de Antônio Bezerra, em Fortaleza – CE. Desta oficina foram selecionadas 5 (cinco) mulheres que trabalham juntas com o mesmo objetivo de auto se sustentar. A partir de então foi formado um grupo que passou a produzir bolsas e sandálias havaianas customizadas, E.V.A e pet, bijuterias, chaveiros, arranjos florais, desenvolvendo assim uma série de ações com feiras nos bairros e praças públicas junto com outros empreendimentos, engajamento da Rede Cearense de Economia Solidária (RCES) e na rede nacional, além de fóruns e encontros sobre o tema. Ao longo desses cinco anos o grupo deparou-se com diversas dificuldades, mas tem se mantido até os dias de hoje. Ampliando as oportunidades de trabalho com foco no bem-estar do ser humano, substituindo velhas práticas de competição pelas cooperativas, combatendo assim a exclusão social, considerando o respeito ao meio ambiente. Participam do grupo MULTIARTES somente mulheres, a produção do grupo é artesanato, produtos de material recicláveis e garrafas pet, o grupo ainda funciona informalmente e a produção é realizada na casa dos integrantes”. Ver ATELIÊ MULTIARTES. “Histórico Ateliê Multiartes”. Disponível em: <<http://atelimultiartes.blogspot.com.br/>>. Acesso em: 10/12/2011.

³ No *website* da Associação Movimento do Artesanato Consciente, temos um texto, publicado em 25 de maio de 2010, que traz uma síntese sobre a criação desta associação: “[...] é fruto do diálogo entre artesãos e artesãs da

Dona Cilene é produtora e coordenadora da RCSES. É moradora do bairro Dendê na cidade de Fortaleza e participa do movimento de economia solidária desde a fundação da RCSES no ano 2000. É membro da Associação Dendêsol⁴, grupo que atua na produção de confecção, artesanato e alimentação. A Associação Dendêsol foi inicialmente incubada pela Cáritas Arquidiocesana de Fortaleza⁵ e atualmente é um dos grupos integrantes da coordenação da RCSES.

Isabel Forte é formada em Ciências da Religião e trabalha como Técnica em Educação na Cáritas Arquidiocesana de Fortaleza. É coordenadora e uma das principais lideranças da RCSES.

Reginaldo Figueiredo é Arte Educador, coordenador da RCSES e um dos fundadores do espaço cultural Templo da Poesia. Atua em diversos movimentos sociais, entre eles: o Movimento Popular Escambo Livre de Rua.

Dos interlocutores citados acima, apenas Isabel Forte, Interlocutora A e Reginaldo Figueiredo não foram entrevistados. As falas dos interlocutores com os quais não realizei

cidade de Fortaleza, no Ceará. [...]. Seus principais objetivos, decididos em uma reunião que ocorreu no dia 4 de março de 2009, no Centro Cultural Dragão do Mar, são: ser um movimento capaz de apresentar à sociedade um artesanato de qualidade com autogestão e cooperação, uma consciência política, uma parceria com entidades de apoio – ONGs e poder público, de forma a mostrar à população a importância da cultura local e do artesanato cearense. ” A associação foi registrada formalmente no dia 28 de maio de 2009. Ver ASSOCIAÇÃO MOVIMENTO DO ARTESANATO CONSCIENTE. Disponível em: <<https://marcons.wordpress.com>>. Acesso em: 05/03/2012.

⁴ Segundo Citó “A Dendêsol, [...] é composta predominantemente de mulheres, localizada na Comunidade do Dendê, no Bairro Edson Queiroz, em Fortaleza - CE, contando com um número em torno de 20 associados que trabalham na produção de artesanato e alimentação. É um grupo solidário, cuja experiência teve início no ano de 2000 e está formalizada como associação, onde cada participante faz suas atividades, não necessariamente em conjunto, porém mantém reuniões semanais, todas as segundas-feiras, para discussão e avaliação de suas atividades; tem a prática de participar assídua e efetivamente da RCSES, em suas reuniões mensais e nas outras atividades propostas e organizadas pela rede. Sobre apoio externo, recebe apoio constante do Instituto Florestan Fernandes, desde a sua fundação como grupo e mantém contato direto com deputado federal que integra a frente parlamentar nacional de economia solidária, antigo morador da comunidade. O grupo é bem articulado no movimento, sendo sempre informado dos acontecimentos de economia solidária. Seus componentes participam de cursos e eventos em Fortaleza, já participaram de eventos em outros estados e até fora do país. Comercializam sua produção em feiras na comunidade, todas as sextas-feiras e sábados, em um espaço conquistado pelo grupo, junto ao Fórum Clóvis Beviláqua, no próprio bairro, comercializam também na lojinha da Rede Solidária Estrela de Iracema, em feiras e eventos de economia solidária realizados em Fortaleza, inclusive em outros eventos realizados no Centro de Convenções que fica localizado também no bairro”. (CITÓ, 2011, p. 159).

⁵ A Cáritas Arquidiocesana de Fortaleza, publicou no seu *website* um pequeno texto intitulado “Cáritas Arquidiocesana”, no qual define-se como: “[...] um organismo da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, integra a rede Cáritas Brasileira com sede em Brasília”. Neste mesmo texto, estabelece como seus principais objetivos: “[...]. Promover e animar o serviço de solidariedade ecumênica libertadora, participar da defesa da vida, da organização popular e da construção de um projeto de sociedade a partir dos excluídos e excluídas, contribuindo para a conquista da cidadania plena para todas as pessoas a caminho do Reino de Deus”. VER CÁRITAS ARQUIDIOCESANA DE FORTALEZA. “Cáritas Arquidiocesana”. Disponível em:<<http://www.arquidiocesedefortaleza.org.br/arquidiocese/organismos/caritas-arquidiocesana-de-fortaleza/>>. Acesso em: 03/02/2013.

entrevistas abertas ou fechadas foram anotadas em um diário de campo ou gravadas com autorização dos mesmos, durante as reuniões ordinárias e extraordinárias, das quais participei na sede da RCSES⁶. Também colhi informações e falas, que foram de fundamental importância para a análise do meu objeto de pesquisa, em outros momentos e espaços formativos, como nas oficinas, reuniões de grupos de trabalho, reuniões diagnósticas, feiras de comercialização, etc.

Outros sujeitos da pesquisa, tais como, Francisca Oliveira (grupo produtivo Unidas), Luciana Rodrigues (Agência de Informação Frei Tito para América Latina - ADITAL⁷), Cristina (ONG Visão Mundial⁸), Francisca Maria (Fraternidade Companheiros de Emaús⁹), Gemma Galgani (grupo produtivo Ateliê Multiartes), que participam do movimento de economia solidária a partir de diferentes instituições e perspectivas de ação, que estiveram presentes em eventos que acompanhei diretamente, fazendo anotações ou coletando dados, são interlocutores que aparecem menos durante o texto dissertativo, mas suas percepções sobre o movimento de economia solidária ou, especificamente, sobre a RCSES, também foram fundamentais para a conclusão deste trabalho acadêmico.

⁶ As reuniões mensais da RCSES acontecem em uma das salas da Faculdade Católica do Ceará, localizada na Av. Duque de Caxias, 101 - Centro - Fortaleza - CE.

⁷ Na página da ONG ADITAL na internet, encontramos uma pequena narrativa sobre o seu contexto de fundação: “[...]. Em dezembro de 1999, três entidades italianas (Fundação ‘Rispetto e Parità’, a Agência de Notícias ‘Adista’, a Rede ‘Radiè Resch’) apresentaram ao Frei Betto a proposta de organizar uma agência de notícias que divulgasse para o mundo a vida e os processos sociais da América Latina e do Caribe. Em 2000, uma equipe começou a estruturar a ADITAL, na cidade de Fortaleza, no nordeste brasileiro. A produção de notícias da ADITAL destina-se aos jornalistas da mídia mundial (escrita, radial, televisiva, online) e a todos os setores da sociedade civil no mundo”. Ver ADITAL. “Quem Somos”. Disponível em: <<http://site.adital.com.br/site/conteudo.php?lang=PT&ref=quemsomos>>. Acesso em: 20/03/2013.

⁸ A seguir um texto que conta um pouco da história dessa instituição: “[...]. Em 1947, o norte-americano Robert Pierce, pastor e correspondente de guerra, ao visitar um orfanato na ilha Xiamen (Estreito de Formosa – Taiwan), se sensibilizou com a situação de White Jade, uma criança órfã da guerra. A professora alemã Tena Hoelkedoer, incapaz de cuidar da menina sozinha, pediu ajuda a Pierce, pois o orfanato não tinha condições de prover alimento para mais órfãos. Bob Pierce, como era conhecido, deu à professora seus últimos cinco dólares e fez um trato com ela: todos os meses enviaria a mesma quantia para ajudá-la a cuidar de Jade. É nessa promessa que está a causa da Visão Mundial, fundada por Bob Pierce, três anos depois, em 22 de setembro de 1950. Após a guerra da Coreia, Pierce teve a ideia de ajudar os milhares de órfãos através de doações mensais. Também na Coreia, em 1954, o primeiro escritório de campo da Visão Mundial foi fundado. Nas décadas seguintes, a Visão Mundial expandiu seu trabalho pela Ásia, América Latina, África e Leste Europeu. Nos anos 1970, ao perceber que o apadrinhamento tradicional não atacava as causas da pobreza, a Visão Mundial implantou o modelo de desenvolvimento comunitário e de assistência humanitária em situações de emergência, que vem sendo constantemente aprimorado até hoje. ” Ver ONG Visão Mundial. “Nossa História”. Disponível em: <<https://visaomundial.org.br/nossa-organiza%C3%A7%C3%A3o/nossa-hist%C3%B3ria>>. Acesso em: 20/03/2013.

⁹ A Fraternidade Companheiros de EMAÚS: “[...], é uma organização social sem fins econômicos e lucrativos, que atua no Estado do Ceará desde 1997, criando e aprimorando um conjunto de ações, procedimentos e produtos para a implementação e desenvolvimento de Programas voltados para a ‘Inclusão Social’ ”. Ver o texto “Os companheiros de EMAÚS”. Disponível em: <<http://socialemausmaracanau.blogspot.com.br/2012/11/programa-jovem-aprendiz-organizacao.html>>. Acesso em: 24 de abril de 2013.

Além da apresentação dos sujeitos da pesquisa, é de fundamental importância, nesta introdução, realizar uma síntese sobre a constituição do conceito de economia solidária ao longo da história; delinear o contexto político-institucional da criação da Rede Cearense de Socioeconomia Solidária; apresentar algumas pistas sobre o modo como os sujeitos e as instituições, em âmbito local e nacional, interpretam o fenômeno da economia solidária; discutir o conceito de moral, a partir de uma abordagem sociológica, entendendo-o como uma chave de leitura para a compreensão do objeto de pesquisa.

Segundo Gaiger e Laville (2009) o conceito de economia solidária é utilizado em diferentes continentes, com variados significados, que giram em torno da ideia de solidariedade em contraste com o individualismo utilitarista, comportamento econômico característico das sociedades de mercado.

O termo foi cunhado apenas na década de 1990, no final do século XX e início do século XXI, quando houve um processo global de expansão e sedimentação da economia de mercado, marcado por uma constante dissociação entre a esfera do social e os interesses do capital, pelo aumento do desemprego e da miséria.

Na América Latina e no Brasil começavam a surgir diversas propostas que intentavam resistir e construir alternativas aos rumos que o “desenvolvimento” liberal estava tomando, naquele momento, a sociedade civil propunha projetos que pensavam novas formas de organizar a economia, no sentido de priorizar as necessidades humanas em detrimento da lógica acumulativa do capital. Entre essas propostas temos as primeiras cooperativas de produção, que surgiram no Brasil em um momento no qual os trabalhadores e trabalhadoras buscavam manter-se inseridos no mundo do trabalho.

A economia solidária evoca a longa história associativa dos trabalhadores, iniciada no começo do século XIX. Desde então, essa vertente tem cumprido um papel de alargamento da experiência humana, ao manter vigentes outros princípios de produção de bens, de organização do trabalho e de circulação da riqueza, distintos da racionalidade estrita do capital. Embora tenha conhecido reveses e fases de refluxo, essa história exprime a impossibilidade de muitos trabalhadores viverem segundo as oportunidades oferecidas pelo mercado e conforme a sua sociabilidade intrínseca. Manifesta, principalmente, a persistência de sistemas de vida que não seccionam as relações econômicas das relações sociais e não se moldam segundo princípios utilitaristas. (LAVILLE, GAIGER, 2009, p. 162).

Foi da necessidade de organizar politicamente as diversas experiências alinhadas ao que se denominaria economia solidária que estavam sendo criadas no Brasil desde a década de 1980, que surgiram as primeiras entidades ligadas ao tema, a partir da década de 1990. Entre elas, associações, federações, movimentos sociais e redes, iniciando um processo de luta por

políticas públicas, marco jurídico e reconhecimento social desses trabalhadores engajados na melhoria de suas condições de vida, mobilizados em torno da ideia de solidariedade como um valor fundamental para a organização das práticas econômicas.

Nesse contexto de institucionalização da economia solidária, será criado no início dos anos 2000, o Fórum Cearense de Socioeconomia Solidária, que em 2001 passou a se chamar Rede Cearense de Socioeconomia Solidária e atualmente consiste no principal fórum local de discussão política das questões ligadas à temática da economia solidária.

Segundo o histórico elaborado pelo sociólogo Silva Forte (2008), que realizou sua pesquisa de Mestrado em Sociologia com o objetivo de “analisar o trabalho dos chamados agentes de Cáritas para o desenvolvimento de experiências de Economia Popular Solidária (EPS), engendradas pela Cáritas Brasileira, organismo vinculado à CNBB, no estado do Ceará”, a RCSES:

[...] surgiu no ano de 2000 como Fórum Cearense de Socioeconomia Solidária a partir de um conjunto de entidades proponentes de uma outra economia para combater a pobreza. Algumas dessas entidades foram o Banco Palmas, Centro de Estudos, Articulação e Referência sobre Assentamentos Humanos (CEARAH Periferia), Grupo de Apoio às Comunidades Carentes (GACC), Centro de Estudos do Trabalho e de Assessoria ao Trabalhador (CETRA), Deutsche Entwicklungsdienst (DED), Instituto Florestan Fernandes, Obra Kolping Brasil, Associação Vida Brasil/Instituto de Revitalização do Trabalho (IRT) e Cáritas Brasileira Regional Ceará, Arquidiocesana de Fortaleza e Diocesanas. Em fevereiro de 2001, o Fórum Cearense de Socioeconomia Solidária passou a ser denominado de Rede Cearense de Socioeconomia Solidária (RCSES), e como resultado já havia o envolvimento de várias entidades comunitárias, o qual foi motivado pelo I Encontro de Culturas e Socioeconomia Solidária, realizado em 2000, ano em que foi formada a Rede Brasileira de Economia Solidária (RBES). A RCSES é constituída pelas Organizações de Referência (OR), cooperativas, associações, grupos produtivos e pessoas que fazem parte do movimento de economia solidária no Ceará, que é o estado com o segundo maior número de empreendimentos e grupos de economia solidária. [...]. Conta com aproximadamente 18 mil produtores urbanos e rurais e 30 ONG'S e igrejas, que assessoram e estimulam várias experiências de produção direcionadas para a geração de trabalho e renda, no campo e na cidade. [...]. A Rede funciona em caráter autogestionário e conta com os seguintes Grupos de Trabalho (GTs): Ação Política; Articulação; Comercialização e Formação. A RCSES realiza encontros mensais com os seus integrantes, em sistema de “rodízio” entre entidades. [...]. São objetivos da RCSES: estimular e fortalecer as práticas de produção, comercialização e consumo propostas pelo movimento da economia solidária; favorecer as trocas de experiências entre os seus membros; propor e monitorar políticas públicas relacionadas à economia solidária no estado do Ceará. Para atingir seus objetivos, a RCSES é um dos “nós” da Rede Brasileira de Economia Solidária (RBES) e integra o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), mantendo relações com o Estado por meio da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), do governo federal, e da Prefeitura Municipal de Fortaleza. (FORTE, 2008, p. 78).

A RCSES é diretamente ligada ao Fórum Brasileiro de Economia Solidária, instituição que, por sua vez, pertence à estrutura político-administrativa da Secretaria Nacional de Economia Solidária. A RCSES congrega um coletivo de pessoas formado por representantes

dos chamados “empreendimentos produtivos solidários” - que no caso da RCSES consistem em grupos produtivos informais e associações - entidades de apoio e poder público Municipal e Estadual. Desde 2000, a RCSES tem agregado em torno de si, produtores dos mais diferentes ramos de atuação, representantes de Organizações Não Governamentais, fundações, e outras entidades da sociedade civil.

Em relação aos produtores (as), eles (as) são, de um modo geral, moradores de diferentes bairros da cidade de Fortaleza e municípios da Região Metropolitana (RMF), participantes de projetos de geração de emprego e renda a partir dos princípios da economia solidária, organizados por diferentes instituições do poder público e sociedade civil. Pertencem aos mais diversos contextos socioculturais, sobretudo, são oriundos de movimentos sociais de bairros, associações de moradores e de pastorais sociais ligadas à Igreja Católica.

A RCSES tem como principal prática a realização de feiras de comercialização que buscam orientar-se pela noção de solidariedade entre os agentes econômicos e por uma visão de que todos devem ganhar; portanto, partindo de uma ideia de que o jogo econômico não precisa ser necessariamente de “soma zero”, ou seja, tentando distanciar-se da relação social que entende os que lucram mais, em uma dada ação econômica, como aqueles que são mais bem preparados, qualificados, e, portanto, merecedores de uma maior lucratividade. Dessa forma, a RCSES defende concepções, sobre solidariedade e economia, que estão próximas das ideias defendidas pelo Secretário Nacional de Economia Solidária, Paul Singer.

Como diz o nome - Economia Solidária - o que se propõe é a “prática da solidariedade no campo econômico”. Como ela visa a uma sociedade de iguais, a Economia Solidária opõe-se a ideia de que o jogo econômico é inevitavelmente de soma zero. Em vez disso, ela sustenta que a cooperação entre os participantes torna possível que todos ganhem. Esse pressuposto tem comprovação empírica. Quando várias pessoas dividem uma tarefa entre elas, de modo que cada uma encarrega-se de uma parte do trabalho, via de regra produz-se mais com menos esforço do que se cada um produzisse isoladamente, realizando o trabalho por inteiro. (SINGER, 2005, p. 15).

Nesse sentido, durante a realização da pesquisa, percebi que uma das interpretações que mais aparece nos discursos formulados pelas instituições ligadas ao tema no Brasil e pelos sujeitos que integram o chamado movimento de economia solidária no Ceará é a que estabelece uma distinção teórica entre a economia solidária e o sistema econômico capitalista.

É possível perceber esse posicionamento, por exemplo, na definição de economia solidária, elaborada pelos técnicos da Secretária Nacional de Economia Solidária. Para esta instituição a economia solidária consiste em “um jeito diferente de produzir, vender, comprar e

trocar o que é preciso para viver”. A economia solidária é apresentada como “inovadora alternativa de geração de trabalho e renda e uma resposta a inclusão social. ”

São listadas como suas principais características: a cooperação, sustentada numa ideia de propriedade coletiva dos bens e divisão igualitária dos resultados. A autogestão, entendida como a participação autônoma e democrática de todos os sujeitos na gestão e na condução dos seus interesses. A dimensão econômica dos chamados “Empreendimentos Econômicos Solidários¹⁰” é considerada como uma relação entre características estritamente econômicas, eficácia e efetividade, com as dimensões culturais, ambientais e sociais.

Por último, o adjetivo solidariedade é entendido como um compromisso ético e político dos sujeitos, com o seu meio ambiente, com as questões políticas que envolvem o seu contexto de vida mais imediato, a comunidade, a cidade, a região, e o comprometimento com os outros trabalhadores e consumidores. Portanto, segundo a SENAES:

[...] a economia solidária aponta para uma nova lógica de desenvolvimento sustentável com geração de trabalho e distribuição de renda, mediante um crescimento econômico com proteção dos ecossistemas. Seus resultados econômicos, políticos e culturais são compartilhados pelos participantes, sem distinção de gênero, idade e raça. **Implica na reversão da lógica capitalista** ao se opor à exploração do trabalho e dos recursos naturais, considerando o ser humano na sua integralidade como sujeito e finalidade da atividade econômica. (Secretaria Nacional de Economia Solidária, 2012, grifo nosso).

Essa definição proposta pela SENAES reforça a ideia de que a economia solidária é um modo de produção diferenciado em relação ao modo de produção propriamente capitalista. Nesse sentido, duas ideias chaves que identificam e qualificam a economia capitalista, competição e lucro, são colocadas como secundárias no âmbito da economia solidária. O ser humano é colocado como o centro dos interesses que regem esse modo de produzir.

Esse discurso mais global sobre o que é a economia solidária está presente nas falas das lideranças que integram o movimento de economia solidária no Ceará, principalmente, daqueles que estão à frente de diferentes redes, instituições e entidades que lidam com a temática. Segundo Andréia Pessoa, a economia solidária:

[...] é trabalhar desde o espírito seu, é trabalhar desde a sua mente, é trabalhar mesmo o seu corpo, né, porque quando a gente fala em economia a gente visa logo, a questão financeira, né, mas, é mais além do que isso é você tá trabalhando com todo o sistema, né, é voltado pra linha social, voltado pra cultura, voltado pro meio ambiente, e isso tudo interligado um ao outro, não separadamente, mas tudo interligado, é igual a nossa vida, não dá pra eu dizer aqui que eu estou fazendo economia solidária e chegar em

¹⁰ Termo que engloba diversos formatos de organizações diretamente identificadas com a economia solidária, tais como, empresas autogestionárias ou recuperadas (assumidas por trabalhadores); associações comunitárias de produção; redes de produção, comercialização e consumo; grupos informais produtivos de segmentos específicos (mulheres, jovens etc.); clubes de trocas.

casa eu tá utilizando os produtos do capital, ou então fora dos meus princípios, né, que eu coloquei num determinado espaço. (Andréia Pessoa, representante do estado do Ceará no FBES, membro da comissão gestora da Rede Bodega, entrevista concedida em julho de 2011).

Na fala acima, Andréia Pessoa busca enfatizar o caráter social da economia solidária; para isso elabora seu discurso em duas dimensões: na dimensão macro fala sobre uma possível relação intrínseca entre o campo econômico, social, ambiental e cultural, algo que atualmente não é possível dentro da lógica propriamente capitalista. Já na dimensão micro, ou subjetiva, fala sobre princípios, buscando construir uma ponte entre teoria e prática, em que a coerência entre princípios defendidos e práticas realizadas representaria uma espécie de “essência” da economia solidária.

Nesse mesmo sentido, porém, de uma forma mais sintética, Isabel Forte, agente da Cáritas Arquidiocesana de Fortaleza¹¹, ao expor seu entendimento sobre a economia solidária, diz que “[...] o importante não é só vender, percebemos isso como outro modelo de desenvolvimento”. (Diário de Campo, agosto de 2011).

A partir das falas dessas lideranças, percebe-se que a economia capitalista é o principal contraponto teórico para aqueles que formulam discursos ou conceitos sobre a economia solidária. Porém, enfatizo, que meu objetivo na presente pesquisa não é realizar uma análise do discurso no campo da economia solidária. No entanto, faz-se necessário um entendimento mínimo sobre o conceito de *discurso*, na medida em que as interpretações das lideranças e/ou dos produtores (as) membros da RCSES, bem como de outras lideranças do movimento de economia solidária no Ceará, não são desvinculadas dos interesses que motivam ou orientam a atuação desses diferentes sujeitos, pois, representam na prática uma luta pela definição legítima desse fenômeno. Assim, concordo com Orlandi:

[...]. Movimento dos sentidos, errância dos sujeitos, lugares provisórios de conjugação e dispersão, de unidade e de diversidade, de indistinção, de incerteza, de trajetos, de ancoragem e de vestígios: isto é discurso, isto é ritual da palavra. Mesmo o das que não se dizem. (ORLANDI, 2002, p. 10).

Portanto, uma das interpretações que tem muita força no cenário nacional, e que também aparece no contexto local, consiste nessa distinção entre economia solidária e economia capitalista que venho apresentando ao longo do texto. Distinção realizada, sobretudo, no plano dos valores, logo, da moral.

¹¹ Para Silva Forte “[...]. Os agentes de Cáritas, como se autodenominam, são profissionais da Igreja Católica que desenvolvem as atividades de formação e de assistência junto aos pobres contemporâneos, prestando assessoria técnica aos grupos de produção solidária para o desenvolvimento de projetos diversos”. (FORTE, 2008, p. 82).

Considero que o pensador francês Émile Durkheim traz elementos teóricos importantes para pensarmos sociologicamente, tanto o conceito de moral, bem como a questão do sentido, predominantemente ético, da interpretação presente nos discursos dos sujeitos sobre as diferenças entre economia solidária e economia capitalista.

Na RCSES, existem indivíduos que defendem que os “empreendedores solidários” devem ser cautelosos e vigilantes em relação as suas ações. Defendem que devem agir na vida e no mercado segundo preceitos éticos e segundo os valores da solidariedade e autogestão, se contrapondo a todas as posturas e pensamentos que podem ser considerados capitalísticos. A tensão moral se configuraria entre os valores capitalísticos e os valores da economia solidária:

Nossa intenção é que a criança e o adolescente comecem a conhecer a economia solidária. Se o jovem não souber sobre a economia solidária ele acaba passando a conhecer apenas a economia capitalista. (Cristina, ONG Visão Mundial); A feira é o momento de colocar na prática nosso discurso todo. [...]. As pessoas não devem pensar somente em vender, devem divulgar a comunidade e a economia solidária. (Dona Cilene, Associação Dendêsol); A economia solidária deve ser vista não apenas teoricamente, mas também na nossa vida. (Interlocutora A, Grupo B). (Diário de Campo, agosto de 2011).

Para Durkheim (2008), a moral é mutável, ela não é estática. Essa é uma boa chave de leitura para entendermos porque esses indivíduos defendem uma postura comunitária e solidária, num campo tão impessoal como é a esfera econômica. Entendo que no interior de uma sociedade complexa como a brasileira, onde temos uma realidade social e econômica tão desigual, é natural que tenhamos regimes de moralidade tão díspares.

A economia solidária enfatiza a dignidade da pessoa humana, defende uma relação mais próxima entre economia e sociedade. Defende uma “moral da alteridade”, da solidariedade, do amor ao próximo. A moral que se contrapõe a ela é aquela que diz “amigos, amigos, negócios a parte”.

Segundo Durkheim (2008, p.96), “[...], mas, se há um fato que a história colocou acima de qualquer questionamento é que a moral de cada povo é diretamente relacionada com sua estrutura social”. Portanto, nos diz que um determinado regime moral expressa à estrutura social de uma dada sociedade.

Essa moral da economia solidária, propõe formas de resistências e estratégias de sobrevivência diante da estrutura social posta, produtora de exclusões, provocadas pela lógica econômica dominante, ou seja, diante do modo de produção capitalista, governado pela lógica da acumulação. Segundo Durkheim o fato moral consiste em:

[...] um sistema de regras que predeterminam a conduta. Elas dizem como devemos agir em cada situação; e agir bem é obedecer bem. [...] se observamos a moral tal como ela existe, veremos que ela consiste em uma infinidade de regras especiais, precisas e definidas, que fixam a conduta dos homens nas diversas situações que se apresentam cotidianamente. (DURKHEIM, 2008, p. 39).

Como visto na citação acima, Durkheim é um teórico que se preocupa com a questão do laço social, ver a moral como uma parte da estrutura social que têm o poder de manter os indivíduos interagindo entre si, colaborando para realização dos objetivos da sociedade a partir do compartilhamento de uma série de preceitos morais comuns. Por isso, pensa a ordem social como sendo o curso mais desejável de vida humana, está preocupado, pois, com processos de permanências; pensa numa “consciência coletiva” que atuaria como uma referência para as condutas individuais.

A visão moral predominante na RCSES também está voltada para o laço social. Deseja forjar indivíduos “novos”, que se contraponham a lógica capitalista, para isso, pretende adentrar nas escolas, e reflete sobre qual o melhor caminho. Essa visão é contestadora do conjunto de valores que predominam na sociedade capitalista. São valores que buscam influenciar a esfera econômica, esfera não moral por excelência. Nesse sentido, é um regime moral que tenciona com os valores capitalistas (livre mercado/consumo/competição/acumulação).

Durkheim postula que o social forja o indivíduo moral, sua preocupação é com a sustentação da noção de sociedade, com a integração dos indivíduos no todo. A sociedade empresta o significado à existência do homem, por isso sua preocupação com as permanências, sua preocupação com os estados de anomia:

Essa parte é justamente aquilo que a sociedade desenvolveu. Pois, o que seria do Homem sem a sociedade? Se não houvesse sociedade, o Homem não seria humano. Na verdade, não podemos saber o que seria do Homem sem a sociedade. Agora veem como podemos desejar a sociedade mesmo que ela nos dê ordens, pois querê-la é querer-nos, negá-la seria negar-nos: nossa sorte está ligada à sua. (DURKHEIM, 2008, p.72).

Apesar de Durkheim está mais preocupado com a questão da integração social como um fator positivo para a sociedade, o autor nos permite pensar no conflito entre processos morais, em processos de mudança nos sistemas de regras que orientam o convívio social:

Como a máquina social é uma máquina muito pesada, ela não evolui sempre de acordo com nossos desejos. A sociedade, tal qual ela é, aparece como um obstáculo para aquelas almas ardentes, plenas de um ideal. Nada mais humano que querer superar esse obstáculo. É assim que, sob a influência de sentimentos generosos, chega-se à

conclusão de que a sociedade atual é um inimigo que deve ser vencido e do qual é preciso desfazer-se a qualquer preço. (DURKHEIM, 2008, p. 74).

Dessa forma, existe um discurso observado durante a realização da pesquisa, de que a economia solidária é fundamentada por valores que negam os valores propagados pela ordem social capitalista. Nesse sentido, faz-se necessário compreender as principais características do mercado capitalista, para um melhor entendimento do próprio discurso sobre a economia solidária e para uma análise crítica desse discurso diante do modo como efetivamente os sujeitos constroem suas ações e vivenciam as características e os valores ligados ao campo da economia solidária.

Portanto, a problemática que perpassou toda a feitura desta dissertação consistiu numa tentativa de compreender essa experiência social específica, do seu ponto de vista moral, cultural¹² e político, ou seja, entender quais significados¹³ estão em processo de construção pelos sujeitos participantes dessa experiência de economia solidária, no tocante ao campo econômico e social.

Esta tentativa de entender os significados da economia solidária, no caso específico da RCSES, está inclusa numa discussão mais ampla sobre as diversas experiências sociais, existentes em diferentes países, que buscam construir alternativas ao modelo dominante de organização da sociedade, especialmente, no tocante ao sistema econômico (modelo capitalista liberal) e às suas formas de sociabilidade.

Antropólogos, sociólogos, economistas, historiadores e autores dos mais variados campos de pensamento, asseguram que desde o surgimento e cristalização do capitalismo no mundo ocidental, ocorre uma intensa dissociação entre a esfera econômica e a esfera social, ou seja, cada vez mais a organização da produção da vida material, está dissociada da organização da vida social e espiritual.

No mundo moderno este fenômeno é visto como um grande paradoxo, já que cada vez mais, o homem moderno necessita de uma inclusão formal no mundo do trabalho, na esfera formal da economia, sendo essa uma condição sem a qual o indivíduo não participa da vida propriamente social, ficando à margem dos processos políticos, rituais sociais, da satisfação de necessidades básicas, diversão e de outras dimensões essenciais da vida humana. Por outro lado,

¹² Entendo *cultura* como definido por Geertz, no seu texto a *Interpretação das Culturas*: “[...]. A cultura, aqui, não são cultos e costumes, mas as estruturas de significado através das quais os homens dão forma à sua experiência, e a política não são golpes e constituições, mas uma das principais arenas na qual tais estruturas se desenrolam publicamente”. (GEERTZ, 1989, p. 135).

¹³ Compreendo a categoria *significado* no sentido elaborado por Geertz, como “[...] as estruturas conceituais que os indivíduos utilizam para construir a experiência [...]”. (GEERTZ, 1989, 136).

cada vez mais, o capitalismo não é capaz de gerar empregos e oportunidades de vida suficientes para uma parte substancial da população mundial, afetando, assim, sua participação cidadã na sociedade. E a aceleração do crescimento econômico e do consumo comprometem de modo assustador a sustentabilidade da relação sociedade-natureza.

Por esses motivos, devemos olhar com atenção para as diversas experiências sociais que anunciam modelos alternativos de pensar as diversas dimensões da vida em sociedade. No entanto, não devemos encarar a realidade de uma forma idealizada ou utópica, por isso, minha intenção nesta dissertação, foi analisar a experiência da RCSES dentro desse contexto crítico, reflexivo e compreensivo, a partir dos seus sujeitos, e de seu verdadeiro alcance.

Os objetivos principais da pesquisa, são:

1. Identificar quem são os sujeitos participantes do movimento de economia solidária no Ceará, especialmente, da Rede Cearense de Socioeconomia Solidária;
2. Compreender como definem a economia solidária;
3. Entender os motivos e os interesses que os levaram a participar desse movimento social;
4. Identificar os discursos, valores e as ações no campo da economia solidária que são propostas e/ou defendidas por esses sujeitos;
5. Analisar em que medida os discursos e valores propostos e/ou defendidos correspondem ou contradizem suas ações;
6. Compreender a dimensão política e cultural da participação desses sujeitos no movimento de economia solidária, a partir da inserção dos mesmos na RCSES.

Outros objetivos da pesquisa, que são específicos, mas não menos importantes, estão explicitados logo abaixo, na caracterização dos capítulos que formam a presente dissertação.

No capítulo 2, “PERCURSO TEÓRICO-METODOLÓGICO”, estabeleço um diálogo com alguns referenciais teóricos e metodológicos da pesquisa; descrevo minha trajetória durante a feitura da dissertação, trazendo à tona as minhas “negociações”, conexões, aproximações e distanciamentos com os sujeitos, na medida em que buscava me inserir no campo de pesquisa; relativizo a noção de “observação participante”, já que muitas vezes utilizamos essa noção já clássica no campo da pesquisa antropológica, como apanágio de nossa própria atitude frente à comunidade ou grupo social pesquisado, porém, na maior parte das vezes o que realmente fazemos fica distante do sentido clássico da “observação participante”. Nesse sentido, trabalho com a noção de “observação flutuante” do antropólogo Márcio

Goldman, buscando construir um cenário onde apareça a realidade da observação que de fato efetuei.

No capítulo 3, “SISTEMA ECONÔMICO CAPITALISTA: PRINCIPAIS PARADIGMAS”, faço uma reflexão teórica sobre os principais paradigmas do sistema econômico capitalista, mostrando seu caráter historicamente datado e dotado de características específicas, no qual se configuram também laços sociais historicamente construídos, sobretudo, no interior das sociedades ocidentais. Neste capítulo, as teses de Karl Polanyi foram fundamentais para a minha compreensão do sistema capitalista como um fenômeno cultural, já que o autor húngaro faz uma análise das economias tradicionais e do processo de transição vivenciado pelas sociedades ocidentais para uma economia baseada no princípio de mercado. Por último, apresento o processo de reestruturação produtiva da economia, ou seja, o contexto econômico, político e social que está na base do surgimento da economia solidária no Brasil.

No capítulo 4, “OUTRO MODO DE PRODUZIR E VIVER É POSSÍVEL? ”, busco compreender de forma mais substancial a interpretação que é dominante no movimento de economia solidária no âmbito nacional; os significados da economia solidária para os sujeitos da pesquisa; o modo como estão organizados os grupos produtivos informais. Para tanto, busquei conhecer e analisar o contexto social, político e econômico no qual esses sujeitos estão inseridos e no qual as experiências de economia solidária são construídas. Ainda neste capítulo, realizei uma reflexão teórica mais ampla, sobre uma questão que considero de fundamental importância do ponto de vista político, econômico e social: diante de uma realidade social, que é excludente na maior parte dos países do mundo, há possibilidades reais para a construção de laços sociais que sejam alternativos aos modelos dominantes?

No capítulo 5, “O CULTURAL E O POLÍTICO NA EXPERIÊNCIA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA CONSTITUÍDA NO ÂMBITO DA RCSES”, realizo uma reflexão sobre uma questão que considero central: quais os fatores estruturais que estão na base dos processos de exclusão dos sujeitos de seus principais contextos significativos, sobretudo, o trabalho e pertencimento social? Foi fundamental para esta reflexão a tese elaborada por Godelier (2006), de que o paradoxo intrínseco às sociedades capitalistas consiste no fato de a economia ser a origem principal da exclusão dos indivíduos, mas, segundo ele, aquela não os exclui apenas da economia. Exclui-os ou ameaça excluí-los a prazo da sociedade. Por outro lado, apresento como os grupos produtivos informais, atuam diante desse paradoxo, destacando, que os mesmos buscam gerar emprego e renda e que lutam para gerar sentimento de pertença, visando permitir que os sujeitos continuem acreditando que suas vidas individuais são importantes para a sociedade como um todo.

Por fim, nas “CONSIDERAÇÕES FINAIS”, apresento uma síntese das minhas interpretações sobre a experiência de economia solidária realizada no Ceará, particularmente, a atuação política e cultural dos sujeitos integrantes da RCSES.

2 PERCURSO TEÓRICO-METODOLÓGICO

Minha abordagem metodológica é qualitativa e compreensiva. Consiste numa interpretação, que se pretende sociológica e antropológica, sobre os significados da chamada economia solidária, construídos pelos sujeitos que são membros da RCSES. E pretende também explicitar as possíveis consequências políticas e sociais forjadas a partir das ações desses sujeitos no campo da economia solidária.

2.1 “negociações”, conexões, aproximações e distanciamentos com o campo de pesquisa

Sabendo dos desafios epistemológicos que envolvem as pesquisas no campo das ciências sociais, e consciente dos limites desta pesquisa em particular, fiquei em campo entre julho de 2011 e junho de 2012. Nesse período, pude acompanhar as reuniões mensais ocorridas na sede da RCSES. Durante as reuniões, busquei realizar uma etnografia do modo como os militantes do movimento de economia solidária concebem suas ações e do modo como as ações desses militantes revelam os significados do próprio movimento de economia solidária.

Durante o período que permaneci no campo de pesquisa, acompanhei alguns eventos, feiras, formações e outras manifestações que estão diretamente relacionadas com as atividades da RCSES, objetivando ter uma percepção de toda a dinâmica social, cultural e política que envolve o movimento de economia solidária representado neste coletivo de pessoas. Ainda relacionado a este objetivo e visando colher informações mais substanciais sobre as motivações e os interesses que estão na base da participação desses indivíduos no movimento de economia solidária, realizei entrevistas abertas e fechadas com seis dos meus interlocutores.

Para alcançar os objetivos supracitados, minha aproximação ao campo foi realizada de forma gradual. Uma colega do Mestrado em Sociologia da Universidade Federal do Ceará (UFC), repassou-me o contato de uma pessoa que trabalha na Cáritas Arquidiocesana de Fortaleza; após uma primeira ligação, marcamos um encontro na sede da Cáritas. No dia e horário marcado, apresentei-me como um estudante da UFC interessado em realizar uma pesquisa sobre a temática da economia solidária, especificamente sobre a RCSES. Foi neste primeiro contato, que obtive as primeiras informações sobre esta instituição, tais como os dias e horários de funcionamento desse coletivo. A partir de então passei a frequentar mensalmente as reuniões e fui me inserindo de fato no campo de pesquisa, buscando direcionar esse momento para uma melhor compreensão do objeto.

Nas primeiras reuniões fiz minha apresentação oficial, informando que eu era aluno da Universidade Federal do Ceará e que tinha interesse em entender melhor como funcionava o movimento de economia solidária. Esse ritual inicial me ajudou a ser aceito por aquele coletivo já acostumado com pesquisas acadêmicas, sobretudo, realizadas por alunos de pós-graduação.

As primeiras conversas que estabeleci na RCSES foram com as chamadas produtoras. Uma das marcas desse coletivo é a presença quase que total de mulheres entre seus membros. Em sua maioria, as mulheres que participam da RCSES são artesãs, costureiras, cozinheiras, bordadeiras e detentoras de outros ofícios. Essas mulheres formam a base da “Rede¹⁴”, na medida em que se organizam nos chamados “grupos produtivos informais”, termo “nativo” que se aplica a pequenos grupos de pessoas que fabricam um ou mais produtos, para serem comercializados nas feiras de economia solidária organizadas pela entidade.

No tocante à escolha dos meus interlocutores, ela foi determinada pela pertença dos sujeitos à RCSES, ou, por fazerem parte, na condição de militantes ou simpatizantes, do movimento de economia solidária.

Na medida em que fui me aproximando do campo, estabeleci alguns contatos específicos com o objetivo de realizar as entrevistas e de estabelecer relações interpessoais visando à realização da pesquisa.

Dois eixos de estratégias metodológicas orientaram a minha inserção no campo: o primeiro eixo esteve centrado no acompanhamento das reuniões da RCSES, que acontecem sempre na primeira quinta-feira de cada mês. O método utilizado para acompanhar essas reuniões foi o que poderia chamar, seguindo Goldman (2003), de “etnografia em movimento”, categoria trabalhada pelo antropólogo brasileiro no texto “*Os tambores dos mortos e os tambores dos vivos. Etnografia, antropologia e política em Ilhéus, Bahia*”, já que consistiu em observação etnográfica realizada em situações e espaços múltiplos, em diferentes contextos de observação e foi concretizada com idas e vindas entre a cidade de Horizonte e Fortaleza, ambas pertencentes ao estado do Ceará.

Portanto, não se tratou de uma observação participante intensiva no sentido clássico definido por Malinowski (1978), na sua obra seminal “*Argonautas do Pacífico Ocidental: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné Melanésia*”, na qual o autor defende que o etnógrafo, ao buscar entender a mentalidade e modo de vida dos nativos deverá estabelecer um contato relativamente longo com os sujeitos

¹⁴ Expressão utilizada pelos sujeitos em referência à Rede Cearense de Socioeconomia Solidária.

pesquisados, de forma a conviver diretamente com os mesmos, acompanhando de forma pormenorizada todos os eventos e relações sociais que dizem respeito à sua vida, objetivando buscar entender a lógica implícita do comportamento, sentimentos, crenças, que estão na base da organização da vida entre os nativos.

Nesse sentido, realizei uma “observação flutuante”, que durou aproximadamente um ano. Ao acompanhar as reuniões mensais da RCSES, pude observar a dinâmica das ações e da atuação dos chamados grupos produtivos informais. Além desse contato com os sujeitos da pesquisa, acompanhei alguns eventos, tais como, a Audiência Pública sobre a “Campanha pela Lei da Economia Solidária”, realizada na Assembleia Legislativa do Ceará, em outubro de 2011 e as feiras de economia solidária, que são entendidas pelos próprios sujeitos como sua principal atividade prática.

O segundo eixo metodológico consistiu nas informações reunidas em um diário de campo, nos diálogos, entrevistas, conversas informais e demais contatos que estabeleci com meus interlocutores. Realizei entrevistas em situações diversas, porém, os ambientes mais propícios para a realização das entrevistas foram durante as reuniões na RCSES e nas feiras de economia solidária, nas quais ocorreu a maior parte das mesmas. Foram realizadas quando os sujeitos já estavam acostumados com a minha presença junto às suas atividades e quando já tinham ideia sobre a razão da minha presença entre eles, sendo que algumas vezes perguntavam sobre como “andava o meu trabalho da faculdade”.

Dos seis interlocutores principais com os quais obtive a maior parte das entrevistas, que giravam em torno de temas, tais como, a atuação da RCSES junto aos “grupos produtivos informais” e sobre os significados da economia solidária a partir de suas próprias experiências, dois falaram que já haviam dado entrevistas para outros estudantes que queriam conhecer a economia solidária.

Esses fatores facilitaram a minha inserção no campo, além do fato de tratar-se de um grupo de pessoas acostumadas com a dinâmica comunicacional dos grandes centros urbanos, sendo as feiras de economia solidária objeto de reportagens por parte dos jornais impressos e emissoras de TV locais, estando esses sujeitos, portanto, acostumados com essa dimensão pública de suas atividades, no tocante aos seus produtos, seu entendimento da economia solidária e seu relacionamento com os consumidores que frequentam as feiras organizadas pela RCSES.

Com relação a coordenação da Rede, ela é formada por alguns “grupos produtivos informais” e por algumas “entidades de apoio”, outro termo “nativo” usado para designar as instituições que são intermediárias entre projetos governamentais (geralmente, ligados à

SENAES) e os empreendimentos econômicos solidários, que no caso da RCSES, são em sua maioria “grupos produtivos informais” e associações de moradores de diversos bairros da cidade de Fortaleza.

Os grupos produtivos que estavam na coordenação da RCSES na época da pesquisa eram os seguintes: o Ateliê Multiartes, Templo da Poesia, Associação Dendêsol e a entidade Cáritas Arquidiocesana de Fortaleza.

O Ateliê Multiartes é formado por 10 mulheres que se reúnem uma vez por mês sempre após as reuniões da Rede. Segundo Eliane Moreira, os membros do grupo tiram um dia na semana para “trabalhar o coletivo”. Cada uma dessas mulheres tem uma produção individualizada, mas os produtos de artesanatos, que são feitos nos dias em que elas se reúnem são levados para as feiras e vendidos sob o nome do Grupo Ateliê Multiartes.

A Associação Dendêsol é um dos grupos mais ativos dentro do movimento de economia solidária, grupo produtivo informal que tem à frente Dona Cilene, uma das principais representantes da RCSES.

O grupo produtivo e artístico Templo da Poesia, também compõe a coordenação da RCSES. Seus membros realizam a animação das reuniões e dos demais eventos organizados pela instituição, através da declamação de poesias (com temáticas relacionadas à economia solidária); elaboração de “slogans” pró-movimento e outras obras que retratam a visão do grupo sobre a economia solidária.

Por último, a coordenação da RCSES conta com a Cáritas Arquidiocesana de Fortaleza, entidade de apoio cuja atuação é permanente, na medida, em que os principais planos de ação, pautas de reuniões, eventos, feiras, formações e discussões passam por essa entidade. A Cáritas é representada por Isabel Forte, que também é coordenadora do Núcleo de Apoio à Economia Popular Solidária (EPS) da Cáritas Arquidiocesana.

A escolha dos coordenadores da RCSES acontece a cada dois anos e podem concorrer ao cargo de coordenador todos os “grupos produtivos informais” e as “entidades de apoio”. Essas expressões são “nativas” e pretendem expressar a ideia de que são os grupos que ocupam a coordenação e não as pessoas individualmente.

Desse universo de pessoas, realizei entrevistas com alguns militantes da base, ou seja, participantes de “grupos produtivos informais e de associações”, bem como com os coordenadores da instituição, sempre no intuito de compreender como esses indivíduos definem a economia solidária e o potencial das suas ações, para gestar mudanças nos campos político e social.

Nesse sentido, sabendo o quanto é difícil trabalhar com pesquisas qualitativas que pedem do pesquisador uma atenção redobrada em relação às interpretações que os sujeitos fazem da sua prática e às nossas próprias interpretações em relação ao objeto de pesquisa, concordo com Geertz quando nos adverte que:

[...] o que inscrevemos (ou tentamos fazê-lo) não é o discurso social bruto ao qual não somos atores, não temos acesso direto a não ser marginalmente ou muito especialmente, mas apenas àquela pequena parte dele que os nossos informantes nos podem levar a compreender. (GEERTZ, 1989, p. 14).

2.2 Economia solidária: um objeto de estudo sociológico e antropológico

A seguir discorrerei sobre os aportes que estão na base do meu trabalho de campo, buscando explicitar as estratégias teóricas e metodológicas utilizadas por mim para a compreensão dos discursos, ações, símbolos e sentidos que configuram o fenômeno da economia solidária, principalmente, os discursos, ações, símbolos e sentidos construídos no interior da RCSES.

Assim, a compreensão desse fenômeno social só é possível na medida em que se busca desvendar seus diferentes significados, sem esquecer que o objeto em pauta está circunscrito no âmbito das ciências sociais e que deve ser apreendido, portanto, através de métodos adequados à sua compreensão, por estratégias que nos permitam ir além da superfície do fenômeno.

É preciso estar vigilante sobre a nossa própria maneira de olhar o mundo, uma maneira construída pelos nossos percursos acadêmicos e vivenciais, objetivando, com isso, não permitir que a pesquisa se torne uma tentativa de encaixar a realidade nos nossos conceitos teóricos. O reconhecimento no âmbito das ciências sociais de que os pesquisadores não podem estabelecer uma relação com os sujeitos da pesquisa que seja totalmente neutra já foi um grande passo para as pesquisas sociológicas e antropológicas, porém, é preciso manter-se vigilante e incorporar durante o trabalho de campo uma atitude de reflexão sobre as estratégias e métodos que são usados para apreender a realidade.

A partir do momento em que nos sentimos preparados para a investigação empírica, o objeto, sobre o qual dirigimos o nosso olhar, já foi previamente alterado pelo próprio modo de visualizá-lo, seja qual for esse objeto, ele não escapa de ser apreendido pelo esquema conceitual da disciplina formadora de nossa maneira de ver a realidade. (OLIVEIRA, 2006, p.19).

Nessa mesma direção, Beaud (2007, p. 44) diz que o pesquisador “[...] deve, no decorrer da pesquisa, mobilizar conhecimentos para poder interpretar, na hora, situações, reagir rápido à maneira de um esportista que deve antecipar, contra-atacar ao ver chegarem os golpes”.

O alerta de Beaud sobre o cuidado que devemos ter antes de seguir para o campo de pesquisa é similar ao que nos diz Bourdieu (1989), quando escreve sobre a importância da “ruptura epistemológica” que é necessário realizar no campo da sociologia, ou seja, a importância de objetivarmos o nosso senso comum, os nossos preconceitos, visando à construção de objetos dotados de validade científica.

Beaud (2007) e Bourdieu (1989), cada um à sua maneira, buscam informar sobre o perigo de se interpretar o campo de pesquisa, como, simplesmente, “o lugar” de validação das teorias e conceitos consagrados pela tradição da disciplina e lembra sobre a importância de se pensar a pesquisa de modo relacional. A pesquisa se realizaria na confluência entre teoria e empiria.

Dessa forma, diante de um objeto no qual minha intenção é compreender os significados que são construídos pelos agentes sociais sobre a economia solidária e também sendo o meu foco buscar entender se as ações e sentidos que esses sujeitos constroem estabelecem mudanças no campo político e social, a presente pesquisa se orienta, também, por aportes metodológicos e teóricos da antropologia, no tocante à compreensão dos sentidos que os sujeitos constroem sobre a realidade.

Assim, entendo o fenômeno da economia solidária como um fenômeno cultural, que deve ser percebido a partir de métodos e teorias que permitam compreender e interpretar sentidos e significados que orientam o modo como esses sujeitos veem o mundo, a si mesmos e a própria sociedade.

Nesse sentido, concordo com Geertz (1989) quando diz que a cultura consiste num contexto de símbolos que podem ser interpretados pelo pesquisador. Geertz diz que o etnógrafo deve se preocupar em identificar a importância dos mais diversos sistemas simbólicos no interior dos quais os homens estão emaranhados, e se o pesquisador cumprir essa tarefa estará, no mínimo, alargando “o universo do discurso humano.” (GEERTZ, 1989, p. 10).

Dessa forma, é no sentido defendido pelo antropólogo americano que entendo cultura. A partir daí, busco compreender, os significados da economia solidária para os integrantes da RCSES e os sentidos das ações que esses sujeitos constroem.

Visto sob esse ângulo, o objetivo da antropologia é o alargamento do universo do discurso humano. De fato, esse não é seu único objetivo - a instrução, a diversão, o conselho prático, o avanço moral e a descoberta da ordem natural no comportamento

humano são outros, e a antropologia não é a única disciplina a persegui-los. No entanto, esse é um objetivo ao qual o conceito de cultura semiótico se adapta especialmente bem. Como sistemas entrelaçados de signos interpretáveis (o que eu chamaria símbolos, ignorando as utilizações provinciais), a cultura não é um poder, algo ao qual podem ser atribuídos casualmente os acontecimentos sociais, os comportamentos, as instituições ou os processos; ela é um contexto, algo dentro do qual eles podem ser descritos de forma inteligível - isto é, descritos com densidade. (GEERTZ, 1989, p.10).

Quero, sobretudo, analisar o potencial das ações e significados encarnados ou construídos pelos participantes da RCSES quando fomentam uma esfera pública democrática e crítica. Pretendo compreender, se esse coletivo gesta novos significados e práticas políticas que se opõem às noções dominantes de política e às diversas formas de exclusão e discriminação presentes nas relações sociais no Brasil, ou seja, sua dimensão política e cultural.

Em vista disso, a proposta metodológica utilizada nesta pesquisa foi pautada por uma tentativa de compreender as ações e os discursos dos sujeitos, os símbolos e significados que ao serem expressos por agentes sociais diversos constituem o chamado movimento de economia solidária no Ceará. Pretendi, observar e analisar esse fenômeno social, como já delineado, a partir do arcabouço teórico-metodológico, da sociologia e da antropologia, no seu viés interpretativo.

Dessa forma, trata-se de uma abordagem qualitativa, na medida em que o entendimento da percepção dos sujeitos em relação ao fenômeno da economia solidária, confrontado com um trabalho de campo calcado numa metodologia etnográfica, é fundamental para a explicação do seu significado.

Fazer a etnografia é como tentar ler (no sentido de “construir uma leitura de”) um manuscrito estranho, desbotado, cheio de elipses, incoerências, emendas suspeitas e comentários tendenciosos, escrito não com os sinais convencionais do som, mas com exemplos transitórios de comportamento modelado. (GEERTZ, 1989, p.7).

Em busca dessa compreensão, perguntei para os meus interlocutores sobre os motivos que os levaram a ingressarem na RCSES e o significado da economia solidária em suas vidas, tentando entender, dessa forma, o contexto do contato inicial estabelecido entre eles e a economia solidária e o modo como definem esse fenômeno social. A artesã Ivia, por exemplo, diz que:

[...]. Foi momento pessoal, [...], eu tou passando uma fase bem crítica, e já foi pior, hoje não, com a economia solidária, eu tou tendo a chance de conhecer mais, mais pessoas, porque cada dia a gente conhece mais, a gente chama mais gente, a gente faz mais amizades, tá, porque são muitos trabalhos diferentes, cada um se você ver aqui, mais é mulheres, todas mulheres, que já não tem, muitas delas não tem mais marido como eu [...] então é difícil, porque você tem que levar algum dinheiro pra casa, então

you vê a maioria aqui é tudo acima de 40 anos, então quer dizer, a economia que faz em casa, de dinheiro, de papel, de tudo, a gente recicla, pra poder a gente fazer alguma coisa pra vender na feira. [...] não é que eu queira me engrandecer, mas o meu artesanato eu procuro fazer com perfeição, e é isso que a gente quer na economia solidária, o povo que participe aprenda a ter perfeição naquilo que faz, porque tem pessoa que acha que economia solidária é só isso, é qualquer coisinha, não, as pessoas tão aprendendo a trabalhar mais, a ter mais zelo por aquilo que faz, até porque, isso aí, mesmo na venda, é bom porque o cliente quer perfeição e acabamento, qualidade. (Ivia, produtora, Movimento Artesanato Consciente, entrevista concedida em julho de 2011).

Para Eliane Moreira, o motivo de seu envolvimento com a economia solidária está relacionado à sua inserção em grupos da comunidade do Antônio Bezerra (bairro de Fortaleza) - via igreja católica e associação - e sua vontade de ajudar ao próximo:

[...]. Quando é que começa? A história né, como eu já te falei, eu participava de uma associação no Antônio Bezerra, aí a associação acabou, aí eu fui fazer uma oficina né, de chaveiros, na minha comunidade, que é o Antônio Bezerra, aí lá, eu, porque eu gosto desse movimento né, que eu já fazia parte e tudo, aí eu tive a ideia de formar esse grupo, de criar esse grupo né, pela autoestima das pessoas e tudo, pra pessoa [...], como é que se diz, assim, autoestima mesmo, das pessoas idosas que era do grupo, [...]. (Eliane Moreira, produtora, coordenadora da RCSES, grupo produtivo Ateliê Multiartes, entrevista concedida em julho de 2011).

E perguntada sobre o que significa a economia solidária, Eliane Moreira respondeu que: “[...]. Pra mim significa tudo né, porque eu gosto da natureza, eu gosto de ajudar as pessoas, gosto de passar o que eu sei pra outras, não sou egoísta, não sou totalmente, assim, individual né, eu gosto de compartilhar né, isso é muito importante”. (Eliane Moreira, entrevista concedida em julho de 2011).

Outra produtora, Maria das Graças, uma das fundadoras do grupo produtivo Associação Passo Firme, entende que a economia solidária significa o lugar da troca de saberes, de troca de experiências e da afetividade para com o próximo.

Pra mim, [...] é assim [...], muito importante, porque [...] eu sou uma pessoa de família simples lá do interior, então, assim, como eu te disse, parei de estudar aos 13 anos, na terceira série. [...]. Mas, voltei a estudar provocada pelos padres, que me convidaram pra ajudar outras pessoas a aprender a ler e escrever [...], então, assim, pra mim tem uma importância [...] muito forte, muito forte mesmo. Então, por conta disso, eu já terminei o meu nível médio. Eu já viajei bastante [...], por alguns estados aí, trocando experiências, já conheci muita gente bacana, [...]. Também interessante é saber que a gente é lição de vida [...] para as pessoas que são negativas, né, então assim, já pude aprender e ensinar ou trocar experiências, porque já me informaram que na economia solidária a gente não ensina [...], a gente repassa, a gente troca experiências, e eu tive, eu tenho afetividade [...]. (Maria das Graças, entrevista concedida em outubro de 2011).

Se, por um lado, os motivos específicos que levaram os sujeitos a se envolverem com a economia solidária são diferentes, por outro lado, os mesmos partilham de valores comuns no tocante à sua visão de mundo perpassada por um discurso que coloca em questão os valores predominantes na sociedade atual, fundamentalmente, o individualismo utilitarista, a impessoalidade, a competição econômica e a falta de interesse pelos temas do amor e da proteção à natureza.

Essa visão de mundo, que aparece nas falas dessas produtoras, define a economia solidária como uma forma de partilha de afetos e saberes. Qual será o impacto político dessa forma de encarar as relações econômicas? Como se expressa materialmente essa partilha e o que ela representa para os sujeitos? São questões importantes para o entendimento do fenômeno em pauta.

Antes de tratar dessas questões, faz-se necessário compreender, mesmo que de forma introdutória, o conceito de “rede”, pois, essa categoria - amplamente discutida pelas disciplinas sociológica e antropológica - é essencial para o entendimento do significado que a economia solidária assume ao ser encarnada no cotidiano dos sujeitos envolvidos diretamente no seu campo de ação.

Ao analisarem a metáfora da rede social ou da teia, Castells (1999) e Paulino (2011) remetem ao cenário contemporâneo, no qual o espaço virtual criado pelas novas tecnologias da informação redimensiona a questão do tempo e do espaço concreto, possibilitando novas formas de pensar as ações e relações entre os indivíduos, dando maior flexibilidade às várias formas de organização coletiva.

Paulino (2011), em especial, entende que o espaço virtual em si tem um sentido indefinido. A informação em rede pode ser utilizada para objetivos múltiplos, sendo um instrumento fundamental para os movimentos sociais contemporâneos, aqueles que empunham bandeiras em favor da democracia, liberdade, respeito às diferenças, trabalho digno, mas também pode ser utilizado para a defesa de bandeiras não tão “nobres”, do ponto de vista das liberdades individuais e da dignidade humana. Diz ainda:

De certo modo, o fenômeno das redes sociais não é novo nem surge com o processo de hegemonização da sociedade informatizada. Na verdade, a ação em rede pode ser vista como bem antiga, pois uma de suas possibilidades morfológicas e simbólicas remete-nos a espaços de cooperação e solidariedade, formados no âmbito da “proteção próxima”, como diria Robert Castel (2003: 47-93). (PAULINO, 2011, p. 5).

Segundo Paulino (2011, p. 6), que faz uma análise do livro *Redes Sociais e Processo Político* de John Barnes (1969), “[...] o interesse pela metáfora da rede para explicar formas

específicas de relações sociais” surge no campo da antropologia a partir de vários autores, interessados cada um em analisar aspectos diferenciados da vida social, a partir de pontos de vista teóricos e metodológicos também diferenciados.

Fazendo uma retrospectiva dessas análises antropológicas, que remetem à ideia de rede social, Paulino (2011) diz que o antropólogo Radcliffe-Brown (1973) buscava construir seu conceito de estrutura social a partir daquilo que ele chamava de uma complexa rede de relações sociais. Cita também o antropólogo Malinowski (1978), que sem um interesse explícito de discutir o conceito de rede social, observou empiricamente, a variedade de relações sociais que estavam presentes na instituição *Kula*¹⁵, uma variedade que hoje compreendemos a partir das imagens da rede ou da teia.

Também o antropólogo Marcel Mauss, no seu texto “*Ensaio sobre o dom*” (1922), analisa as várias implicações contidas nos sistemas de trocas das sociedades tradicionais, mostrando a complexa rede de relações sociais - morais, afetivas, materiais, políticas - que envolvia as trocas materiais.

No âmbito específico da Rede Cearense de Socioeconomia Solidária, o termo “rede” é empregado por seus membros, geralmente, por metáforas que remetem à ideia de que “a união faz a força”, tais como a força representada pelos diversos elos de uma corrente, cordões e “punhos” de uma rede de dormir¹⁶, pelos fios de uma teia, pelos nós de uma rede de pesca ou pelos fios de um tecido. Todavia, não é no sentido de uma rede virtual de disseminação de informações que entendo a significação deste termo no âmbito da RCSES, mas sim, no sentido de uma instituição que busca fortalecer seus membros a partir de estratégias de construção de proximidades - afetiva, moral, política e material - para que os mesmos se sintam parte de um todo, de uma comunidade que busca orientar-se pela ideia de solidariedade no campo econômico e de partilha de saberes e afetos.

A Rede ao atuar no campo econômico, lida com uma esfera da vida social que no mundo contemporâneo busca afastar-se da ideia de proximidade, amizade, solidariedade e comunidade. No capitalismo, a lógica do lucro é basilar, portanto, ao trabalhar e atuar a partir

¹⁵ Segundo Sir James G. Frazer, que prefacia o livro *Argonautas do Pacífico ocidental: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné melanésia*, do antropólogo Bronislaw Malinowski, “[...] o Dr. Malinowski demonstra que a transação de objetos úteis, parte integrante do *Kula*, ocupa, na mente dos nativos, uma posição inteiramente subordinada à troca de certos objetos que é feita sem quaisquer finalidades utilitárias. Combinando transações comerciais, organização social, mitos e rituais mágicos – o *Kula*, essa extraordinária instituição nativa que chega a abranger enorme extensão geográfica, parece não ter paralelos nos anais de antropologia”. (FRAZER, 1978, p. 7, grifo do autor).

¹⁶ Retângulo de tecido de malha que se suspende para nele se dormir ou descansar. Disponível em: <https://www.priberam.pt/dlpo/REDE> Pesquisa realizada em: 23/05/2013.

de uma lógica da solidariedade entre os agentes econômicos a Rede retoma valores e possibilita ações que remetem a uma reaproximação entre a economia e as demais relações sociais, lida, por conseguinte, diretamente com a questão moral, ética.

A partir das informações acima; das concepções de economia solidária que foram expressas pelos sujeitos entrevistados; da minha inserção no campo de pesquisa, acompanhando as discussões políticas e as ações que esses indivíduos constroem visando produzir mercadorias tendo por fundamento os princípios de uma economia que se quer solidária, considero que o modo como os sujeitos que integram a RCSES concebem a economia solidária é marcado pela multiplicidade de sentidos, construídos ou incorporados a fim de definirem sua própria inserção nesse universo simbólico, político e cultural entendido como movimento de economia solidária.

Porém, além dos significados supracitados, que nos remete a um universo simbólico contrário aos valores capitalísticos, precisamos lembrar das teses de Durkheim e do conceito de cultura de Geertz, e atentar para a multiplicidade de valores, regras, sentidos, que orientam os indivíduos ou determinam suas ações em variadas direções.

Assim, o significado da economia solidária para os sujeitos da pesquisa está ligado aos diferentes lugares que os mesmos ocupam no seio da RCSES, aos valores que professam, objetivos que buscam realizar e aos diversos contextos formativos dos quais participam, além de sua visão sobre a sociedade e suas diferentes problemáticas sociais.

Nesse sentido, muitos desses sujeitos expressam preocupações mais instrumentais, tais como, saber ou decidir onde será realizada a próxima feira de economia solidária, saber sobre o potencial de venda dos produtos proporcionado pelas feiras e outros espaços de comercialização, além de outras questões ligadas à geração de renda propriamente dita. Essas preocupações, embora nem sempre explícita, durante as reuniões, formações e entrevistas, ou seja, no conjunto geral de atividades ligadas ao contexto mais ideológico e político do movimento de economia solidária, são expressas na insatisfação das pessoas quando não conseguem comercializar seus produtos.

A fonte de renda do grupo é dessa produção que vocês estão expondo na feira?

Não, essa parte, meu amigo ainda é muita fraca, sabe assim, são poucos, assim algumas, essa produz o crochê, tem a irmã dela Lúcia que também produz, mas infelizmente, a gente ainda não consegue atingir uma remuneração suficiente pra garantir nossa vida né, ajuda, mas, assim, pegando o gancho dessa pergunta, eu considero que uma das causas por não atingir esse retorno financeiro, é o fato da gente ainda encarar, é como se fosse um passatempo, eu produzo, então, é do nosso grupo, então a gente vai produzir uma vez por semana, até ontem mesmo eu tava conversando sobre isso [...], eu dizia, olha minha gente, a gente não trabalha na fábrica uma vez por semana, a gente não trabalha no comércio uma vez por semana, a gente trabalha de segunda a sexta, ou segunda a sábado, porque que nos nossos grupos a gente não trabalha assim, aí era conversando com as meninas da AMA sobre as bonecas, elas tavam me falando que nessas duas últimas semanas trabalhavam de segunda a sábado,

quase nem comia pra produzir essas bonecas, eu disse, pois é por aí que a gente vai pra frente, não é também que a gente vai deixar de comer, não ter horário pra nada, só pra produzir, mas é saber que aquilo ali é minha fonte de renda. (Maria das Graças, entrevista concedida em outubro de 2011, grifo nosso).

A manutenção de uma atmosfera onde a venda pura e simples (relação vendedor-consumidor) não apareça como o fundamento principal das relações sociais entre os indivíduos que circulam na feira é parte da estrutura simbólica que envolve a concepção das feiras de economia solidária. Podemos perceber essa presença de um discurso mais referenciado nos valores, por exemplo, na fala de Dona Cilene, “[...]. Entidades que fortaleciam se afastam. Sem o grupo de empreendimentos a rede se esfacela. Se a gente quiser montar nossa barraca em qualquer lugar, a gente coloca. Mas, a gente tem objetivos maiores por isso permanecemos na rede”. (Dona Cilene, entrevista concedida em julho de 2011).

Nessa mesma direção, durante as reuniões da RCSES, uma das questões que mais geravam posicionamentos contraditórios era a temática da comercialização, a questão das estratégias de maximização das vendas, entendida por alguns como secundária e por outros como motivo principal da existência dos grupos produtivos informais. Os que entendiam que a questão da comercialização era secundária dentro do movimento de economia solidária, defendiam que todos deveriam sair satisfeitos depois da comercialização dos seus produtos e que essa satisfação estaria atrelada ao nível de envolvimento solidário de todos os sujeitos. Por outro lado, alguns defendiam com maior ênfase um planejamento estratégico visando maximizar as vendas.

Dessa forma, compreendo que em um nível macro, a RCSES está atrelada, a um conjunto de instituições e estruturas sociais, culturais e econômicas que estão diretamente relacionadas com aquilo que poderíamos chamar de “mundo capitalista”. No entanto, em um nível que poderíamos chamar de micro, ainda se faz necessário interpretar seu potencial político, cultural e social de se contrapor a esse mesmo sistema no qual está inserido.

Enfim, nosso maior desafio analítico é compreender se a economia solidária é capaz de construir significados ou indicar estratégias de recusa às práticas e valores atrelados ao universo simbólico e social da economia capitalista, entendida por vários pensadores das ciências sociais como uma base instável para o estabelecimento de relações e vínculos sociais ética e socialmente viáveis.

3 SISTEMA ECONÔMICO CAPITALISTA: PRINCIPAIS PARADIGMAS

A economia capitalista é um tipo de sistema econômico historicamente datado e dotado de características específicas. As análises de Karl Marx (2003), na sua obra seminal “*O capital: crítica da economia política (livro primeiro): o processo da produção do capital*”, Max Weber (1992), em seu texto, que é um dos clássicos das ciências sociais: “*A ética protestante e o espírito do capitalismo*”, Karl Polanyi (2012), no seu livro clássico de história da economia, publicado pela primeira vez em 1944: “*A grande transformação: as origens da nossa época*”, Randall Collins (2009), no seu livro instigante sobre a contribuição da Sociologia para a formação de um conhecimento sólido acerca do mundo social: “*Quatro tradições sociológicas*”, e Alex Callinicos (2011), em seu artigo “*Decifrando a crise global*”, publicado na revista “*Margem Esquerda: ensaios marxistas*”, norteiam minha compreensão das categorias: mercadoria, trabalho, valor, fetichismo, capitalismo, “desencantamento do mundo”, ética protestante, racionalização, economia de mercado, economia capitalista e “sociedade de mercado”. Também orientam minha compreensão dos laços sociais que são estabelecidos pelos indivíduos no interior das sociedades capitalistas ocidentais.

3.1 Mercado econômico capitalista: uma instituição sócio-histórica

Minha intenção não é realizar uma análise marxista da economia solidária, mas simplesmente apresentar alguns conceitos formulados por diferentes autores, no intuito de estabelecer uma definição do que vem a ser o modo de produção capitalista.

Um desses autores é Marx, pensador alemão, que ainda no século XIX buscou mostrar de forma científica, a lógica que estruturaria esse modo de produção. Para Marx, as mercadorias são portadoras de valores de uso¹⁷ e valores de troca¹⁸, sendo o conceito de valor,

¹⁷ No livro *O capital: crítica da economia política, livro primeiro: o processo da produção do capital*. (CAPÍTULO 1: A Mercadoria). Marx diz que “A utilidade de uma coisa faz dela um valor de uso. Essa utilidade, porém, não paira no ar. Determinada pelas propriedades do corpo da mercadoria, ela não existe sem o mesmo. O corpo da mercadoria mesmo, como o ferro, trigo, diamante etc., é portanto, um valor de uso ou bem. [...]. O valor de uso realiza-se somente no uso e no consumo. Os valores de uso constituem o conteúdo material da riqueza, qualquer que seja a forma social desta. Na forma de sociedade a ser por nós examinada, eles constituem, ao mesmo tempo os portadores materiais do valor de troca.” (MARX, 2003, p. 46).

¹⁸ Sobre o conceito de valor de troca, Marx afirma: “[...]. Por conseguinte, primeiro: os valores de troca vigentes da mesma mercadoria expressam algo igual. Segundo, porém: o valor de troca só pode ser o modo de expressão, a ‘forma de manifestação’ de um conteúdo dele distinguível. [...]. Esse algo em comum não pode ser uma propriedade geométrica, física, química ou qualquer outra propriedade natural das mercadorias. Suas propriedades corpóreas só entram em consideração à medida que elas lhes conferem utilidade. Isto é, tornam-nas valor de uso.

por isso, fundamental para o entendimento da natureza do modo de produção capitalista. Segundo ele:

O segredo da expansão do valor, a igualdade e a equivalência de todos os trabalhos, porque e na medida em que são trabalho humano em geral, somente pode ser decifrado quando o conceito da igualdade humana já possui a consciência de um preconceito popular. Mas isso só é possível numa sociedade na qual a forma mercadoria é a forma geral do produto do trabalho, por conseguinte também a relação das pessoas umas com as outras enquanto possuidoras de mercadorias é a relação social dominante. (MARX, 2003, p. 62).

Nesse sentido, o valor é decorrente da produção de mercadorias através do trabalho. O trabalho humano é o único capaz de gerar valor e em função da produção de valor, hoje o trabalho tornou-se uma mercadoria entre tantas outras e é vivenciado, nas sociedades capitalistas, como trabalho alienado. Mas, antes de tudo, esse trabalho representa uma necessidade básica do ser humano, pois é uma das condições que permitem que os seres humanos estabeleçam relações sociais entre si, com o meio ambiente e com outras dimensões da realidade.

Como criador de valores de uso, como trabalho útil, é o trabalho, por isso, uma condição de existência do homem, independente de todas as formas de sociedade, eterna necessidade natural de mediação do metabolismo entre homem e natureza e, portanto, da vida humana. (MARX, 2003, p. 50).

Ainda, conforme Marx (2003), o trabalho humano abstrato é o fundamento do valor de troca das mercadorias em contraposição ao seu valor de uso.

[...] ao desaparecer o caráter útil dos produtos do trabalho, desaparece o caráter útil dos trabalhos neles representados, e desaparecem também, portanto, as diferentes formas concretas desses trabalhos, que deixam de diferenciar-se um do outro para reduzir-se em sua totalidade a igual trabalho humano, a trabalho humano abstrato. (MARX, 2003, p. 47).

Assim, é importante entender a categoria mercadoria, que originalmente, como demonstrado nas análises de Polanyi (2012), era produzida e trocada, predominantemente, em função das relações sociais que os indivíduos estabeleciam entre si, a partir da religião, da magia, das festas, da comunidade, dos valores, da moral, ou seja, o mercado existia em função das relações sociais. Segundo Marx, a mercadoria:

Por outro lado, porém, é precisamente a abstração de seus valores de uso que caracteriza evidentemente a relação de troca das mercadorias. ” (MARX, 2003, p. 46).

[...] é antes de tudo, um objeto externo, uma coisa, a qual pelas suas propriedades satisfaz necessidades humanas de qualquer espécie. A natureza dessas necessidades, se elas se originam do estômago ou da fantasia, não altera nada na coisa. Aqui também não se trata de como a coisa satisfaz a necessidade humana, se imediatamente, como meio de subsistência, isto é, objeto de consumo, ou se indiretamente, como meio de produção. (MARX, 2003, p. 45).

Já nas sociedades capitalistas modernas, como visto a partir das análises de Marx, o que configura o mercado, é o caráter fetichista das mercadorias:

O misterioso da forma mercadoria consiste, portanto, simplesmente, no fato de que ela reflete aos homens as características sociais do seu próprio trabalho como características objetivas dos próprios produtos de trabalho, como propriedades naturais sociais dessas coisas e, por isso, também reflete a relação social dos produtores com o trabalho total como uma relação social existente fora deles, entre objetos. [...], porém, a forma mercadoria e a relação de valor dos produtos do trabalho, na qual ele se apresenta, não têm que ver absolutamente nada com sua natureza física e com as relações materiais que daí se originam. Não é mais nada que determinada relação social entre os próprios homens que para eles aqui assume a forma fantasmagórica de uma relação entre coisas. [...]. Isso eu chamo o fetichismo que adere aos produtos de trabalho, tão logo são produzidos como mercadorias, e que, por isso, é inseparável da produção de mercadorias. (MARX, 2003, p. 71).

Outros autores, na esteira de Marx ou abordando novas perspectivas teóricas, produziram conceitos e teorias que objetivam explicar as causas do surgimento e as consequências sobre as relações sociais do sistema capitalista de produção.

O texto *A ética protestante e o espírito do capitalismo* (1992), já citado anteriormente, é um dos mais importantes trabalhos de Weber, no qual apresenta suas principais teses sobre o surgimento da economia capitalista. Nesse livro, o autor nos ajuda a compreender a dimensão cultural desse fenômeno econômico, ou seja, o surgimento e desenvolvimento de uma ética religiosa particular, uma das causas do estabelecimento no Ocidente da economia de tipo capitalista.

Para Weber (1992, p.4), o capitalismo, que ele chama de “[...] a força mais significativa de nossa vida moderna [...]”, seria um fenômeno cultural, forjado na sociedade ocidental. Segundo o autor, uma das causas principais do seu surgimento e posterior desenvolvimento seria uma constante racionalização, tanto dos processos econômicos praticados pelas empresas capitalistas, como das ações individuais nas diversas dimensões da vida, sobretudo, no campo econômico. Weber (1992, p. 4) define a economia capitalista da seguinte forma: “[...] chamaremos de ação econômica ‘capitalista’ aquela que se basear na expectativa de lucro através da utilização das oportunidades de troca, isto é, nas possibilidades (formalmente) pacíficas de lucro.”

[...] individualista, racionalizada com base no cálculo rigoroso, dirigida com previsão e atenção para o sucesso econômico que é procurado, em chocante contraste, com a precária existência do camponês e com o tradicionalismo privilegiado do artesão da guilda e do “capitalismo aventureiro”, orientado na exploração de oportunidades políticas e na especulação irracional. (WEBER, 1992, p. 50).

Weber também discorre sobre o “desencantamento do mundo”, processo cultural ocorrido no Ocidente que consistiu principalmente no enfraquecimento da crença de que os aspectos mágicos, religiosos, místicos eram forças reais que atuavam sobre a natureza e sobre as várias dimensões da vida humana e numa progressiva valorização das teorias científicas como explicação fundamental e legítima da natureza e dos aspectos relacionados ao ser humano, processo que contribuiu para a consolidação da economia capitalista. Destaca ainda, todo o processo de racionalização vivenciado pelas sociedades ocidentais, marcado, principalmente, pela organização da produção em função da possibilidade de lucro, em detrimento de valores, princípios e instituições sociais consideradas não racionais.

O autor alemão (1992, p. 08) afirma que dois outros fatores foram fundamentais para o desenvolvimento da economia capitalista: “[...] a separação da empresa da economia doméstica, que hodiernamente domina por completo a vida econômica, e, associado de perto a este, a criação de uma contabilidade racional.”

Outro fator importante na organização da economia capitalista, assegura o autor, foi o fato de que o “[...] moderno capitalismo racional baseia-se, não só nos meios técnicos de produção, como num determinado sistema legal e numa administração orientada por regras formais.” (WEBER, 1992, p.10).

Porém, além desses fatores que foram determinantes para o surgimento e posterior desenvolvimento da economia capitalista, de tipo ocidental moderna, a tese weberiana central, que explicaria esse fenômeno peculiar, consiste na ideia de que o trabalho voltado para a acumulação de riquezas, vivenciado por diferentes grupos de protestantes, sobretudo, os puritanos, passou a ser entendido como sinal da graça de Deus.

Portanto, o trabalho, passou a ser visto como tendo um valor em si mesmo. Essa visão de mundo¹⁹ determinada, consistindo na crença de que o sucesso nos negócios e as recompensas materiais para quem trabalha “duro”, estariam relacionadas com a própria vontade de Deus ou que seria um sinal da predestinação de alguns para serem salvos, forjou um conjunto de valores e comportamentos voltados para a valorização do trabalho e para a acumulação de

¹⁹ Para o antropólogo americano Clifford Geertz, a categoria “visão de mundo”, pode ser entendida como “[...]. O quadro que fazem do que são as coisas na sua simples atualidade, suas ideias mais abrangentes sobre ordem.” (GEERTZ, 1978, p. 103-104).

riquezas, ou seja, um *ethos*²⁰ determinado que acabou favorecendo o desenvolvimento do capitalismo, conseqüentemente, cristalizando atitudes e ações sociais que antes não gozavam de uma aceitação tão ampla.

O homem é dominado pela produção de dinheiro, pela aquisição encarada como finalidade última da sua vida. A aquisição econômica não mais está subordinada ao homem como meio de satisfazer suas necessidades materiais. Esta inversão do que poderíamos chamar de relação natural, tão irracional de um ponto de vista ingênuo, é evidentemente um princípio orientador do capitalismo, tão seguramente quanto ela é estranha a todos os povos fora da influência capitalista. (WEBER, 1992, p. 33).

Nesse sentido, ao explicar o surgimento da economia capitalista, a partir, de uma sociologia comparativa, Weber analisou diversos aspectos sociológicos, históricos, religiosos e antropológicos das sociedades européias, na tentativa de provar uma tese fundamental de sua teoria, que segundo Collins (2009, p. 79) seria a ideia de que o “[...] capitalismo não havia sido produzido por forças econômicas, mas pela influência de ideias religiosas: a dedicação dos puritanos ao trabalho diminuía sua ansiedade em relação à salvação [...].”

Para Collins (2009, p. 78) Weber não era, porém, um intelectual contrário ao sistema capitalista, pois, entre o sistema socialista e o sistema capitalista ele “[...] acreditava que o capitalismo era um sistema social mais apropriado para promover a liberdade humana e a produtividade econômica.”

Polanyi, assim como Weber, no entanto, visando investigar outras questões pertinentes para o entendimento da economia capitalista, analisou o fenômeno econômico de um ponto de vista histórico, antropológico e sociológico, ou seja, como um fenômeno cultural e, dessa forma, buscou mostrar o que caracterizava as economias tradicionais e como se deu o processo de transição para uma economia baseada no princípio do mercado.

Em seu livro *A grande transformação: origens de nossa época*, o autor húngaro expõe suas principais teses. Seus estudos sobre as economias não capitalistas ajudam a entender o modelo atualmente dominante de economia e a complexa relação entre economia e sociedade.

Segundo Polanyi (2012), economia de mercado consiste num sistema autorregulável, dirigido pelos preços do mercado. Portanto, trata-se de uma economia

²⁰ É fundamental compreender esta categoria, que perpassa todo o argumento de Weber na construção de sua tese sobre a relação entre a ética dos protestantes e o surgimento do capitalismo. Nesse sentido, Geertz, nos diz “[...] o tom, o caráter e a qualidade da sua vida, seu estilo e disposições morais e estéticos [...]. Na crença e na prática religiosa, o *ethos* de um grupo torna-se intelectualmente razoável porque demonstra representar um tipo de vida idealmente adaptado ao estado de coisas atual que a visão de mundo descreve, enquanto essa visão de mundo torna-se emocionalmente convincente por ser apresentada como uma imagem de um estado de coisas verdadeiro, especialmente bem-arrumado para acomodar tal tipo de vida”. (GEERTZ, 1978, p. 103-104).

controlada por mercados. Para ele, esse tipo de economia no qual o sistema econômico emancipa-se do sistema social é peculiar à sociedade moderna.

Callinicos nos ajuda a entender melhor essa ideia, apresentando, a partir da leitura de Marx e Polanyi, os dois principais pressupostos da economia de mercado:

Entendo a economia de mercado nos termos que foram expostos por Karl Marx e Karl Polanyi - ou seja, como um sistema econômico no qual a distribuição de recursos é o resultado da competição entre produtores autônomos embora interdependentes, e no qual a força de trabalho foi transformada em uma mercadoria [...]. (CALLINICOS, 2006, p. 264).

Entende Polanyi (2012) que a economia de mercado é um fenômeno tipicamente moderno, isso porque os diferentes sistemas econômicos anteriores ao século XIX, não eram baseados, pelo menos do ponto de vista da totalidade de um determinado sistema econômico, na prevalência do mercado. O autor afirma que pesquisas realizadas por etnógrafos modernos demonstram “[...] a ausência da motivação de lucro; a ausência do princípio de trabalhar por uma remuneração; a ausência do princípio do menor esforço; e especialmente, a ausência de qualquer instituição separada e distinta baseada em motivações econômicas” nas economias ditas tradicionais. (POLANYI, 2012, p. 50).

Diz ainda que “[...] a descoberta mais importante nas recentes pesquisas históricas e antropológicas é que a economia do homem, como regra, está submersa em suas relações sociais”, sendo esse o principal pressuposto que explicaria a organização da produção e da distribuição nas economias anteriores à nossa. (POLANYI, 2012, p. 48).

Os sistemas econômicos anteriores à nossa época, afirma o autor, eram estruturados a partir de dois princípios “de comportamentos não associados basicamente à economia: reciprocidade e redistribuição” e efetivados na prática a partir de dois padrões institucionais, a simetria e a centralidade. (POLANYI, 2012, p. 51).

Após analisar os trabalhos de Malinowski e Thurnwald, Polanyi apresentou sua tese sobre a organização das economias existentes antes da formação e expansão das economias de mercado. Baseando-se principalmente nos estudos sobre os ilhéus das ilhas Trobriand da Melanésia Ocidental, sustenta que as economias existentes entre os povos “não-civilizados” eram intrinsecamente relacionadas à organização social, ou seja, a produção individual era inseparável da participação - ritual, social, simbólica, de parentesco, moral e psicológica - do indivíduo no grupo ao qual pertencia, seja a sua família, tribo ou povo.

É importante lembrar que Polanyi usa termos empregados pelas ciências sociais, particularmente, pela antropologia clássica, tais como, “não-civilizado”, “tradicional”,

“sociedades primitivas” para estabelecer a diferenciação entre a economia de mercado (dominante no presente) e outras formas de organização da economia, anteriores a nossa época (que eram predominantes em determinadas sociedades do passado), logo, para estabelecer as características próprias de cada sistema econômico.

O autor usa tais termos, baseando-se na tradição intelectual que orienta a antropologia ocidental, porém, faz-se necessário afirmar que essas categorias que foram produzidas pelas ciências sociais - nem sempre de maneira suficientemente crítica, muitas vezes, deliberadamente comprometida com determinados projetos de poder e dominação - devem ser relativizadas e encaradas de um ponto de vista crítico, na medida, em que serviram para a consolidação de um “projeto de mundo” iniciado (dominante na atualidade) pelas sociedades europeias ocidentais, principalmente, sua ideia de homem, trabalho, progresso, conhecimento, natureza, civilização, economia, história e modernidade.

Felizmente, essa crítica já foi realizada por diferentes autores ao longo da história do pensamento social moderno, entre eles, o sociólogo venezuelano Edgardo Lander (2005), que através de uma síntese do seu próprio pensamento e da produção teórica construída por outros autores latino-americanos, tais como, Trouillot, Escobar e Coronil, realiza uma crítica às ciências sociais de matriz europeia, por considerar que o campo das ciências sociais tem contribuído historicamente para a consolidação das concepções, valores e dos projetos de poder inscritos nas chamadas sociedades capitalistas liberais. Segundo Lander,

[...]. Em diversas partes da Europa, e com particular intensidade no Reino Unido, o avanço deste modelo de organização não apenas do trabalho e do acesso aos recursos, mas do conjunto da vida, sofreu ampla resistência tanto nas cidades como no campo. [...]. As ciências sociais têm como piso a derrota dessa resistência; têm como substrato as novas condições que se criam quando o modelo liberal de organização da propriedade, do trabalho e do tempo deixam de aparecer como uma modalidade civilizatória em disputa com outra (s) que conserva (m) seu vigor, e adquire hegemonia como a única forma de vida possível. [...]. É este contexto histórico-cultural do imaginário que impregna o ambiente intelectual no qual se dá a constituição das disciplinas das ciências sociais. Esta é a visão de mundo que fornece os pressupostos fundacionais de todo o edifício dos conhecimentos sociais modernos. Esta cosmovisão tem como eixo articulador central a ideia de modernidade, noção que captura complexamente quatro dimensões básicas: 1) a visão universal da história associada à ideia de progresso (a partir da qual se constrói a classificação e hierarquização de todos os povos, continentes e experiências históricas); 2) a “naturalização” tanto das relações sociais como da “natureza humana” da sociedade liberal-capitalista; 3) a naturalização ou ontologização das múltiplas separações próprias dessa sociedade; e 4) a necessária superioridade dos conhecimentos que essa sociedade produz (“ciência”) em relação a todos os outros conhecimentos. (LANDER, 2005, p. 5-6).

Para comprovar sua tese, Polanyi (2012) afirma que a reciprocidade, muito comum entre as sociedades matrilineares, consistia no tempo e esforço, em termos de trabalho, que cada

indivíduo dedicava em benefício do grupo ao qual pertencia. Esse esforço, na produção de alimentos ou bens, para suprir as necessidades de outros indivíduos, tinha pouco benefício material imediato, porém, significava ganho de prestígio social e reconhecimento junto à comunidade. O que estava em jogo, principalmente, na produção entre as sociedades consideradas “primitivas”, era a reputação do próprio produtor, e não, a produção em si (quantidade, qualidade, produtividade). O princípio da reciprocidade era ativado, na medida em que os familiares do produtor, mulher e filhos, eram beneficiados economicamente, isso ocorria, sobretudo, de acordo com a reputação do chefe de cada grupo familiar. Para Polanyi (2012, p. 50), “[...] torna-se aparente [...] que a economia hortelã e doméstica é parte das relações sociais ligadas à posição de bom marido e ótimo cidadão. O amplo princípio da reciprocidade ajuda a salvaguardar tanto a produção como a subsistência familiar”.

O princípio da redistribuição consiste no sistema de armazenagem da produção, com o intuito de suprir as necessidades básicas dos membros da comunidade e a reprodução da vida social: festas, danças e as relações sociais com outras comunidades, próximas ou distantes. Do ponto de vista estritamente econômico, a redistribuição assegura a continuidade produtiva (divisão do trabalho), comercial (relações econômicas com outras comunidades), administrativa (taxação para finalidades públicas) e militar (provisões de defesa). Porém, segundo Polanyi (2012, p. 51), “[...] essas funções [...] são inteiramente absorvidas pelas experiências intensamente vividas que oferecem uma superabundante motivação não econômica em cada ato executado no quadro do sistema social como um todo.”

Polanyi assegura que a aplicação de tais princípios era possibilitada por dois padrões institucionais presentes nessas sociedades: padrão institucional da simetria e padrão institucional da centralidade.

A simetria era um aspecto fundamental da organização social, pois garantia que cada indivíduo tivesse seu correspondente em uma outra tribo. Esse padrão colaborava para que cada ação individual pudesse ganhar sentido dentro de uma relação de parceria, permitindo a permanência das trocas de bens e serviços, ou seja, a reciprocidade entre os indivíduos de diferentes tribos.

A centralidade, por outro lado, garantia a aplicação do princípio da redistribuição, já que consistia na entrega de bens e serviços, produto do trabalho individual ou grupal, para uma chefia determinada. Esse chefe ou outra função correspondente ficaria encarregado pela coleta, armazenagem e posterior partilha desses produtos para os membros da tribo.

Portanto, a tese central de Polanyi é a ausência da motivação do lucro econômico entre os indivíduos pertencentes às sociedades tradicionais, nas quais os sistemas econômicos

não eram dominados pelo mercado, e sim, orientados e organizados em função das relações sociais.

[...]. Numa tal comunidade, é vedada a ideia do lucro; as disputas e os regateios são desacreditados; o dar graciosamente é considerado como virtude; não aparece a suposta propensão à barganha, à permuta e à troca. Na verdade, o sistema econômico é mera função da organização social. (POLANYI, 2012, p. 52).

Nas análises de Polanyi a ideia central é sobre o processo de transição entre uma economia ligada às relações sociais, banhada e permeada por valores da comunidade, para uma economia de mercado separada desse nascedouro social. Assim, Polanyi mostra o caráter histórico-social da economia de mercado, em especial, da economia capitalista.

Analicamente, existe uma proximidade entre os autores citados acima, no que diz respeito à análise que os mesmos fazem em relação à questão do laço entre economia e sociedade. A economia de mercado capitalista torna-se cada vez mais independente da sociedade. Não são mais os valores e os princípios enraizados na dimensão social - costumes, crenças, tradições - que estão na base da organização da economia. Fatores meramente instrumentais (como as ideias de crescimento econômico e progresso material); contabilidade racional; busca de lucratividade máxima; visão do trabalho humano como mercadoria; visão da natureza como fonte de riquezas e matérias primas, são alguns dos fatores que caracterizam a economia de mercado do tipo capitalista e que demonstram que a economia tornou-se uma instituição autoregulável, separada, prática e teoricamente, de fatores que não estão na base de sua lógica própria, tais como os valores e princípios não econômicos.

Está claro no pensamento de Polanyi, que houve uma transição entre sociedades em que “[...] o ganho e o lucro feitos nas trocas jamais desempenharam um papel importante na economia humana” e onde, “por outro lado, a manutenção do laço social é crucial.” (POLANYI, 2012, p. 45-48), para sociedades onde “[...]. Em vez de a economia estar embutida nas relações sociais, são as relações sociais que estão embutidas no sistema econômico.” (Op. cit., p. 60).

As teses citadas acima são fundamentais para o entendimento da forma como os sujeitos membros da RCSES pensam sua própria prática produtiva. Uma ideia em particular orienta minha visão da forma como a economia solidária é praticada e percebida por esses sujeitos:

Max Weber foi o primeiro entre os historiadores da economia moderna a protestar contra o fato de se deixar de lado as economias primitivas como irrelevantes para a questão das motivações e mecanismos das sociedades civilizadas. O trabalho subsequente da antropologia social mostrou que ele estava inteiramente certo. Se qualquer conclusão pode ser destacada, com mais clareza que as outras, no estudo

recente das sociedades primitivas, é justamente a não modificação do homem como ser social. Seus dotes naturais reaparecem com uma constância marcante nas sociedades de todos os tempos e lugares e as condições necessárias para a sobrevivência da sociedade humana parecem ser as mesmas, sem mutações. (POLANYI, 2012, p. 48).

Nesse sentido, os membros dos diversos grupos produtivos que formam a RCSES ressaltam que se preocupam em “passar o que sabem” para os demais membros do grupo. Essa ação surge de preocupações que trazem à tona o “homem” como um ser social e se configura como uma das principais facetas das relações pessoais que são estabelecidas entre os sujeitos que participam da RCSES.

Por exemplo, Eliane Moreira, fazia parte de uma associação do Bairro Antônio Bezerra e após o fim da associação participou de uma oficina de chaveiros oferecida na comunidade, experiência a partir da qual obteve conhecimento para formar um grupo produtivo informal para produzir chaveiros, composto por cinco mulheres, “mulheres idosas”. Segundo Eliane Moreira, “precisava melhorar a autoestima”. Após o fim desse grupo, montou um novo grupo informal chamado Ateliê Multiartes, formado por 10 mulheres, que se reúnem uma vez por semana para produzir artesanato. Perguntada sobre o significado da economia solidária, responde:

[...] aí a gente se reúne uma vez por mês, sempre depois da reunião da rede a gente se reúne, a gente troca ideias, a gente concorda uma com a outra, a gente tá trabalhando pra ter um coletivo agora, a gente trabalha individual e trabalha também coletivo [...], e aí é assim, **o que a gente sabe a gente passa uma pra outra**, a gente é um grupo de 10 mulheres, cada uma produz em casa, e a gente tira um dia pra trabalhar o coletivo, vai pra feira, e quando não dá pra todas ir, uma leva as coisas uma da outra, e assim a gente se organiza. [...] a gente faz juntas, a gente fabrica juntas [...] é isso fabricar juntas, e é o importante o objetivo da economia solidária é você trabalhar o coletivo, você não ter individual, você ter coletivamente, entendeu, **um ajudando o outro**, passando a ideia pra o outro, a ideia da economia solidária é essa. (Eliane Moreira, entrevista concedida em julho de 2011, grifo nosso).

Esse entendimento da economia solidária como forma de produzir que é marcada pela ajuda mútua entre os sujeitos expressa-se de forma mais concreta pela partilha do conhecimento que cada um tem sobre diferentes ofícios - artesanato, costura, crochê etc. - com os outros integrantes do grupo, ou seja, essa ação de ajudar ao próximo, presente na fala de Eliane Moreira, perpassa o modo de ver de muitos dos sujeitos que integram os grupos produtivos informais.

O modo como os sujeitos compreendem e praticam a atividade produtiva no interior dos grupos produtivos informais e a visão da economia solidária como “outro modelo que vai

contrapor ao capitalismo selvagem que está aí [...]”²¹, concepção esta ressaltada, principalmente, pelas lideranças da RCSES, configuram as duas principais formas como a economia solidária é percebida pelos sujeitos que integram a RCSES.

Dessa forma, pensando a partir de Polanyi, preliminarmente, diria que a economia solidária que se manifesta na fala e nas ações dos sujeitos que participam dos grupos produtivos informais, - orientados eticamente, em sua maioria, por um contexto marcado por valores cristãos (católicos), tais como o amor ao próximo – tem um forte enraizamento no social, na proximidade entre os sujeitos, excluídos de diversos processos diretamente ligados ao campo econômico, particularmente, emprego, consumo, lazer e outras formas de exclusão da sociedade em decorrência da exclusão da economia.

Porém, para analisarmos com maior profundidade esta experiência social que vem sendo configurada pelos participantes da RCSES, precisamos entender melhor os processos socioeconômicos que estão na base do aparecimento da economia solidária.

3.2 A reestruturação produtiva e o surgimento da economia solidária

A economia solidária surge num contexto de reestruturação produtiva e crise da sociedade industrial. De acordo com Ramalho e Santana (2004), desde o final da década de 1970 está em curso um processo de reestruturação das atividades produtivas, resultado, principalmente, da implantação de inovações tecnológicas e novas formas de gestão da força de trabalho, no Brasil e no mundo. Esse processo, gerou um aumento nos índices de produtividade, alterações no relacionamento entre as empresas e nas formas de organização da produção. Não obstante, produziu um certo otimismo por parte dos capitalistas em geral e entre outros entusiastas nos campos empresarial, acadêmico e político. Tal situação, tem interferido nas relações de trabalho e no processo de negociação com as instituições de defesa dos trabalhadores.

Segundo Ramalho e Santana (2004), a chamada reestruturação produtiva é considerada inevitável dentro da racionalidade do mercado. A lógica do mercado capitalista²²

²¹ Frase retirada de um vídeo institucional da SENAES, que foi apresentado em uma reunião na Cáritas Arquidiocesana. A reunião foi realizada em 25/07/2011 e consistia em uma atividade da RCSES para discutir a organização da Feira da Primavera, que aconteceria em agosto de 2011 na Praça da Gentilândia, no bairro Benfica, em Fortaleza – CE.

²² A definição da lógica do mercado capitalista e a compreensão de que essa lógica está estruturada sobre a troca de mercadorias é considerada aqui segundo o pensamento de Marx, que diz: “A riqueza das sociedades onde rege a produção capitalista configura-se em imensa acumulação de mercadorias, e a mercadoria, isoladamente considerada, é a forma elementar dessa riqueza.” (MARX, 2003, p. 57).

é a lógica da mercadoria, por isso muitos analistas tratam esse fenômeno como inevitável e usam esse discurso para defender a manutenção do sistema, porque acreditam que é o mais adequado ao desenvolvimento da espécie humana.

O modo de produção capitalista tem entre seus princípios centrais, como vimos, a acumulação de capital, a competição entre os agentes econômicos, a busca pelo lucro máximo e uma racionalidade instrumental, baseada no cálculo entre meios e fins, além de uma necessidade de expansão de mercados para a comercialização de suas mercadorias.

Para Ramalho e Santana (2004), as piores consequências do processo de reestruturação produtiva são o aumento do desemprego, na medida em que as empresas buscam cortar o máximo de custos, para ganhar competitividade no mercado, e a ameaça à garantia dos direitos conquistados pelos trabalhadores durante o século XX.

A partir da década de 1990, autores de diferentes correntes teóricas e perspectivas políticas, discutiram a questão do trabalho diante deste cenário marcado pelo avanço do processo de reestruturação das atividades produtivas. Um tema em particular havia entrado na pauta das entidades ligadas à questão do trabalho no Brasil, sobretudo, dos sindicatos, movimentos sociais e Universidade, que passaram a discutir o avanço de experiências da chamada economia solidária.

Gonçalo Guimarães no livro *Economia Solidária & Cooperativismo: A Economia Solidária em debate* (1999), discute o papel dos sindicatos na organização dos trabalhadores cooperativados. Esse momento era o início de uma discussão formal sobre essa forma de organização do trabalho no interior dos sindicatos. À época existia uma divisão muito clara entre os trabalhadores no Brasil: de um lado, encontravam-se os trabalhadores formais, sindicalizados, e no outro, os trabalhadores informais, não sindicalizados, modelo esse que seguia uma visão tradicional com relação à representação política dos trabalhadores.

No campo econômico estava em andamento o processo de “reestruturação produtiva” e a crise da sociedade industrial, como delineado na análise de Ramalho e Santana (2004). Esse processo contribuía para a redução de empregos formais (no setor público e privado) e para o conseqüente aumento da informalidade. Nesse contexto, os trabalhadores que pertenciam ao mercado formal, chamados por Guimarães (1999) de “novos excluídos”, passam a buscar alternativas de emprego e renda. Em um outro extremo, estavam aqueles que Guimarães (1999) denominava de “desempregados estruturais”, segundo ele, indivíduos que historicamente sempre estiveram à margem do mercado, cuja organização se dava, via de regra, a partir dos movimentos sociais.

Entre as alternativas de emprego e renda buscadas pelos “novos excluídos” estavam as cooperativas de trabalho, que segundo Jacob Lima consistem em:

[...] formas autogestionárias de organização da produção, do controle da atividade laboral e do produto realizado pelos próprios trabalhadores. Constituem-se em associações voluntárias de trabalhadores que organizam a cooperativa, uma empresa da qual todos são sócios e participam dos processos decisórios, assim como do resultado do labor coletivo. Essas cooperativas têm como princípios fundamentais a democracia, a autonomia, a solidariedade e a igualdade social. (LIMA, 2009, p. 91).

As cooperativas de trabalho são expressão dessa busca por novas experiências de organização da produção no contexto brasileiro. O crescimento no número de cooperativas chamará a atenção do setor sindical que buscará compreender a organização dos trabalhadores nessas empresas, o modelo dessas cooperativas e a melhor forma de organizar a classe trabalhadora como um todo.

Assim, quando os trabalhadores formais passam a “engrossar” as fileiras do desemprego e a se organizar em cooperativas, os “desempregados estruturais” são incorporados à “agenda do dia” junto ao sindicalismo brasileiro. Guimarães (1999) ver nessa preocupação uma possibilidade inédita de uma aliança profissional de dois setores anteriormente separados.

Guimarães (1999) pensa as empresas autogeridas ou cooperativas como um modelo em gestação de saída da crise que estava em curso à época. Chama esse modelo de “perspectiva subversiva”, porque entende que estavam surgindo situações inéditas nas relações produtivas no Brasil, tais como, a possibilidade de contratos coletivos inovadores, com gerenciamento direto dos negócios e dos lucros pelos próprios trabalhadores.

Em relação ao papel das universidades na organização dos trabalhadores, Guimarães reconhece os resultados pequenos, diante da gravidade do problema (desemprego estrutural). Isso seria o resultado do fato das universidades não terem instrumentos de políticas públicas de geração de postos de trabalho. O autor compreende que esse não é o papel da universidade e entende que a transformação da economia para acolher aqueles que ele chama de “excluídos conjunturais” não é tarefa da universidade.

Por outro lado, Guimarães lembra a importância que teve a criação, de grupos de estudos pela Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (Rede ITCP) para o fortalecimento da economia solidária. Também fala sobre a importância da Rede Nacional de Universidades (UNITRABALHO) que, desde sua fundação em 1999, vem construindo pontes entre o saber produzido na universidade e o saber da prática social de indivíduos e instituições que atuam em outros setores da sociedade.

A economia solidária vai se constituir nesse contexto, em que os próprios trabalhadores recém desempregados ou desempregados funcionais, aquelas categorias sociais que historicamente estão excluídas do mercado de trabalho formal, passam a criar ou fortalecer outras formas de organização do trabalho. E onde diversas instituições da sociedade civil buscaram discutir e organizar as novas experiências cooperativistas, cenário que servirá de base para o fortalecimento do movimento de economia solidária no Brasil:

A economia solidária resgata as lutas históricas dos trabalhadores que tiveram origem no início do século XIX, sob a forma de cooperativismo, como uma das formas de resistência contra o avanço avassalador do capitalismo industrial. No Brasil, ela ressurge no final do século XX como resposta dos trabalhadores às novas formas de exclusão e exploração no mundo do trabalho. As mudanças estruturais, de ordem econômica e social, ocorridas no mundo nas últimas décadas, fragilizaram o modelo tradicional de relação capitalista de trabalho. O aumento da informalidade e a precarização das relações formais afirmaram-se como tendência em uma conjuntura de desemprego, levando trabalhadores a se sujeitar a ocupações em que seus direitos sociais são abdicados para garantir sua sobrevivência. De outro lado, o aprofundamento dessa crise abriu espaço para o surgimento e avanço de outras formas de organização do trabalho, conseqüência, em grande parte, da necessidade dos trabalhadores encontrarem alternativas de geração de renda. (Ministério do Trabalho e Emprego, 2012, Brasil).

Na atualidade, segundo dados do Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES), instrumento desenvolvido pela SENAES, composto por informações de Empreendimentos Econômicos Solidários (EES)²³ e de Entidades de Apoio, Assessoria e Fomento (EAF), que fez seu último levantamento em 2011 e disponibiliza na sua página na internet os dados referentes a 2007, a economia solidária conta hoje no Brasil com 21.859 Empreendimentos Econômicos Solidários²⁴. Deste universo de EES, 9.945 relataram que a

²³ Os Empreendimentos Econômicos Solidários são definidos no site da SENAES na internet como: “aquelas organizações: coletivas e suprafamiliares (associações, cooperativas, empresas autogestionárias, grupos de produção, clubes de trocas etc.), cujos participantes são trabalhadores dos meios urbano e rural que exercem a autogestão das atividades e da alocação dos seus resultados. Permanentes (não são práticas eventuais). Além dos empreendimentos que já se encontram implantados, em operação, devem-se incluir aqueles em processo de implantação quando o grupo de participantes já estiver constituído sua atividade econômica. Que podem dispor ou não de registro legal, prevalecendo a existência real ou a vida regular da organização. Que realizam atividades econômicas de produção de bens, de prestação de serviços, de fundos de crédito (cooperativas de crédito e os fundos rotativos populares), de comercialização (compra, venda e troca de insumos, produtos e serviços) e de consumo solidário. As atividades econômicas devem ser permanentes ou principais, ou seja, a razão de ser da organização. São singulares ou complexas. Ou seja, deverão ser consideradas as organizações de diferentes graus ou níveis, desde que cumpridas as características acima identificadas. As organizações econômicas complexas são as centrais de associação ou de cooperativas, complexos cooperativos, redes de empreendimentos e similares”. Ver Ministério do Trabalho e Emprego. “Os Empreendimentos Econômicos Solidários”. Disponível em: <http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/ecosolidaria_empreendimento.asp>. Acesso em: 24 de Abril de 2013.

²⁴ Os empreendimentos têm diferentes formas de organização, entre elas: grupo informal (7.978), associação (11.326), cooperativa (2.115), sociedade mercantil por cota de responsabilidade limitada (54), sociedade mercantil em nome coletivo (56), sociedade mercantil de capital e indústria (192), outra (18).

motivação principal para a criação do empreendimento foi o desemprego; 9.635 relataram que a motivação principal para a criação do empreendimento foi a possibilidade de adquirir uma fonte complementar de renda.

Em relação ao número de participantes-sócios (as), do universo de 21.637 (EES – pessoas físicas²⁵) pesquisados, 630.382 são mulheres e 1.057.114 são homens; já o número de participantes-sócios (as), de 144 (EES - pessoas jurídicas²⁶) é de 7.870 pessoas.

O faturamento mensal dos 15.105 EES²⁷ que informaram seus faturamentos mensais é de R\$ 653.029.449, 45.

Em relação aos números relativos à economia solidária no Ceará, o Estado tem 1.854 Empreendimentos Econômicos Solidários²⁸, dos quais 529 relataram que foi o desemprego o motivo principal para a criação do empreendimento e 546 disseram que iniciaram as atividades visando adquirir uma fonte complementar de renda.

O número de participantes-sócios (as), de 1.852 (EES - pessoas físicas) é de 50.453 mulheres e 59.545 homens; e o número de participantes-sócios (as) de 1 (EES - pessoa jurídica) é de 10 pessoas.

A soma do faturamento total mensal dos 1.286 EES²⁹ é de R\$ 11.716.486,69. Porém, há grandes disparidades entre os EES no tocante à questão do faturamento mensal, pois, apenas 13 EES chegam a faturar cerca de R\$ 100.000,00; esses empreendimentos representam apenas 1,01 % do total de EES existentes no Estado do Ceará. Por outro lado, 411 EES têm faturamento mensal em torno de R\$ 1000,00 e representam 31,96 % do total de EES.

É nessa mesma conjuntura socioeconômica que é criada em 2000 no Ceará, especificamente em Fortaleza, a RCSES, que tem em torno de 80 grupos de produção informais. Estão entre os grupos mais atuantes nas reuniões da RCSES e presentes nas feiras: Grupo Vida Nova (Bairro Vila Pery), Grupo Unidas (Bairro Serviluz), Grupo Nossa Senhora das Dores (Bairro Messejana), Grupo Emaús (município de Maracanaú - CE), Grupo Passo Firme (Bairro

²⁵ Empreendimentos Econômicos Solidários de primeiro grau (grupo informal, associação, cooperativa etc.), formados por pessoas físicas (mulheres e homens).

²⁶ Empreendimentos Econômicos Solidários de segundo grau ou mais (central de cooperativas, central de associações, etc.), formados por pessoas jurídicas (cooperativas, associações, etc.).

²⁷ Segundo dados do SIES: 6.533 EES informaram faturamento mensal igual a R\$ 0,00; 221 (EES) não informaram faturamento mensal.

²⁸ Há diferentes formatos de organização: grupo informal (408), associação (1.374), cooperativa (59), Sociedade Mercantil de capital e indústria (4), Sociedade Mercantil em nome coletivo (2), outra (7).

²⁹ Segundo dados do SIES: 534 EES informaram faturamento mensal igual a R\$ 0,00; 34 EES não declararam faturamento mensal.

Genibaú), Grupo Multiartes (Centro), Grupo Dendêsol (Bairro Dendê), Associação Mulheres em Ação (Bairro Pirambu), Grupo São Vicente de Paulo (Bairro Cristo Redentor).

Entre as entidades da sociedade civil e instituições do poder público que mais compareceram às reuniões da RCSES, considerando o período da pesquisa de campo, estão: Fórum Economia do Negro³⁰, Templo da Poesia³¹, Cáritas Arquidiocesana de Fortaleza, Organização Não Governamental Visão Mundial, Secretaria Regional do Trabalho e Emprego (SRTE/CE)³².

A RCSES realizou em 2003 o primeiro Feirão Estadual de Economia Solidária, que em 2012 estava na sua 9ª edição e que representa um evento de comercialização, formação, afirmação e divulgação das ações da economia solidária no Ceará, em particular, dos grupos produtivos informais integrantes da RCSES.

Em 2008, com a criação do Centro de Formação em Economia Solidária (CFES), projeto da SENAES, houve um início daquilo que eles chamam de interiorização da RCSES, ou seja, uma tentativa de formação de fóruns municipais de economia solidária, ainda não consolidados.

Em uma reunião extraordinária da RCSES, realizada em 21/07/2011, uma das análises realizadas pelos participantes da reunião (coordenadores e produtores) é a de que os grupos ainda são frágeis em formação sistemática em economia solidária, por haver uma grande

³⁰ De acordo com Filho et al. (2012, p. 188), o Fórum Economia do Negro “[...]. Trata-se de uma experiência de gestão social de economia solidária com base em recorte étnico-racial, fomentada pela integração de três instrumentos de políticas públicas: política de crédito, promoção da economia solidária e da igualdade racial. O financiamento é do Programa de Apoio a Projetos Produtivos Solidários, implementado com recursos do Banco do Nordeste do Brasil e da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES). No campo das finanças solidárias, o Fundo Rotativo Solidário é uma metodologia de apoio financeiro às atividades produtivas de caráter associativo, mediante compromisso devolutivo voluntário, com formas flexíveis de retorno monetário ou de equivalência por produtos ou serviços, dirigidas para o atendimento a empreendimentos (grupos produtivos, associações, cooperativas), nos territórios de ação integrada de economia solidária, que adotem princípios de gestão compartilhada e convivência solidária. O Fórum da Economia do Negro é resultado de uma articulação de interesses da sociedade civil organizada e gestão pública. Os dados preliminares apontam que, embora a gestão social dos recursos seja ainda incipiente, o Fundo Rotativo vem contribuindo para o fortalecimento institucional do Fórum da Economia do Negro e seus empreendimentos associados, especificamente no aprendizado da autogestão e nos processos de organização da produção e da comercialização, além da integração das políticas de economia solidária, promoção da igualdade racial e democracia econômica”.

³¹ Consiste em um grupo (Espaço Arte Templo da Poesia) que faz parte da atual coordenação da RCSES. Dois de seus integrantes compareceram à maioria das reuniões que acompanhei durante a pesquisa de campo. Suas poesias e “místicas” são comuns durante cada abertura das reuniões mensais que acontecem na RCSES. Reginaldo Figueiredo e Ítalo Rovere definem o “Templo da Poesia” como: “[...] um local de aprendizado, de conversas, de alegria, de Economia Solidária.” Disponível em: < <http://templodapoesia.blogspot.com.br/p/o-templo.html#>>. Acesso em: 22 de abril de 2013.

³² Mirtes Mota, da Seção de Economia Solidária (SRTE/CE), esteve presente nas reuniões da RCSES sempre que precisava divulgar alguma informação referente às ações da Superintendência na área de economia solidária.

demanda de formação e poucos agentes formadores. E também foi colocada a necessidade da RCSES se expandir para além da Região Metropolitana de Fortaleza (RMF).

Ao falar sobre os avanços e recuos do movimento de economia solidária desde a criação da RCSES, Luciana Rodrigues disse que:

[...]. Houve avanços na questão da divulgação de alguns grupos em Fortaleza; as feiras tiveram abertura maior para a comercialização em Fortaleza proporcionado pelo Governo do Estado, PMF, BNB. [...]. Mas os parceiros não apoiam a rede, seu interesse é somente de ter a marca da rede, mas não há retorno. Não há diálogos entre as instituições que trabalham economia solidária no Ceará. A rede não busca trabalhar ou buscar uma parceria com grupos de outros municípios (instituições e grupos); [...]. (Luciana Rodrigues, Diário de Campo, julho de 2011).

No ano de 2010, a RCSES juntamente com outras entidades e órgãos públicos municipais ligados à temática da economia solidária, consegue aquilo que é considerada a sua maior conquista: A lei Municipal de Economia Solidária³³, sancionada pela gestão municipal de Fortaleza em 28 de janeiro de 2010. O conceito de Economia Solidária é expresso na lei da seguinte forma:

Art. 2º A Economia Solidária constitui-se em toda forma de organizar a produção de bens e de serviços, a distribuição, o consumo responsável e o crédito, que tenha por base os princípios de autogestão, cooperação e solidariedade, visando à gestão democrática, a distribuição equitativa das riquezas produzidas coletivamente, o desenvolvimento local integrado e sustentável, o respeito ao equilíbrio dos ecossistemas, a valorização do ser humano e o estabelecimento de relações igualitárias entre homens e mulheres.

Apesar de teoricamente a lei ressaltar “o desenvolvimento local integrado e sustentável” como um dos seus pilares, além de elencar outros princípios sociais, as políticas públicas efetivamente colocadas em prática para que esse objetivo se realize ainda não existem.

Segundo Citó:

Além da fundamentação teórica, para embasar este trabalho, vali-me da realidade empírica e da etnografia, onde consegui conhecer o que existe de políticas públicas de economia solidária disponíveis na esfera municipal. Esse conhecimento força-me a afirmar que o que existe de políticas públicas são ações pontuais, carentes de

³³ A ONG Adital, em texto publicado no seu *website*, em 22 de fevereiro de 2010, intitulado “Alcaldía de Fortaleza (CE) sanciona Marco Legal de Economía Solidaria”, afirma que “[...] el Marco Legal de Economía Solidaria, trae orientaciones y establece políticas para área de economía solidaria, ya desarrolladas en la ciudad a través de la Secretaria de Desarrollo Económico, además de presentar un formato de Consejo Municipal, ya consensuado entre el poder público y la sociedad civil. [...] La ley, propuesta por el vereador (concejaleiro) Ronivaldo Maia (PT), fue construida con amplia participación popular a través de reuniones, debates y seminarios con la Rede de Socio-Economía Solidaria y otros movimientos organizados que discuten y ejercen actividades cooperativas. El Marco contempla reivindicaciones históricas del movimiento, con la posibilidad de participación de los emprendimientos solidarios en las licitaciones públicas”.

continuidade e de maior grau de regulamentação em relação a critérios de acesso. (CITÓ, 2011, p.15).

Em relação à questão das políticas públicas em economia solidária, a fala de Luciana Rodrigues reforça a realidade constatada pela pesquisa de Citó e exemplifica o modo pontual e descontínuo com que a Prefeitura Municipal de Fortaleza vem tratando as demandas da economia solidária em âmbito local: “[...]. O apoio dos parceiros só acontece quando há um interesse estratégico da parte dos parceiros (principalmente PMF, governo do Estado e BNB) e a rede não se posiciona diante dos parceiros que não são atuantes. (Luciana Rodrigues, Diário de Campo, julho de 2011).

O texto legal reproduz o discurso do movimento de economia solidária³⁴ em âmbito nacional, porém, apresenta pouca efetividade do ponto de vista prático. Segundo Citó:

A lei municipal, por exemplo, sancionada em janeiro de 2010, foi fruto de uma discussão participativa nas instâncias políticas e do movimento, descreve em que se constitui a economia solidária, as características e os princípios norteadores dos empreendimentos, aponta a formação de redes como uma prioridade, define objetivos e instrumentos da política, traz indicativos de fomento ao desenvolvimento da economia solidária, no entanto carece de descrição do como as coisas deverão acontecer para viabilizar na prática a economia solidária. Por exemplo, falta no texto legal a previsão de um fundo que dê suporte às políticas e de um conselho, do qual participem todas as instâncias interessadas, para definir essas políticas. (CITÓ, 2011, p. 16).

O que esse rápido histórico sobre a RCSES e as notas sobre a aprovação da lei de Economia Solidária em Fortaleza nos revelam, no momento, é o processo histórico de construção teórica da definição e das práticas locais que poderão ser consideradas legítimas nesse campo de atuação específico, ou seja, os discursos e as práticas, dos sujeitos, inseridos nos mais diversos contextos sociais e institucionais, vão construindo uma imagem sobre a definição legítima desse fenômeno no Estado do Ceará.

³⁴ Na III Plenária Nacional da Economia Solidária, em Junho de 2003, foi elaborada a Carta de Princípios da Economia Solidária, na qual no seu ponto 2: Convergências – O que é a economia solidária, são apresentados os princípios gerais e específicos que devem orientar o movimento de economia solidária brasileiro: “Apesar dessa diversidade de origem e de dinâmica cultural, são pontos de convergência: a valorização social do trabalho humano, a satisfação plena das necessidades de todos como eixo da criatividade tecnológica e da atividade econômica, o reconhecimento do lugar fundamental da mulher e do feminino numa economia fundada na solidariedade, a busca de uma relação de intercâmbio respeitosa com a natureza, e os valores da cooperação e da solidariedade. A Economia Solidária constitui o fundamento de uma globalização humanizadora, de um desenvolvimento sustentável, socialmente justo e voltado para a satisfação racional das necessidades de cada um e de todos os cidadãos da Terra seguindo um caminho intergeracional de desenvolvimento sustentável na qualidade de sua vida, [...]”. Ver Fórum Brasileiro de Economia Solidária. “Carta de princípios da Economia Solidária.” Disponível em: <<http://www.fbes.org.br>>. Acesso em: 24 de abril de 2013.

Portanto, toda experiência de economia solidária, segundo Dourado (2011) é construída socialmente. Para o autor, o próprio termo é parte de uma construção social e conceitual realizada tanto por “especialistas engajados”³⁵, como pelas “práticas cooperativas”³⁶ dos sujeitos que integram os chamados empreendimentos econômicos solidários e dos sujeitos que militam nas diversas instituições da sociedade civil e do poder público que lidam especificamente com esta temática.

As categorias “especialistas engajados” e “práticas cooperativas” foram cunhadas por Dourado para reconstruir o percurso teórico que deu origem ao termo economia solidária. O autor busca estabelecer uma comparação entre os sentidos e valores atribuídos a esta por teóricos que buscaram conceituar a economia solidária e aqueles que lhes são atribuídos pelos indivíduos que a praticam como atividade produtiva ou militante no seu dia a dia.

O autor mostra que, muitas vezes, os sentidos e valores que são construídos pela teoria, correspondem aos sentidos e valores que são mobilizados pelos “praticantes” da economia solidária. Porém, muitas vezes, há divergências. Nesse sentido, o significado da economia solidária é sempre uma construção de sujeitos historicamente situados.

Para demonstrar essa diversidade de posicionamentos em relação à definição da economia solidária, Dourado buscou mostrar as divergências e convergências entre as elaborações teóricas de três dos mais representativos autores que escreveram sobre o tema.

Em primeiro lugar, afirma Dourado (2011), uma orientação teórica de base marxista e uma forte crença na transformação da sociedade a partir da criação de formas alternativas de produzir orientam a proposta conceitual de Paul Singer na construção da categoria economia solidária. Segundo Dourado, a concepção de economia solidária elaborada por Singer busca negar o sistema econômico capitalista, por meio de valores que se contrapõem aos que são comumente entendidos como próprios do discurso da economia capitalista.

Outra formulação para a categoria foi proposta por Luiz Gaiger, que a partir de uma orientação teórica “weberiana”, propôs o estudo dos “empreendimentos econômicos solidários”, a partir da avaliação analítica dos aspectos quantitativos e qualitativos de cada empreendimento. Nesse sentido, Gaiger buscava analisar os dados quantitativos e qualitativos

³⁵ Para Dourado (2011), “especialistas engajados” são os teóricos acadêmicos que, segundo ele, são os responsáveis pela criação e difusão do conceito de economia solidária, principalmente, Jean-Louis Laville, Paul Singer e Luiz Gaiger.

³⁶ Dourado (2011) usa o termo “práticas cooperativas” para se referir ao modo como os indivíduos “fazem” economia solidária, ou seja, como concebem e praticam a economia solidária no seu cotidiano. Sua análise é fruto de uma pesquisa de campo iniciada em agosto de 2009 e finalizada em meados de 2010, em duas cooperativas sediadas em Porto Alegre: Coopercostura e Coopunis.

dos “empreendimentos econômicos solidários” com o objetivo de relacionar quais aspectos os diferenciavam de outras formas de empreendimentos econômicos, e demonstrar, conseqüentemente, no que consistia essa diferenciação.

São categorias existentes na concepção de economia solidária elaborada por Gaiger:

[...]. Eficiência, democracia política, responsabilidade social, desenvolvimento humano, aspectos solidários, aspectos empreendedores, racionalidade específica, nova racionalidade socioeconômica, solidarismo empreendedor, empreendedorismo solidário, virtudes da comunidade de trabalho, satisfação extra econômica, coesão, gestão conjunta, liderança, novos valores e práticas de trabalho. (DOURADO, 2011, p. 9).

Por último, Dourado (2011) analisa a formulação de Jean-Louis Laville, que ressalta o potencial dos espaços produtivos que são orientados pela ideia de solidariedade, para a criação de novos espaços de interação social. Isso se daria pelo fato de haver diferentes princípios econômicos em equilíbrio orientados por valores sociais múltiplos.

Por outro lado, alguns autores, “menos engajados”, fizeram uma crítica à economia solidária. Discutiram a questão da economia solidária no Brasil, no final da década de 1990, sobretudo, numa perspectiva econômica e sindical. Foi nesse momento que surgiram as primeiras críticas ao discurso da economia solidária, exatamente no momento em que esse discurso começava a ser mais sistematizado por alguns intelectuais.

Remígio Todeschini (1999), à época Tesoureiro Nacional e Coordenador do Grupo de Economia Solidária da Central Única dos Trabalhadores (CUT), dizia que a economia solidária surge na ausência de políticas econômicas e sociais capazes de assegurar o crescimento econômico e o desenvolvimento social.

Entende ainda, que uma economia solidária capaz de gerar um cooperativismo autêntico seria tarefa extremamente difícil em um país de cultura capitalista como o nosso, onde, o ordenamento jurídico, os direcionamentos políticos, a característica do trabalho em tudo se contradiz à proposta da economia solidária.

Carlos Vainer (1999), à época professor do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano - Regional - IPPUR/UFRJ, é talvez quem tenha se posicionado de forma mais pessimista sobre a possibilidade de uma economia solidária dentro do espectro dominador representado pela economia capitalista. Segundo ele, a economia é o lugar da competição e da guerra. Os espaços de solidariedade são aqueles dominados por outros fins, por outros valores e por outras práticas.

A partir do que foi dito, duas compreensões são importantes no momento. A primeira é entender que a economia solidária é uma construção de sujeitos sociais historicamente situados, portanto, diretamente interessados naquilo que dizem e fazem e portadores de uma determinada visão de mundo. A segunda é entender que os discursos legais, institucionais ou morais sobre a realidade não são verdadeiros, simplesmente por serem discursos que contestam uma determinada ordem social, econômica, política ou cultural dominante, nesse sentido, é necessário entender como se dá a relação entre discurso e prática.

4 OUTRO MODO DE PRODUZIR E VIVER É POSSÍVEL?

A elaboração teórica sobre o fenômeno da economia solidária no Brasil, que foi mais internalizada no processo de institucionalização da mesma, e que está presente no modo como diversas instituições, tais como, SENAES e a própria RCSES, sobretudo através das suas lideranças, atualmente, concebe o tema da economia solidária, é aquela que foi proposta pelo economista e atual secretário Nacional de Economia Solidária, Paul Singer.

Segundo Singer (1999), haveria diferenças fundamentais entre solidariedade e competição. O autor entende que a economia solidária seria menos inconsistente do que a economia capitalista, porque ela coloca, aberta e diretamente, a solidariedade como princípio organizador da economia social em lugar da competição. Para ele, a ideologia da economia solidária é coletivista. Nela, entende-se que as pessoas se ajudariam, que seriam solidárias umas com as outras, se uniriam e, com isto, ficariam mais fortes. Compreende que na economia solidária a competição é negativa, embora, em certas circunstâncias seja inevitável. Afirma que não daria para deixar a competição inteiramente de lado no mundo em que vivemos.

A ideia de “competitividade negativa” aparece no pensamento de Singer num sentido moral, ou seja, para ele, na economia solidária os indivíduos deveriam priorizar a igualdade, a ajuda ao próximo, a solidariedade em detrimento da lucratividade, não que devam abdicar da obtenção de lucros, a partir das suas atividades produtivas, mas, compreende que a consideração estritamente utilitarista da atividade econômica, basicamente, a ideia de que o ideal para um sujeito inserido num mercado econômico qualquer é sempre obter a maior quantidade de lucros possíveis, independentemente dos resultados dos demais indivíduos inseridos neste mesmo mercado, acarretaria uma desmobilização dos mesmos em direção a uma construção de um sentido coletivista para a economia solidária.

Essa dimensão específica do pensamento de Singer (1999), que caracteriza a economia capitalista como fundada na expectativa de que os indivíduos tenham um comportamento individualista, utilitarista e competitivo (comportamento predominante nas sociedades de mercado) e em critérios estritamente técnicos e instrumentais de valorização do capital; por outro lado, caracteriza a economia solidária como baseada em valores coletivistas, portanto, voltados para o bem-estar de todos. Será a compreensão teórica mais encontrada entre os sujeitos integrantes da RCSES.

Porém, sua teoria mais ampla, em torno do alcance social e político e das características da economia solidária é muitas vezes incompatível com a existência real desses grupos produtivos informais e com a visão dos sujeitos que os integram. Isso demonstra o

caráter cultural e histórico do modo como vão se constituindo, tanto os discursos e compreensões em torno da economia solidária, bem como a organização prática dos grupos.

Quando afirmo que Singer elabora as concepções amplamente divulgadas e em certa medida aceitas como a “verdade” sobre a economia solidária, não quero com isso dizer que a solidariedade seja incompatível com a economia; muito pelo contrário, concordo com as afirmações de Singer sobre a economia capitalista, pois toda uma tradição de pensadores das ciências sociais e de outras áreas do conhecimento tem demonstrado o caráter histórico da constituição das sociedades de mercado, do sistema capitalista e da própria ciência econômica.

Esse é o caso de Polanyi (2012) quando afirma que as sociedades de mercado são aquelas onde as relações sociais estão embutidas no sistema econômico. Analisando a mesma temática Araújo nos diz, “[...]. O mercado deixa de ser o ‘lugar’ onde se realizam as trocas e passa a representar o ‘agente social’ por excelência, aquele que pretende comandar todas as ações humanas e definir todos os processos de sociabilidade”. (ARAÚJO, 2008, p. 91).

Coelho (2006) entende que os conceitos que estão na base do paradigma dominante na ciência econômica desde a segunda metade do século XIX nasceram centrados no mercado, esse entendido como o lugar de livre troca entre os indivíduos motivados pelo seu interesse próprio. Portanto, a solidariedade entre os “agentes econômicos” é algo que está fora da racionalidade própria da ciência econômica moderna, ou seja, do seu modo típico de pensar as diversas realidades econômicas. Porém, a solidariedade que, como diz Araújo, “tem o sentido de conexão recíproca, ou interdependência entre os membros de um mesmo grupo” (ARAÚJO, 2008, p. 93), na linguagem filosófica, não é incompatível com formas diferenciadas dos indivíduos satisfazerem suas necessidades materiais e “espirituais”, embora, como também lembra Araújo, “no interior da racionalidade sistêmica do capital e com ela interagindo.” (ARAÚJO, 2008, p. 88).

Assim, o que estou analisando é o modo próprio dos sujeitos que se dizem praticantes da economia solidária, membros da RCSES, construírem suas percepções teóricas e se organizarem para produzir dentro de uma perspectiva que entendem como solidária.

Em uma reunião da RCSES ocorrida em julho de 2011, a prática de realizar sorteios para decidir a localização das barracas dos grupos produtivos nas feiras de economia solidária gerou mal-estar entre os produtores presentes. Segundo uma das produtoras: “isso criaria um clima de competição. De busca de melhor espaço de comercialização”. Entendo, que essa tensão entre a teoria da economia solidária (solidariedade VS competição) e as ações efetivas dos sujeitos expressa uma tentativa de adequar ao máximo possível as ações ao discurso (sobretudo,

ao discurso predominante), que considero ser oriundo das instâncias institucionais de caráter nacional, tais como SENAES e FBES.

Essa preocupação com os valores da economia solidária e, conseqüentemente, com a adequação entre teoria e prática, é confrontada, muitas vezes, por posicionamentos mais instrumentais em relação à comercialização nas feiras de economia solidária, como é expresso na fala de Francisca Maria, da Fraternidade Companheiros de EMAÚS, “todo produto tem seu dono, é a dinâmica do produtor que influencia na venda, independentemente da posição da barraca”. (Diário de Campo, julho de 2011).

Em outro evento, “Feira da Primavera”, realizada nos dias 06 e 07 de outubro de 2011, na Praça da Gentilândia, na cidade de Fortaleza, participei de uma oficina intitulada “Como organizar a feira”. Nessa oficina pude perceber o modo como muitos dos sujeitos ali presentes definem sua própria inserção na economia solidária.

Em suas falas percebe-se a influência da ideia de “ser solidário” com o outro - princípio ressaltado no contexto das formações em economia solidária - como o valor central desse modo de organização da atividade econômica. Também se percebe a influência do contexto propriamente cristão, consubstanciado no fato de um caráter propriamente cristão-católico ser predominante entre os sujeitos, as entidades e outras organizações que atualmente formam a RCSES.

A seguir descrevo as respostas das participantes (18 mulheres) e do participante (1 homem) para uma das perguntas feitas na abertura da oficina, que era ministrada por Glória Carvalho (membro da RCSES e da Cáritas Arquidiocesana de Fortaleza): o que vocês trazem em sua caminhada (experiências, expectativas e sentimentos)?

Janine (participa de pastorais no Passaré em Fortaleza e trabalha com algumas formações): “[...] é a vontade de ajudar na formação humana”. Genara (trabalha com customização e retalho): “curiosidade”. Ana Cristina (trabalha com bordado): “esperança de ver e viver a economia solidária”. Francisca Lobato: “crescimento, é bom a gente se encontrar”. Edileuza (artesã de tapetes e coordenadora do Grupo produtivo Maria Bonita): “desejo solidariedade, conhecimento e parcerias”. Mazé (participa de um grupo de mulheres que produz artesanato com Etileno Acetato de Vinila - E.V.A): “conhecimento, organização e trabalho”. Aurilene (trabalha com artesanato em E.V.A): “traz alegria e companheirismo”. Lúcia (Associação Passo Firme - Genibaú, em Fortaleza): “trago colaboração”. Gemma Galgani (Grupo Multiartes - trabalha com Poli Etileno de Tereftalato - P.E.T e E.V.A): “espero troca de conhecimentos, novas amizades e saberes”. Gisele (trabalha com velas - Conjunto Palmeiras, em Fortaleza): “vim pra somar, agir, atitude, e trocar saberes”. Edimeire (trabalha com artesanato indígena - Grupo Tapeba de Caucaia): “minha expectativa é crescer junto, em união”. Josié (Bodega Arcos de Sobral): “trago um espírito solidário, cooperativo, harmônico e espero trocar experiências”. Glória Carvalho (Cáritas Arquidiocesana de Fortaleza): “desejo ser apoio para quem faz a economia acontecer na ponta”. Conceição Almeida (trabalha com ateliê de velas e luminárias - Teatro do Oprimido - Cáritas Arquidiocesana): “trago a arte vida e o acreditar que um novo mundo é possível”. (Diário de Campo, outubro de 2011).

A percepção da economia solidária com o sentido de “troca de saberes”, “ajuda”, “encontro”, “soma”, “união”, “apoio”, “solidariedade”, “companheirismo”, “parceria” configuram um traço marcante no discurso dos sujeitos que participam da RCSES. Essa percepção tem como fonte principal a inserção dos sujeitos como seres sociais motivados e orientados por valores cristãos e tendo como pano de fundo a resignificação da categoria solidariedade, entendida como princípio que pode orientar as ações dos sujeitos no campo econômico, pano de fundo constituído, sobretudo, pelos discursos das lideranças e vivenciado na prática por ações entendidas como solidárias, conscientes, sustentáveis, em detrimento de outras ações consideradas individualistas, egoístas, competitivas.

Como expressão dessa perspectiva de entendimento, cito abaixo um trecho da entrevista que fiz com Maria das Graças, que atualmente é tesoureira do grupo produtivo associação Passo Firme e é agente do Projeto Brasil Local Feminista³⁷, no qual acompanha trinta grupos produtivos formados por mulheres em Fortaleza. Fiz a seguinte pergunta: qual o significado da economia solidária para você?

[...] eu aprendi a fazer esses negócios aqui, uma companheira lá do Genibaú me ensinou, com uma dificuldade, aprender tudo isso aqui, eu mordida a língua, menino ela ria tanto de mim, **[como é o processo de produção desse produto?]**, o crochê em cordão, esse cordão chama rabo de rato né, então você usa uma agulha e um fio né, pega um novelo de fio e transforma numa peça né, eu acho lindo todas que eu produzo, compro o chapéu, e assim, depois que eu aprendi, eu já tive o prazer de repassar isso pra muita gente, **[o aprendizado foi durante o período da paróquia?]**, o período também do processo de grupos né, então assim, a gente aprendia, era a ideia né, quem sabe vai lá ensina, alguém não sabe vai lá aprende né, e eu aprendi, foi interessante, porque eu ministrei uma oficina num curso de verão, aí assim, um ano, dois anos depois, encontrei uma moça com uma bolsa de crochê cordão, aí eu disse assim, olha eu também sei fazer, aí ela disse assim, foi você que me ensinou, aí eu “puxa que vergonha né”, quer dizer eu tinha ensinado pra ela, e ela sabia fazer também, e assim, quando eu vejo alguém dizer que aprendeu que eu pude ensinar alguma coisa, eu sempre fico muita satisfeita, me sinto realizada enquanto pessoa. (Maria das Graças, entrevista concedida em outubro de 2011, grifo nosso).

É essa dimensão da distinção entre economia capitalista e economia solidária, elaborada por vários autores, mas essencialmente por Singer (1999), que mais vai aparecer no discurso desses sujeitos. Mas, como foi explicitado anteriormente, algumas das definições e compreensões que foram elaboradas por teóricos com um perfil mais “engajado” não são

³⁷ O Projeto Brasil Local Feminista, “[...], atua, sobretudo, na promoção de debates, articulação e mobilização, por meio de agentes de desenvolvimento solidário, que buscam fortalecer as políticas públicas em economia solidária, permitindo que os empreendimentos econômicos solidários formados exclusivamente por mulheres possam ser beneficiados pelas políticas desenvolvidas nas diferentes esferas governamentais”. Ver: Guayí: Democracia, Participação e Solidariedade. “Brasil Local Feminista realiza seminário nacional”. Disponível em: <<http://guayi.org.br/?p=879>>. Acesso em: 25 de Abril de 2013.

conhecidas ou “encarnadas” por esses sujeitos, isso porque existem determinantes específicos que distanciam os “grupos produtivos informais” que formam a RCSES das formulações teóricas mais amplas concebidas por esses pensadores e de suas caracterizações específicas sobre os empreendimentos econômicos solidários.

Por exemplo, em uma entrevista no ano de 2007, Singer definiu a economia solidária como:

[...] um modo de produção que se caracteriza pela igualdade. Pela igualdade de direitos, os meios de produção são de posse coletiva dos que trabalham com eles – essa é a característica central. E a autogestão, ou seja, os empreendimentos de economia solidária são geridos pelos próprios trabalhadores coletivamente de forma inteiramente democrática, quer dizer, cada sócio, cada membro do empreendimento tem direito a um voto. [...]. É o inverso da relação que prevalece em empreendimentos heterogestionários, em que os que desempenham funções responsáveis têm autoridade sobre os outros. (SINGER, 2007, p.1).

Em relação à posse coletiva dos meios de produção, essa possibilidade não caracteriza os grupos produtivos informais que integram a RCSES, pois, em geral, os mesmos não são proprietários de bens que possam ser considerados de posse coletiva, tais como, máquinas, ferramentas, prédios, matérias primas, tecnologias etc., por outro lado, uma das principais dificuldades relatadas por grupos que entrevistei, é exatamente a falta de estrutura material e de políticas públicas, sobretudo, inexistência de espaços físicos e apoios financeiros que possam viabilizar uma produção com um caráter propriamente coletivo.

Podemos perceber como se configura essa questão da posse dos meios de produção e do trabalho coletivo a partir da fala de duas produtoras, que responderam a seguinte pergunta: Que dificuldades precisam ser superadas pelo grupo?

[...], as pessoas levar mais a sério, levar mais a sério a questão do trabalho coletivo né, isso é uma dificuldade, a falta de espaço né, espaço físico para o grupo, pra o nosso também [...]. Espaço físico, sala, pra fazer as oficinas, pra fazer nossas reuniões, então nós, normalmente a gente usa o espaço cedido por alguém, aí aumenta mais a nossa dificuldade. [...]. As esperanças é que a economia solidária seja vista com mais respeito né, que seja criada políticas públicas de economia solidária, e as tristezas é exatamente a falta de apoio, ainda né, por parte dos órgãos governamentais, embora tenha avanços né, a gente sabe que falta muito ainda, tem que dá um apoio mais permanente a economia solidária, que chegue uma coisinha pro grupo, mas que seja uma política pública séria, isso aqui é um trabalho, é uma geração de renda, é uma forma de tirar as pessoas da ociosidade, né. (Maria das Graças, entrevista concedida em outubro de 2011).

[...]. Ah meu amor, tá assim, depois que a prefeitura desmontou a lojinha que a gente tinha, tá “desbundado” o grupo, uns pro lado, outros pra outro, [...] é a prefeitura de Fortaleza, uma loja que a gente tinha ali no Casarão da Criança, aí mandaram tirar as coisas, aí todo mundo se espatifou. A gente tinha um quiosque e a prefeitura mandou tirar né, lá no Mercado Central, aí agora a gente tinha uma lojinha lá no Casarão da Criança também, mandou tirar também, só que o grupo assim ficou, uns pro lado,

outros pra outro. Primeiro foi o quiosque no Mercado Central, mandou a gente sair né, aí quando foi terça-feira agora foi a lojinha lá do Casarão da Criança, [...], só que uns ficou pra ficar na Cáritas, onde tem aquelas reuniões ali que a gente vai. **E como está a vida do grupo agora?** [...] é, tá complicado. **Vocês estão se reunindo?** [...] teve uma reunião terça feira, aí a gente não se reuniu, era pra ela ter visto outro canto, ou então não vão se separar do grupo, era pra ter dito assim, mas foi uma coisa tão assim. (Francisca Oliveira, Grupo Unidas, entrevista concedida em outubro de 2011, grifo nosso).

Em relação à forma como se dá a autogestão nos empreendimentos econômicos solidários (grupos produtivos informais), essa gestão conjunta se estabelece de maneira horizontal, sobretudo, nas discussões em torno das estratégias de produção e venda dos produtos, distribuição de funções e tarefas dentro de cada grupo. Essa gestão coletiva é relacionada, portanto, à organização logística dos momentos de produção em grupo e à organização das produtoras (es) para a venda dos seus produtos nos espaços de comercialização:

[...] a gente troca ideias, a gente concorda uma com a outra, a gente tá trabalhando pra ter um coletivo agora, a gente trabalha individual e trabalha também coletivo [...], e aí é assim, o que a gente sabe a gente passa uma pra outra, a gente é um grupo de 10 mulheres, cada uma produz em casa, e a gente tira um dia pra trabalhar o coletivo, vai pra feira, e quando não dá pra todas ir, uma leva as coisas uma da outra, e assim a gente se organiza. (Eliane Moreira, entrevista concedida em julho de 2011).

[...]. **Como é a produção do artesanato que vocês estão comercializando?** [...]. É manual, tudo na mão, tudo as produtoras mesmo que “rala” pra fazer. **São quantas produtoras?** [...] doze, o grupo de doze. **Vocês fazem o produto coletivamente?** Coletivamente, é, [...], assim, porque a gente fabrica na casa de cada uma, e quando a gente se reúne, aí a gente usa os espaços pra colocar, era o produto de todas, a cada dia a mãe ia, uma mãezinha ficava, os produtos que fosse cada qual tinha seus códigos, suas folhinhas de anotação bem certinha, a gente lançava bem certinho o que vendia de outra, era assim. **E quais os produtos que são comercializados por vocês na lojinha?** São os produtos de [...], a minha é a parte de crochê, ela tem diversos produtos, é bolsa, bonecas, é tudo, é peso de porta, é tapete, é confecção, e as outras também, tem confecção no meio, tem também de alimentação, é vários produtos. (Francisca Oliveira, entrevista concedida em outubro de 2011, grifo nosso).

Uma análise feita pela socióloga argentina Susana Hintze ajuda a entender o caráter político e cultural do pensamento de Singer:

Otro de los autores latinoamericanos que considera la economía solidaria como estrategia alternativa al capitalismo, mas precisamente como vía al socialismo, es Singer, para quien constituye una economía sin patrones. Define al socialismo como una sociedad con plena igualdad y libertad para todos sus miembros: democrática, con sufragio universal, gobierno representativo, en la cual todos los ciudadanos tienen los mismos derechos y deberes y el mismo acceso a los medios de producción, un sistema de libre asociación de productores autogestionados. Superada la experiencia del socialismo real, entiende que el camino hoy se abre a los trabajadores para construir el socialismo es su acción directa en los terrenos económico y social, disputando también el campo político. [...]. Atribuye a la autogestión generalizada de la economía y la sociedad el principal papel de la economía solidaria en la lucha por el socialismo [...]. (HINTZE, 2010, p. 34).

Singer (2005) defende sua visão da economia solidária como uma possibilidade de transformação do social, como um modo de produção que seria alternativo ao modo de produção capitalista:

A Economia Solidária é um ato pedagógico em si mesmo, na medida em que propõe nova prática social e um entendimento novo desta prática. A única maneira de aprender a construir a Economia Solidária é praticando-a. Mas, seus valores fundamentais precedem sua prática. (SINGER, 2005, p. 9).

A grande questão que o autor se coloca - questão que se tornou o mote do movimento de economia solidária no Brasil - é se “outro modo de produzir e viver é possível?”. Para ele a resposta é positiva, pois, entende que a sua construção seria efetivada no plano da cultura, em comportamentos e posturas intelectuais diferenciados que coloquem em xeque comportamentos e posturas intelectuais negadores de uma sociedade menos desigual, sustentável e humana, orientada por valores já existentes, que foram colocados em segundo plano, social e pedagogicamente, ou seja, foram atrofiados por outro conjunto de valores temporal e espacialmente mais cultivados, ensinados e apreendidos na civilização do capital.

Nesse sentido, o autor enfatiza a dimensão cultural como decisiva para a construção de uma alternativa ao modelo econômico predominante, porém, na prática, trata-se de um processo complexo que envolve uma mudança ampla na própria estrutura econômica, social, jurídica e política da sociedade.

Lembrando os obstáculos enfrentados pela expansão capitalista, Araújo (2008) ressalta que para que aconteça uma transformação cultural (mudança na base do comportamento econômico), é necessário que novas práticas e experiências econômicas estejam na base da vida material da sociedade. Portanto, enfatiza a dimensão dialética desse processo:

Mas também não foram fáceis os caminhos da produção capitalista. A rigor, nos dois casos, estamos tratando dos obstáculos culturais ao desenvolvimento econômico. Tendemos a ignorar que a transformação do sistema de modelos culturais e de valores não é o resultado de uma simples combinação lógica, ou troca, de novas e velhas fórmulas de comportamento econômico, mas sim, ao mesmo tempo, consequência e condição das transformações econômicas. Não podemos desprezar que tal transformação só se realiza pela mediação da experiência e da prática de indivíduos diferentemente situados em relação ao sistema cultural e econômico. (ARAÚJO, 2008, p. 87).

Portanto, é essa análise do fenômeno da economia solidária vista sob a perspectiva da cultura, ou seja, entendida, como um “ato pedagógico”, que está mais presente nos discursos dos integrantes da RCSES, sobretudo, na fala das suas principais lideranças. A transformação no plano cultural, definida como mudança de atitudes e formas de pensar, é entendida como o

vetor principal da mudança econômica, muitas vezes desconsiderando outras dimensões da realidade social.

É nesse sentido, numa visão democrática, materialista e pedagógica da economia solidária, construída pelo principal expoente intelectual da temática no Brasil, ou seja, uma visão que pensa a possibilidade de uma sociedade socialmente igualitária e economicamente justa, a partir da construção possível, pela via da transformação subjetiva das formas de pensar e agir, que identifique uma aproximação entre a compreensão da economia solidária pelos integrantes da RCSES (sobretudo, suas lideranças) e o pensamento de Paul Singer.

Nessa perspectiva, alguns integrantes da RCSES, que tecem críticas específicas à forma como o movimento se organiza no Brasil e identificam tensões entre o movimento e setores do poder público, em geral, defendem a expansão dos valores e visões de mundo contidas na ideia de economia solidária, como uma das chaves para a construção de um modo alternativo de produzir e organizar as relações sociais.

Reginaldo Figueiredo - que acredita que a “economia solidária é uma saída para a vida” -, falando sobre a relação entre a esfera política e a economia solidária, diz:

[...] o movimento cresceu, mas se fragilizou, pessoas do movimento pesado estão em ONGS. Se o movimento cai nas mãos de políticos, corre o risco de enfraquecer. Quando o movimento endurece, quando as práticas acontecem, o movimento político pode mudar o rumo dos recursos públicos que são direcionados para a Economia Solidária [...]. (Reginaldo Figueiredo, Membro da RCSES, Grupo Templo da Poesia, Diário de Campo, julho de 2011).

Na visão de Reginaldo Figueiredo uma das saídas para essa situação seria o movimento preocupar-se com o processo educativo. Ele defende a entrada da economia solidária nos currículos escolares, pois, acredita que os adultos que já passaram pela escola estão acomodados com o capitalismo, mas os jovens precisariam ser educados na perspectiva da economia solidária.

Se entendermos a dimensão do “ato pedagógico” no sentido pensado por Singer, e se é possível relacioná-lo ao campo político e social configurado pelo espaço escolar, podemos afirmar que esta visão, expressa por Reginaldo Figueiredo e defendida por outros sujeitos que atuam na RCSES, se coaduna com a perspectiva de que a partir de mudanças no comportamento cultural (sobretudo, nos modos de pensar e agir) e de mudanças estruturais em diferentes setores da sociedade, principalmente, na educação, é possível transformar a sociedade, preparando-a, ao longo prazo, para o aumento da solidariedade em todas as dimensões da vida social.

Diante da seguinte pergunta formulada por Reginaldo Figueiredo: “o que é estratégico para a RCSES fazer, para fortalecer o movimento? ”, foram obtidas as seguintes

respostas, que corroboram com as reflexões acima: “[...] introduzir a economia solidária nas escolas. ” (Gemma Galgani). “[...]. Os sujeitos que participam do movimento de economia solidária são formadores de opinião, por isso, devem ter consciência de suas práticas”. (Interlocutora A). (Diário de Campo, julho de 2011).

No debate entre as pessoas que compareceram à reunião, ficaram definidas como “atividades pedagógicas autogestionárias” para serem realizadas, com o objetivo de fortalecer o movimento de economia solidária no Ceará, as seguintes ações:

O Ceará quer levar o movimento de economia solidária para as escolas e para as famílias. [...]. Produzir coisas que não agridam a natureza. [...] levar a cultura popular às escolas. [...]. Fortalecer os diversos sujeitos e grupos, fortalecendo a ajuda mútua e o consumo solidário. (Diário de Campo, julho de 2011).

Assim, os significados que foram construídos sobre a economia solidária pelos sujeitos que integram a RCSES, configuram-se, por um lado, pelo entendimento de que novas relações econômicas e sociais são possíveis através de uma mudança cultural, a partir da tomada de consciência individual sobre a negatividade dos valores predominantes nas relações capitalistas e a positividade dos valores inscritos na ideia de economia solidária (visão predominante nos discursos das lideranças); por outro lado, como uma forma de “ajuda ao próximo”, a ideia de que o sujeito deve (no sentido de dever moral) ser solidário com quem precisa de ajuda; partilha com aqueles que sofrem processos múltiplos de exclusão, portanto, uma visão mais ligada a prática cotidiana dos produtores, nesse sentido, mais desligada de uma visão teórica mais ampla.

Portanto, não desconsiderando o valor dos processos de mudança cultural para a transformação de uma dada realidade social, é necessário entender sob quais bases políticas e sociais a economia solidária é construída, para que o sentido real das experiências concretas seja compreendido.

Nesse sentido, é necessário observar o lugar de onde falam os sujeitos, para construir o distanciamento necessário entre o discurso político autorizado sobre a economia solidária e a realidade que de fato nos interpela, o campo circunscrito de questões sobre o qual se realizam reflexões teóricas.

Por esse motivo, no próximo item desta dissertação, pretendo discutir a relação intrínseca entre a economia solidária e a sociedade capitalista liberal, buscando entender a dimensão real das experiências de economia solidária, diante de um contexto sociocultural marcado por lógicas negadoras de suas práticas e de seus discursos sustentadores.

4.1 A necessária reflexão sobre os laços sociais possíveis no interior das sociedades capitalistas ocidentais

Em *As Metamorfoses da Questão Social: uma crônica do salário*, escrito em 1995, o sociólogo francês Robert Castel reflete sobre a crise da sociedade salarial, a precariedade do emprego e a desfiliação social, no contexto da sociedade francesa da década de 1970. Ao analisar as diferentes propostas para a construção de um Estado que estabeleça novas formas de proteção social para os indivíduos que estão em situação de exclusão, por conta da progressiva desconstrução do chamado Estado de Bem-Estar Social³⁸ que havia sido construído em alguns países europeus nas décadas anteriores, Castel (2008) se refere à economia solidária como uma proposta respeitável, mas lembra de que pode não passar apenas de boas intenções, não se constituindo em uma política de fato. Sua definição de economia solidária implica, no plano teórico, uma integração entre o social e o econômico:

A preocupação em promover uma “economia solidária”, isto é, de ligar a questão do emprego e a da coesão social, de criar vínculos, ao mesmo tempo que atividades, entre as pessoas, é respeitável ao máximo. Porém, na situação atual, trata-se mais de declarações de intenção do que da afirmação de uma política. (CASTEL, 2008, p. 575).

Castel (2008) reconhece que o mercado de trabalho formal está em crise na França, mas diante da sua descrença na possibilidade real da existência de uma economia baseada na solidariedade entre os agentes econômicos, não deixa de fazer a defesa daquilo que ele chama de “sociedade salarial”, segundo ele, um “alicerce sociológico” da cultura ocidental, no que se refere à relação entre democracia, proteção e trabalho:

[...] a sociedade salarial é o alicerce sociológico em que se baseia uma democracia de tipo ocidental, com seu méritos e suas lacunas: Não o consenso, mas a regulação dos conflitos; não a igualdade das condições, mas a compatibilidade de suas diferenças; não a justiça social, mas o controle e a redução da arbitrariedade dos ricos e dos poderosos; não o governo de todos, mas a representação de todos os interesses e sua apresentação para o debate no cenário público. Em nome desses “valores” – e, evidentemente, com e para aqueles que os partilham -, é possível interrogar-se quanto a melhor maneira de não lapidar essa herança. (CASTEL, 2008, p. 580).

³⁸ O economista Jorge Beinstein, em seu livro *Capitalismo Senil: a grande crise da economia global*, diz que “[...]. Nas sociedades centrais, três tendências convergentes impulsionaram a crise. Por um lado, a expansão global das grandes empresas transbordou para os Estados. Por outro, o endividamento público crescente sujeitou cada vez mais os governos aos ‘mercados financeiros’. Finalmente o desemprego, o empobrecimento e a concentração de renda e suas sequelas em termos de marginalidade urbana, predomínio do individualismo e outros fatores que deterioraram seriamente o ‘pacto keynesiano’ (‘estado de bem-estar’), estabelecido nos anos 50 e 60, afetaram os vínculos entre o Estado e a sociedade civil (especialmente as classes médias e baixas)”. (BEINSTEIN, 2001, p. 68-69).

No Brasil, país que não passou pela experiência do “Estado de Bem-Estar Social”, a economia solidária, diferentemente da França, avançou politicamente, exemplo disso foi a criação da SENAES e do FBES, duas instituições que não estão isentas da crítica por parte dos sujeitos que integram o movimento, mas que por outro lado, representam um avanço na institucionalização das demandas políticas construídas por esses sujeitos.

Mas qual será o verdadeiro alcance da economia solidária para garantir uma cidadania mínima? Que possibilidades de inserção na sociedade essas experiências de economia solidária estão construindo no contexto da sociedade liberal capitalista para os sujeitos que participam de seus projetos?

A filósofa Marilena Chauí apresenta uma reflexão crítica sobre o tecido sociocultural e político brasileiro. Segundo Chauí (2008), a “democracia liberal” não garante uma cidadania de fato, capaz de permitir que as pessoas participem de forma crítica das principais discussões e decisões das questões públicas que interessam ao conjunto da sociedade.

Para a autora, o pensamento e práticas liberais reduzem a liberdade de manifestação e participação política dos indivíduos a uma mera questão de procedimentos, em que o mais importante seria o “funcionamento” das instituições judiciárias, legislativas e executivas, reduzindo a democracia a uma dimensão técnica e formal, em detrimento do debate público dos diferentes atores sociais, nos campos político, cultural e econômico.

Em síntese, a tese de Chauí consiste no seguinte: “[...] donde o maior problema da democracia numa sociedade de classes ser o da manutenção dos seus princípios - igualdade e liberdade - sob os efeitos da desigualdade real”. (CHAUÍ, 2008, p. 67).

Nessa perspectiva, a autora entende a sociedade brasileira como uma sociedade autoritária, onde historicamente não vivenciamos nem mesmo o legado da sociedade salarial indentificado por Castel na sociedade francesa. Daí, acredito, a dificuldade ainda maior de cristalização de projetos alternativos, sobretudo, os que atuam diretamente no plano econômico, *locus* privilegiado de produção de desigualdades sociais.

É importante também destacar a leitura crítica feita pela socióloga Alba Carvalho. Segundo a autora a realidade social e cultural brasileira é marcada pelo predomínio do capital sobre as necessidades humanas:

Como bem sintetiza César Benjamim (2004) cultua-se o dinheiro, o verdadeiro deus da nossa época - um deus indiferente aos homens, inimigo da arte, da cultura, da solidariedade, da ética, da vida do espírito, do amor. Um deus que se tornou imensamente mediocrizante e destrutivo. E que é insaciável: a acumulação de riqueza abstrata é, por definição, um processo sem limites. Esta lógica da financeirização imprime o ritmo de valorização do capital na esfera produtiva: com a mediação da ciência e da tecnologia, passa-se "a produzir intensa e loucamente para se consumir

mais loucamente e se consumir loucamente para se produzir mais loucamente”. (BENJAMIM, 2004). É uma expansão ilimitada em que o capital prescinde da presença física e do próprio "saber" e do próprio "fazer" do trabalhador. (CARVALHO, 2008, p. 4).

Carvalho formula seu pensamento na confluência com as análises de outros críticos da modernidade capitalista, tais como, Zygmunt Bauman, István Mészáros e Boaventura de Sousa Santos e relaciona essa valorização do capital em detrimento do ser humano à questão da qualidade da inclusão dos indivíduos na sociedade.

Carvalho (2008) nos diz que o desafio de incluir os segmentos sociais que foram excluídos da sociedade - pela lógica do mercado capitalista neoliberal³⁹, marcada pela acumulação rentista⁴⁰, dinheiro a gerar mais dinheiro⁴¹ e pela lógica estatal da inclusão precária dos indivíduos pela via do consumo - está diretamente relacionado com a configuração da democracia.

Para Carvalho (2008), dialogando com Sousa Santos, a nossa democracia seria de “baixa intensidade” (modelo hegemônico de democracia liberal) e defende uma democracia de “mais alta intensidade” (democracia participativa) como uma via capaz de modificar a relação política dos indivíduos com a sociedade e o Estado.

Segundo a autora, o que se tem hoje é uma “encarnação minimalista neoliberal de democracia”, restrita a procedimentos políticos-eleitorais. Para ela, é necessário existir uma “encarnação radical da democracia” (fundada na participação da população na vida social, através de múltiplos formatos organizativos, na perspectiva da cidadania plena e da igualdade) como alternativa real de transformação da realidade política e social.

Apesar de um cenário cultural, social, político e econômico tão refratário a projetos que visam a transformação da sociedade inscritos numa leitura crítica da realidade, dessa forma,

³⁹ Para Ulhôa (1999) existe um grande paradoxo entre os princípios liberais, que são inquestionáveis de um ponto de vista das sociedades modernas, mas que por outro lado, foram absorvidos pelo discurso conservador que encara qualquer defesa de uma ordem social mais justa como ameaçadora à liberdade individual, sobretudo, projetos que questionam os privilégios materiais e sociais de determinadas classes sociais.

⁴⁰ Segundo Beinstein: “[...]. Os grupos econômicos cada vez mais concentrados encontraram na especulação a compensação para os rendimentos insuficientes de suas atividades. Isto produziu um desvio crescente de fundos que afetou negativamente a produção e o emprego. Estes negócios se multiplicaram; títulos da dívida pública, ações e outros papéis ofereciam bons ganhos sem necessidade de esperar por longos prazos. No seio destes grupos tiveram importância cada vez maior os serviços e departamentos consagrados ao negócio financeiro.” (BEINSTEIN, 2001, p. 132).

⁴¹ “Esse selvagem capitalismo financeiro muda a ordem internacional, tornando os povos, especialmente os dos países menos desenvolvidos – e neles, sobretudo, as camadas mais pobres da população – totalmente vulneráveis e sem defesa diante da insaciável fome do capital virtual, de propriedade dos grandes grupos e bancos internacionais.” (ULHÔA, 1999, p. 45).

negadores da democracia representativa liberal e do modo de produção capitalista, alguns autores que estudaram a temática da economia solidária entendem que de fato as experiências de trabalho que são construídas a partir dessa perspectiva - que adota como princípios e valores aqueles propostos pelo escopo teórico da economia solidária - são capazes de fomentar uma inserção dos indivíduos no campo da cidadania, entendida basicamente como promoção e fortalecimento da condição de pertença dos indivíduos ao campo social através da sua reinserção no campo econômico.

Nesse sentido, Braga ressalta o potencial presente em projetos de geração de trabalho e renda que atuam dentro de uma perspectiva que considera o sujeito e os valores da autogestão e da solidariedade como o centro de suas ações:

[...] a socioeconomia solidária – ao desenhar arranjos produtivos locais – explicita uma estratégia de geração de trabalho e renda, e os grupos envolvidos resgatam o sentido da cidadania, da realização humana e da capacidade de reproduzir-se enquanto força de trabalho, produzindo, assim, o sustento para si e para a sua família. Entretanto, ela não se esgota nessa dimensão, pois constrói um espaço de sociabilidade orientado pela solidariedade, pela partilha e cooperação. (BRAGA, 2004, p. 59).

A autora se refere a uma experiência concreta de mobilização comunitária. Trata-se da experiência de economia solidária que desde os anos 1990 mobiliza os moradores do bairro Conjunto Palmeiras, localizado na periferia de Fortaleza, com população estimada em 36.599 habitantes⁴², que se tornou conhecido no Brasil a partir dos estudos realizados por vários pesquisadores e através das ações desenvolvidas pelos moradores dessa comunidade.

Braga (2004) busca entender, portanto, em que medida a organização comunitária, a partir do coletivo de pessoas excluídas do mercado de trabalho é capaz de encontrar estratégias de reinserção na sociedade, desde a própria sociedade:

A perspectiva emancipatória orienta o discurso e as práticas sociais de modo a construir um novo sujeito coletivo em que a constituição de redes é fundamental para fazer brotar a sustentabilidade dessas iniciativas, que constroem um tecido socioprodutivo nos marcos da adversidade do contexto capitalista. (BRAGA, 2004, p. 59).

Assim, a economia solidária é vista com otimismo e a mudança social passa a ser entendida como o conjunto das ações que nascidas no seio da própria sociedade, são capazes de engendrar novos atores sociais e novas estratégias de combate frente aos processos múltiplos de exclusão produzidos no seio das sociedades liberais.

⁴² Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Censo Demográfico de 2010.

Portanto, a grande questão que deve ser colocada, nesse momento em que vivenciamos no Brasil uma realidade social marcada pelo estabelecimento da sociedade capitalista liberal e, por outro lado, o surgimento de propostas de mudanças sociais nascidas no seio da sociedade civil, tais como as experiências de economia solidária, é refletir sobre os laços sociais possíveis no interior das sociedades capitalistas.

Contemporaneamente, o padrão da economia de mercado capitalista domina quase todas as economias do mundo. O homem moderno é considerado um “animal econômico”⁴³, que sempre busca raciocinar em termos de meios e fins e que sempre procura agir de acordo com o seu autointeresse nas mais variadas situações sociais, sendo o campo econômico considerado entre os modernos o espaço natural das ações racionais visando o lucro.

Essa forma de pensar e agir, predominante nas sociedades modernas, é alvo de diversas críticas por parte de sociólogos, antropólogos e economistas. Uma dessas críticas foi feita pelo sociólogo canadense Jacques Godbout, que acredita que o tipo de laço social construído a partir dessa visão de homem e sociedade é prejudicial ao convívio social. Segundo ele, acaba destruindo a possibilidade de uma relação social sólida, comprometida e potencialmente transformadora.

Em artigo intitulado “*Homo donator versus homo oeconomicus*”, Godbout faz a crítica ao paradigma do “*homo oeconomicus*” (paradigma da racionalidade instrumental) e discute a questão da liberdade e do vínculo social para além do modelo dominante de relação social presente nas sociedades modernas: “[...]. Com efeito, o modelo do *homo oeconomicus* defende o seguinte: na medida em cada um otimiza seu interesse individual, os membros de uma sociedade produzem o máximo de bem-estar coletivo.” (GODBOUT, 2002, p. 65, grifo do autor).

Godbout (2002) busca fortalecer a crítica ao paradigma da racionalidade instrumental e explica que esse modelo dominante de relação social, considerando o fato de vivermos em “sociedades pluralistas não comunitárias”, é bastante atraente, sobretudo, porque cria uma sensação de liberdade em relação a “instâncias e autoridades exteriores” à comunidade de origem do indivíduo.

⁴³ No *Ensaio sobre a dádiva: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas*, escrito originalmente em 1925, Marcel Mauss já afirmava como uma das facetas que caracterizava as relações sociais nas sociedades modernas o fato do homem tornar-se cada vez mais utilitarista e individualista. Segundo o autor, “O *homo oeconomicus* não está atrás, está adiante de nós; assim como o homem da moral e do dever; assim como o homem de ciência e razão. O homem foi por muito tempo outra coisa e não faz muito que é uma máquina, uma complicada máquina de calcular.” (MAUSS, 2003, p. 307, grifo do autor).

A recusa em se pronunciar sobre os valores, constante no conceito de preferência, está adaptada às sociedades pluralistas não comunitárias em que, justamente os valores e as normas de cada um são bastante diferentes. Ou, dito por outras palavras: este modelo liberta-nos das relações sociais não desejadas, inumeráveis em uma sociedade pluralista. Sem que tal atitude nos impeça de obter o que desejamos do outro evitando, no entanto, qualquer envolvimento de ordem pessoal com ele. O que espontaneamente, agrada a todos no mercado é esta liberdade; é esta facilidade de sair de uma relação que não seja de nosso agrado e estabelecer alhures outro relacionamento. (GODBOUT, 2002, p. 66).

Godbout mostra o que fundamenta essa forma de liberdade, o tipo de realidade de onde tira a sua força:

De que maneira será possível esta liberdade e em que estará baseada? Esta liberdade apóia-se na *liquidação imediata e permanente da dívida*. O modelo mercantil visa a ausência de dívida no âmago das relações sociais. Neste modelo, cada troca é completa (*clear*). Graças a lei da equivalência, cada relação é pontual; sem futuro, ela não nos insere, portanto, em um sistema de obrigações. Este tipo de relação que nos parece ser evidente é, de fato, algo de inaudito; nem mais, nem menos do que invenção de um vínculo social inédito [...]. Eis a melhor definição sociológica de mercado: um vínculo social que visa escapar às obrigações normais inerentes aos vínculos sociais. Essa é a essência da liberdade moderna. [...]. Em resumo, este modelo tira a sua força do fato de que constitui uma alternativa a hierarquia imposta [...]. Com toda a certeza, é uma relação social bem limitada, um vínculo frágil, tal modelo implica, igualmente, a exploração, a injustiça, a exclusão com toda certeza”. (GODBOUT, 2002, p. 67, grifo do autor).

O autor também faz uma crítica ao paradigma holista, termo pelo qual designa todas as teorias que partem da sociedade e não do indivíduo na análise das relações sociais. Argumenta que esse paradigma não é capaz de estabelecer uma crítica contundente ao paradigma do “*homo oeconomicus*”, justamente por contrariar um valor que é praticamente inquestionável nas sociedades capitalistas modernas, a liberdade. Analisando esse paradigma a partir do movimento em favor da socioeconomia⁴⁴ Godbout nos diz:

A socioeconomia consiste em mostrar que o interesse não explica tudo, que existem também normas, regras, valores, a moral, o dever. No entanto, estas normas tendem a ser concebidas como obrigações oriundas do exterior. Então, o mais rapidamente possível, temos vontade de nos libertarmos delas e nos voltarmos para o paradigma dominante; esse é o problema, clássico em sociologia, da interiorização das normas. E a socioeconomia deverá enfrentar o problema ainda mais importante dos modelos sociológicos diante do paradigma dominante, a saber: o de pensar a liberdade no contexto do controle social. (GODBOULT, 2002, p. 72).

⁴⁴ No final da década de 1990, na esteira dos autores contrários ao chamado paradigma utilitarista nas Ciências Sociais, o sociólogo das organizações norte-americano Amitai Etzioni publicou um livro intitulado *The moral dimension* (1988), que resultou, no ano posterior, em um movimento chamado (SASE - *Society for the Advancement of Socio-Economics*). “Este movimento faz uma crítica ao monopólio da economia neoclássica e apresenta-se como uma alternativa ao paradigma utilitarista. Sem negar a importância do interesse na explicação dos comportamentos dos agentes sociais, este *New paradigm* (título do primeiro capítulo do livro) pretende quebrar o isolamento do indivíduo e situá-lo no contexto de suas relações sociais.” (GODBOUT, 2002, p. 71, grifo do autor).

Para o autor existe um paradigma que é alternativo a esses dois modelos de laço social. Ele lança a questão: como garantir a liberdade do sujeito sem defender o modelo da racionalidade instrumental ou o modelo de prescrição de normas e regras exteriores aos indivíduos? Diante desta questão, Godbout defende o “paradigma da dádiva” como saída para os dois modelos analíticos dominantes nas ciências sociais.

Godbout se inspira na ideia de dádiva a partir do pensamento de Marcel Mauss (1925), que no “*Ensaio sobre a dádiva*” pesquisou, como anunciado no subtítulo do *Ensaio*, a forma e a razão da troca nas sociedades arcaicas. Segundo Mauss:

Eis, portanto, o que se descobriria ao cabo dessas pesquisas. As sociedades progrediram na medida em que elas mesmas, seus subgrupos e seus indivíduos, souberam estabilizar suas relações, dar, receber e, enfim, retribuir. Para começar, foi preciso inicialmente depor as lanças. Só então se conseguiu trocar os bens e as pessoas, não mais apenas de clãs a clãs, mas de tribos a tribos, de nações a nações e - sobretudo - de indivíduos a indivíduos. Só então as pessoas souberam criar e satisfazer interesses mútuos, e, finalmente, defendê-los sem precisar recorrer às armas. (MAUSS, 2003, p. 313).

Godbout (2002) argumenta que o “paradigma da dádiva” ultrapassa os dois vínculos sociais principais identificados pelos modelos teóricos dominantes nas ciências sociais como os únicos que poderiam ser pensados a partir da análise do comportamento humano e da análise das relações que os indivíduos estabelecem entre si.

[...]. Neste sistema, a liberdade é, finalmente, mais importante do que no próprio modelo econômico já que o modelo do dom é o único sistema de ação que incita seus membros a aumentarem a liberdade dos outros membros; e permanece fundamentalmente diferente do modelo das escolhas racionais porque está baseado na dívida. O dom não depende, portanto, de nenhum dos dois paradigmas dominantes. A não - equivalência, a espontaneidade, a dívida, a incerteza procurada no âmago do vínculo opõem-se à teoria das escolhas racionais e ao contrato. Por sua vez, o prazer do gesto, a liberdade, opõem-se à moral do dever e às normas interiorizadas do modelo holístico. (GODBOULT, 2002, p. 78).

Portanto, o paradigma defendido por Godbout, definido com mais especificidade no livro *O espírito da dádiva* (1999), como o único capaz de garantir um vínculo social alternativo aos dois modelos predominantes nas sociedades modernas, é o paradigma da dádiva.

Segundo o autor, esse paradigma estabelece relações sociais marcadas pela reciprocidade entre os indivíduos, em que as pessoas se relacionam com outras pessoas, e não com “objetos”. Godbout entende que a força do paradigma da dádiva está no fato de estabelecer um contexto no qual a liberdade é ampliada, dado que a dádiva é um ato que tem origem na própria vontade do indivíduo e no fato de que as relações sociais são estabelecidas entre pessoas “reais”, dotadas de história, moral, sentimentos, “espírito” e dores que não podem

ser reduzidas nem à ideia de meios para se obter um fim nem à ideia de “coisa”, com a qual se estabelece uma relação destituída de qualquer interesse propriamente humano.

O moderno, pseudo-emancipado do dever de reciprocidade, desmorona sob o peso da acumulação do que ele recebe sem retribuir, torna-se um doente, e sua sensibilidade o torna incapaz de suportar as relações humanas. Um ser vulnerável, que perdeu seu sistema de defesa imunitária contra as relações negativas, fugindo do ciclo dar-receber-retribuir por medo de se deixar enganar, “asseptizando” o ciclo de relações unilaterais, objetivas, precisas, calculáveis, mecânicas, predeterminadas, contabilizáveis, explícitas, objetivadas, frias [...] ao passo que, como vimos, retribuir é dar, dar é receber e retribuir, receber é dar; dar, receber, retribuir é estar sempre colocando a indeterminação do mundo e o risco da existência; é estar sempre fazendo existir a sociedade, toda sociedade. (GOLDBOULT, 1999, p. 252-253).

Focalizando a dimensão do *trabalho*⁴⁵ nas sociedades capitalistas como estando na base do tipo de vínculo social que é predominante nessas sociedades, Oliveira (2003) faz uma crítica contundente ao sistema capitalista de produção, que estabelece relações sociais baseadas na reprodução do valor, do capital, em detrimento das demais dimensões do ser humano, colocadas em segundo plano, por não serem diretamente necessárias para a lógica de reprodução do capital. Questiona, sobretudo, as consequências humanas desse sistema, propondo uma reflexão sobre as especificidades das relações de produção e das relações sociais na sociedade capitalista:

A atividade humana orientada para a criação do *valor* importa apenas na medida em que põe uma diferença quantitativa entre os valores envolvidos no processo de troca inerente à contraposição orgânica entre *capital* e *trabalho*. O trabalhador interessa pelo fato de que é portador material do *trabalho*, não importando sua condição de ser humano ou o caráter determinado da substância que carrega consigo. Contudo, embora não seja percebida de imediato, trata-se de uma oposição de poderes diferenciados que permanece restrita à dinâmica da valorização do *capital*. (OLIVEIRA, 2003, p. 80, grifo do autor).

Partindo de um referencial teórico diferente daquele utilizado por Goldboul, Oliveira faz uma crítica radical ao modo como está organizado o trabalho atualmente nas sociedades modernas, identificando no mesmo uma condição para a reprodução das principais “mazelas” enfrentadas pela sociedade atual, já que o trabalho só existe atualmente em função da reprodução do capital. Para a superação dessa condição, o autor diz que:

Diante de tal quadro, é crucial elaborar uma pauta que inclua a discussão de uma crítica social radical, expressamente formulada, tendo em vista provocar um debate teórico-político, para que se possa pensar um processo pedagógico no qual sejam

⁴⁵ No seu artigo *A dialética do “fim” do trabalho*, Oliveira esclarece que: “[...] a grafia *trabalho* estará sempre significando a forma de mediação social entre os homens e entre estes e a natureza, historicamente determinada. Embora possa também se referir ao ‘trabalho escravo’ ou ao ‘trabalho servil’, é o ‘trabalho assalariado’, a forma específica adequada à produção do *capital* [...]” (OLIVEIRA, 2003, p. 81, grifo do autor).

explicitadas práticas sociais que se contraponham ao *trabalho*. Como se sabe, todo sistema de reprodução social tem seus limites intrínsecos ou absolutos que não podem ser ultrapassados enquanto não for experimentado um outro modo de reprodução social. Esse exercício de uma crítica emancipatória, radicalmente transformadora, mesmo se tendo consciência das “insuperáveis” complexidades existentes na atualidade. (OLIVEIRA, 2003, p. 81, grifo do autor).

Portanto, o autor demonstra em sua análise a especificidade das relações de produção nas sociedades capitalistas e caracteriza o tipo de laço social que é decorrente desse sistema. Seguindo ainda esse raciocínio sobre a definição da economia capitalista, entende-se que:

O capital é um metabolismo de reprodução historicamente específico no qual a forma básica de interdependência social apresenta-se com um caráter impessoal e quase objetivo. Seu desenvolvimento aprofunda-se pari passu com a dinâmica histórica da sociedade capitalista e, a partir da forma industrial de produção, inicia o processo de dominação abstrata que se constitui a partir do seu desenvolvimento. (OLIVEIRA, 2003, p. 81, grifo do autor).

Dessa forma, na análise sobre os laços sociais existentes nas sociedades capitalistas ocidentais, em decorrência do modo de produção capitalista e sobre os laços sociais possíveis no seio dessas mesmas sociedades, esses estudiosos levantaram questionamentos que não podem ser desprezados. Essa questão dos vínculos sociais possíveis motivou minha pesquisa na medida em que busquei entender um movimento que se pretende alternativo, no que se refere à sociedade capitalista.

[...]. A prática da Economia Solidária, no seio do capitalismo, nada tem de natural. Ela exige dos indivíduos que participam dela um comportamento social pautado pela solidariedade e não mais pela competição. [...]. Ela propõe que todos os que se dedicam à mesma linha de mercadorias [...] também cooperem entre si e que os resultados do trabalho de todos sejam distribuídos de acordo com regras de justiça aceitas por todos ou pela maioria dos cooperadores. [...]. Fica claro que a prática da Economia Solidária exige das pessoas que foram formadas no capitalismo que sejam reeducadas. [...]. A hipótese aqui é que todos têm inclinação tanto por competir como por cooperar. Qual dessas inclinações acabará por predominar vai depender muito da prática mais frequente, que é induzida pelo arranjo social em que o sujeito nasce, cresce e vive. [...]. Os que se formam em um meio em que prevalece a Economia Solidária vivem desde cedo situações definidas por comportamentos recíprocos de ajuda mútua. Aprenderão que as pessoas diferem, mas que essas diferenças provêm do meio e da educação; que ninguém é tão forte que não precise de auxílio dos outros e que a união faz a força. São levados a perceber que a desigualdade social e econômica não é natural e nem decorre da superioridade de quem tem e manda sobre quem nada tem e obedece. [...]. A economia solidária é um passo decisivo “para além” desse aprendizado pela vivência, pois ela propõe a solidariedade não só como imposição da necessidade, mas como opção consciente por outro modo de produção. (SINGER, 2005, p. 13-20).

No que concerne ao significado da economia solidária para os participantes da RCSES, entendo que existe uma proximidade teórica entre a definição proposta por estes sujeitos, principalmente, pelas lideranças do movimento, e a definição do Secretário Nacional de Economia Solidária.

Considero que essa proximidade teórica entre o discurso de Paul Singer - figura importante, no campo institucional e na elaboração de sínteses sobre o surgimento, desenvolvimento, consolidação e definição da economia solidária no Brasil - e o das lideranças locais que estão atuando na RCSES e em outros espaços por onde se discute e se pratica a economia solidária no Ceará, está diretamente relacionada com o fato desses sujeitos participarem, na condição de conselheiros, coordenadores, organizadores etc., dos processos criativos - análises, ideias, símbolos, slogans, palavras de ordem - , discursivos, formativos e políticos que são “animados”, via FBES ou SENAES, duas instituições com uma forte influência política, teórica e simbólica sobre o movimento de economia solidária no Brasil.

Porém, não estou afirmando que as lideranças locais, concordam com todos os posicionamentos desse pensador. Refiro-me somente a sua teoria mais ampla. Nem tampouco, posso afirmar que esses sujeitos dialogam diretamente com a obra de Singer. Mas, apenas, que essa relação conceitual, isto que chamei de proximidade teórica, no sentido de um discurso próximo das definições e teses centrais do autor em tela, foi identificada durante a pesquisa.

O principal é o movimento se fortalecer né, como uma nova alternativa de vida, eu acho também que o principal é a questão da geração de renda né, outro, também, que eu acho que é muito importante, é que dentro do movimento seja criado uma luta pelas leis que possa ser permanente, não ser lei só de momento, de prefeito, vereador, governador, essa parte, mas que seja uma coisa, que seja pra sempre. (Dona Cilene, entrevista concedida em novembro de 2011).

[...] a gente não pode dizer que a gente faz economia solidária sem fazer né, é a mesma coisa de produzir e não utilizar o que eu produzo, como é que você vai dizer, como é que você vai tá passando para o consumidor, que aquele produto seu é bom se você não utiliza ele né, então a economia solidária é isso, você não vai tá sendo verdadeiro numa coisa que você não faz, você vai tá fingindo, você vai tá sendo falso, e a economia solidária não é isso [...]. (Andréia Pessoa, entrevista concedida em outubro de 2011).

Pessoas independentes/ Tecem laços recíprocos/ Aprendendo e ensinando/ Nossa história estar mudando. Chegamos ao novo tempo. Partilhando experiências/ Assumindo compromisso/ Expandindo discernimento/ Revelamos ao mundo/ A perfeita unidade. Economia Solidária/ Vinculada à educação/ Pelo consumo responsável/ Sustentável e consciente/ Já ascende muita gente. Desenvolvimento humano/ Cooperação, autogestão/ Trabalho associado. Sementes de progresso/ Plantada em terra fértil. Coletivo sem padrão/ No campo ou na cidade/ Na tribo ou no quilombo/ Muita gente trabalhando/ Construindo o novo mundo. Artistas, políticos, povo diverso / Assinem o dever na consciência/ De sempre fazer o bem/ Para manter o coração pulsando/ No ritmo e na frequência do amor. Agora! As comportas estão

abertas / O mundo mais avançado. Propriedade coletiva/ União, paz e harmonia, / Economia solidária dia-a-dia. (Poema “Pessoas Independentes”, de Reginaldo Figueiredo, publicado no site do FBES⁴⁶).

Os indivíduos que atuam na base, como produtores informais, ao reinterpretarem sua própria inserção na RCSES e todo o arcabouço teórico com o qual tomam contato durante as reuniões e outros eventos formativos, constroem sentidos e significados próprios para a sua ação no mundo. Assim, constroem significados que orientam suas práticas e que estão na base da forma que vivenciam a experiência da chamada economia solidária.

Contudo, a forma como esses indivíduos envolvidos nos grupos produtivos informais compreendem a economia solidária, é resultante desse contexto social mais amplo no qual estão inseridos (feiras de economia solidária, oficinas de formação, participação em instituições ligadas ao tema), aprendizados e experiências que orientam muitas de suas ações e maneiras de ver o mundo.

Portanto, meu interesse de pesquisa esteve diretamente centrado na tentativa de entender o significado da economia solidária para esses sujeitos, algo que já foi revelado em parte. Uma segunda questão que me interessa, dado que venho discutindo durante todo o trabalho a configuração das relações sociais nas sociedades capitalistas e suas consequências humanas, para tanto, apresentando autores que realizam a crítica desse sistema, é entender se esses sujeitos estão elaborando estratégias de sobrevivência material e formas de sociabilidades, construídas ou resignificadas de modo a se tensionarem com valores, visões de mundo, lógicas que apartam o sujeito da sua condição de ser social e configuram a sociabilidade ou o modo de formação dos vínculos sociais, entendida, através dos teóricos, como propriamente capitalista.

Na sequência do texto dissertativo e visando corroborar com as ideias expostas anteriormente, realizo uma análise das entrevistas dos sujeitos e de suas ações no campo da economia solidária. Faço também uma discussão teórica sobre grandes questões subjacentes ao surgimento de projetos, que buscam inserir categorias de sujeitos na sociedade após os mesmos terem passado por processos múltiplos de exclusão, processos estes, entendidos como resultado da forma como as sociedades capitalistas modernas estão economicamente organizadas.

4.2 O fenômeno da economia solidária: desafios e possibilidades

⁴⁶ <http://www.fbes.org.br/>

Alguns pesquisadores do campo da antropologia realizaram estudos que focam o fenômeno da economia solidária a partir de uma perspectiva abrangente e não somente econômica. Isso corrobora os argumentos anteriores de que é possível e necessário identificar o significado cultural e político presente nos fenômenos sociais, mesmo aqueles inscritos num campo aparentemente fechado, tal como o campo econômico.

Nesse sentido, a tese de doutorado do pesquisador George Paulino (2008), *“Economia Solidária como Projeto Cultural e Político: a experiência do Banco Palmas”*, nos mostra que projetos inscritos na chamada socioeconomia solidária ultrapassam a sua dimensão econômica, pois consistem em processos culturais e políticos de construção de significados e práticas potencialmente transformadoras.

Nessa perspectiva, Paulino (2008) aponta o bairro Conjunto Palmeiras como um espaço fecundo de “relações sociais contrahegemônicas”. Essas relações estariam diretamente implicadas à presença de uma rede de socioeconomia solidária no bairro. Segundo o autor, essa rede seria a responsável direta por colocar em curso um processo de construção de significados e práticas voltadas para o desenvolvimento local. Paulino ressalta o caráter político e cultural dessa experiência de socioeconomia solidária vivenciada pelos moradores do Conjunto Palmeiras:

Não se trata, todavia, de um fenômeno centrado na esfera econômica e no mercado, haja vista que as experiências em curso instituem-se, também, na esfera política mobilizada pela sociedade civil, como práticas portadoras de valores culturais que se manifestam sob o signo da solidariedade, do pertencimento comunitário e da reciprocidade. Neste sentido, a economia solidária, em suas diversas manifestações particulares, configura um espaço cuja denominação melhor se define pelo termo socioeconomia solidária, pois se materializa não somente como um campo econômico, mas como uma economia política. (PAULINO, 2008, p.4).

Segundo Paulino (2008), diversas experiências de socioeconomia solidária ultrapassam a ideia de geração de emprego e renda e o discurso, “nativo” ou acadêmico, de que a economia solidária ou é uma alternativa viável economicamente ao modo de produzir capitalista ou é mera utopia romântica. Dessa forma, nos ajuda a pensar antropologicamente:

E assim foi se formando a Rede Palmas, no contexto de um processo histórico que desde o princípio configura-se como movimento cultural e político, capaz de atrair e articular-se com forças sociais diversas, de diferentes espaços e origens, na construção de parcerias e laços de cooperação. Sua face cultural materializa-se num rico processo de investimento em significados para práticas organizacionais construídas no cotidiano, como estratégias de enfrentamento da situação de pobreza e espaços de aprendizagem de valores e sentidos focados no desenvolvimento socioeconômico local. [...]. E sua face política não está separada dessa dimensão cultural ou simbólica. Pelo contrário, encontra-se a ela imbricada, à medida que os aprendizados em construção buscam espaços de inserção não somente na política cotidiana do bairro,

mas também no campo da política formal, mobilizando forças da sociedade civil no esforço para influenciar mecanismos de concepção, planejamento e execução de políticas públicas. Põe-se em curso, então, um conjunto de esforços que visam favorecer o desenvolvimento dessa outra economia. (PAULINO, 2008, p. 8).

Assim, Paulino (2008) ao estudar a “Rede Palmas” não realizou uma análise quantitativa desse fenômeno, que ele define como uma rede social, o que fez foi identificar significados e práticas em construção, que intrinsecamente ligados à ideia de socioeconomia solidária, influenciam ou motivam parte dos moradores do bairro a elaborar consensos em torno de causas comuns, inicialmente conduzidas por instituições, como a Associação dos Moradores do Conjunto Palmeiras (ASMOCONP) e o Banco Palmas, tornam-se estratégias para consensos mais gerais, em torno do desenvolvimento local, como condição de melhoria de vida para esses moradores.

O autor define “Rede Palmas” como o conjunto de empreendimentos e projetos que são construídos e mobilizados pela ASMOCONP e o Banco Palmas. Essas práticas e significados seriam capazes de construir uma “rede de proteção” que resgata ou recria relações sociais de proximidade e de solidariedade e lógicas econômicas pouco comuns nas sociedades capitalistas modernas.

Por outro lado, alerta Paulino (2008), processos políticos e culturais engendrados por experiências de socioeconomia solidária, que são potencialmente transformadores da realidade social na qual essas experiências estão inseridas, são construídos e vivenciados num campo de tensões permanentes, principalmente, sob os riscos de que suas práticas e capital simbólico⁴⁷ possam ser usados para a execução de interesses meramente instrumentais ou ideológicos.

[...], nota-se que o terceiro setor, principal espaço de ação da socioeconomia solidária, abriga experiências de resistência e criatividade, como forças contra-hegemônicas à simbólica neoliberal, mas também abarca modos sutis de apropriação das noções de empoderamento comunitário e responsabilidade social, que tendem a legitimar formas de participação associativa vazias de um conteúdo crítico focado na emancipação e transformação social. Contextualizada neste cenário ambíguo, a socioeconomia solidária torna-se um movimento vulnerável ao falseamento. Por um lado, elevam-se expectativas demais quanto a um potencial transformador que seja capaz de promover,

⁴⁷ Para Pierre Bourdieu (1996) os agentes sociais não realizam atos gratuitos, justamente porque os mesmos subjetivam as estruturas do mundo, que se torna uma segunda natureza, que os agentes entendem como uma natureza natural. Tornam-se um corpo socializado. Os agentes têm interesse no mundo, no sentido de se interessarem pelos jogos em disputa. Estabelecem com a realidade uma relação de *illusio*, ou seja, a realidade social confere sentido às suas ações. Também fazem investimento na vida em sociedade, na medida em que querem obter capital simbólico. Na medida em que querem sentir prazer nas suas conquistas. “Chamo de capital simbólico qualquer tipo de capital (econômico, cultural, escolar ou social) percebido de acordo com as categorias de percepção, os princípios de visão e de divisão, os sistemas de classificação, os esquemas classificatórios, os esquemas cognitivos, que são em parte, produto da incorporação das estruturas objetivas do campo considerado, isto é, da estrutura de distribuição do capital no campo considerado.” (BOURDIEU, 1996, p. 149).

em longo prazo, uma transição de fato para uma economia não capitalista. Por outro lado, mascarando efeitos da crônica crise do capital, pequenos empreendimentos - em muitos casos, informais - que mal se sustentam do ponto de vista instrumental, ou seja, no que tange aos resultados econômicos, são incluídos em listas de empreendimentos solidários. (PAULINO, 2008, p. 8-9).

O terceiro setor⁴⁸, segundo Paulino (2008), é um “campo de tensões permanentes”, porque pode ameaçar projetos de socioeconomia solidária que são considerados legítimos, como revelam pesquisas feitas de forma séria, por diferentes estudiosos que percebem tais experiências como ações voltadas para o desenvolvimento de determinadas comunidades ou grupos de pessoas.

Um trabalho de pesquisa importante, que traz uma discussão sobre esta questão da participação do terceiro setor nos mais diferentes projetos da área de economia solidária foi realizado pela socióloga Caroline Jacques.

A autora analisa as razões econômicas e sociais que estão na base da criação de projetos de Responsabilidade Social Empresarial (RSE)⁴⁹. Jacques busca compreender “[...] os projetos e ações de apoio à Economia Solidária na região de Joinville (SC), anunciados como sendo de RSE da marca Cônsul de eletrodomésticos.” (JACQUES, 2011, p. 3).

Para a autora (2011), essas ações são marcadas por um conjunto complexo de fatores que envolvem uma racionalidade econômica (abatimento de impostos, legitimação da marca diante da sociedade como socialmente responsável, etc.) e, sobretudo, pressões e posicionamentos críticos da sociedade civil na cobrança de compromisso social e ético das empresas, além de uma ausência do Estado brasileiro como ator principal no enfrentamento das problemáticas sociais.

Jacques (2011) fala dessa relação intrínseca entre socioeconomia solidária e uma estrutura social marcada pela atuação de atores sociais diversos (sobretudo, terceiro setor e

⁴⁸ Na definição proposta pela socióloga Beatriz Costa: “A denominação genérica ‘terceiro setor’ é uma tradução de termos equivalentes como *third sector*, *nonprofit sector*, *voluntary sector*, *independent sector*, *charities*, pertencentes ao vocabulário anglo-americano, que se difundiu no Brasil a partir da década de 1990 através de instituições do mundo empresarial como a Fundação Abrinq, o Grupo de Institutos, Fundações e Empresas - GIFE e do Conselho da Comunidade Solidária criado pelo governo federal em 1995. A designação corresponde a um grande ‘guarda-chuva’ sob o qual se abriga um amplo e heterogêneo conjunto de organizações privadas sem finalidades lucrativas que se constituem para a obtenção de fins sociais, coletivos ou públicos”. (COSTA, 2004, p. 68).

⁴⁹ Após realizar uma síntese dos trabalhos que pesquisaram o fenômeno dos projetos de RSE no contexto brasileiro, Jacques conclui que: “A literatura que se dedica ao estudo da RSE afirma que o cenário sociopolítico brasileiro que propiciou sua emergência foi marcado pela crise fiscal e o consequente recuo do Estado em relação às questões sociais, pelo incremento da participação da sociedade civil na defesa dos interesses públicos e na regulação das ações empresariais e, fundamentalmente, pelo ápice do modelo econômico neoliberal (CAPPELLIN & GIFFONI, 2007; KIRSCHNER, 2006; GROS, 2005; PAOLI, 2002).” (JACQUES, 2011, p. 4).

mercado). Assim, o potencial de crítica e autonomia dos projetos de socioeconomia solidária está diretamente relacionado à atuação dos sujeitos frente aos demais atores sociais “externos”. “A sociologia e a antropologia econômica, ao compreender a economia como um processo instituído socialmente, entende que todos os fenômenos econômicos são sociais por sua natureza; estão enraizados no conjunto ou em parte da estrutura social. (SWEDBERG *apud* JACQUES, 2011, p. 19-20).

Essa dimensão crítica dos estudos que lidam com a temática da economia solidária é de fundamental importância, tanto para não se cair numa visão maniqueísta ou normativa da questão, quanto para não se idealizar o seu potencial de transformação da realidade social. Faz-se necessário, portanto, a partir de uma perspectiva antropológica, buscar compreender como os indivíduos percebem e vivenciam a questão da economia solidária.

Estas pesquisas nos mostram tanto a riqueza do fenômeno da economia solidária, enquanto objeto de estudo na área de ciências sociais, como as dificuldades inerentes à sua compreensão. É preciso estar atento para não reproduzir discursos institucionais ideológicos, como também é necessário que o pesquisador não engesse sua análise antes de realizar a pesquisa.

Por isso, entendo a necessidade de um olhar crítico sobre o sentido das interpretações formuladas, tanto pelos sujeitos envolvidos com a economia solidária, bem como pelos pesquisadores que escrevem sobre o tema. Assim, julgo importante não perder de vista o caráter simbólico, histórico e social dos discursos.

[...]. Paralelamente, se, de um lado, há imprevisibilidade na relação do sujeito com o sentido, da linguagem com o mundo, toda formação social, no entanto, tem formas de controle da interpretação, que são historicamente determinadas: há modos de se interpretar, não é todo mundo que pode interpretar de acordo com sua vontade, há especialistas, há um corpo social a quem se delegam poderes de interpretar (logo de “atribuir” sentidos), tais como o juiz, o professor, o advogado, o padre, etc. Os sentidos estão sempre “administrados”, não estão soltos. Diante de qualquer fato, de qualquer objeto simbólico somos instados a interpretar, havendo uma injunção a interpretar. Ao falar, interpretamos. Mas, ao mesmo tempo, os sentidos parecem já estar sempre lá. (ORLANDI, 2002, p.10).

Foi a partir desta perspectiva crítica que busquei analisar o modo como os sujeitos envolvidos na pesquisa percebem a economia solidária, mostrando a relação conceitual existente entre os discursos mais gerais, “engajados” e a forma como as principais lideranças da RCSES entendem a economia solidária. Por outro lado, entre os chamados produtores (sujeitos que participam dos grupos produtivos informais), apesar de suas percepções coincidirem com algumas ideias formuladas pelo pensamento douto, em decorrência da

inserção desses sujeitos em um campo fortemente influenciado pelas principais instituições que representam o movimento em nível nacional, a economia solidária funde-se com valores e visões de mundo que encaram o outro como o horizonte imediato de suas ações sociais, mesmo no campo estritamente econômico, quebrando assim com uma lógica dominante que entende o homem como essencialmente egoísta e calculista em suas ações em sociedade, propriamente na esfera econômica.

Também foi possível perceber uma série de tensões, insatisfações, modos de pensar diversos que revelam os diferentes interesses envolvidos em torno do fenômeno da economia solidária, demonstrando, dessa forma, o fato dos significados sobre a economia solidária serem socialmente construídos, a partir, de uma luta política, cultural e simbólica pela definição legítima do fenômeno, engendrada pelos sujeitos diretamente envolvidos nesse campo de ação.

Esses sujeitos que participam de projetos no campo da economia solidária, buscam se inserir não apenas no mercado de trabalho, para garantir a sobrevivência material, mas principalmente na sociedade, realidade primeira - como aprendemos com Marx, Durkheim, Weber, Bourdieu, Goffman - que confere sentidos e significados às nossas ações e pensamentos, sentidos e significados que nós mesmos construímos e que fornecem um “mapa conceitual” a partir do qual elaboramos nossas vidas.

Isso porque a sociabilidade no interior das sociedades capitalistas modernas é marcada por um grande paradoxo, qual seja a sociedade capitalista, que estruturalmente estabelece que as relações sociais devam estar baseadas na possibilidade das pessoas venderem ou comprarem força de trabalho; portanto, na liberdade dos mercados, ao não gerar as condições necessárias para que os sujeitos possam participar desse livre mercado de troca de mercadorias, acaba excluindo os sujeitos não apenas do mercado, mas da própria sociedade, estabelecida sobre bases materiais e na lógica do capital.

Desse modo, *o sistema do capital*, ao dissolver as relações pessoais (históricas) de dependência, constituídas em torno da produção das condições materiais e culturais de existência, quase naturais, funciona no sentido de reduzir todos os produtos e todas as atividades a *valores-de-troca*. Ao serem dissolvidas, essas relações pessoais dão lugar a uma situação na qual o caráter social da atividade implica subordinar os indivíduos a relações que subsistem independentemente deles, as quais emergem dos “choques” entre “indivíduos reciprocamente indiferentes”. Tais “choques” decorrem da sociabilidade que emana da necessidade de reprodução do *capital*. (OLIVEIRA, 2003, p. 82, grifo do autor).

É esse paradoxo que quero compreender, na medida em que se configura como uma “chave de leitura” para o entendimento do fenômeno da economia solidária entre os sujeitos que integram a RCSES.

5 O CULTURAL E O POLÍTICO NA EXPERIÊNCIA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA CONSTITUÍDA NO ÂMBITO DA RCSES

Muitos dos chamados “grupos produtivos informais” que integram a RCSES, segundo depoimentos dos sujeitos, foram formados objetivando permitir que diferentes categorias de pessoas (idosos, mulheres, desempregados), pudessem garantir alguma renda e pudessem sentir-se novamente integrados à sociedade.

Há, portanto, duas importantes dimensões que estão na base das motivações que contribuíram para o surgimento desses grupos produtivos: primeiro, gerar renda, segundo, gerar sentimento de pertença, ou seja, permitir que os sujeitos continuem acreditando que suas vidas individuais são importantes para a sociedade como um todo.

O apoio inicial, geralmente moral e formativo, dado pelas entidades portadoras de diferentes objetivos sociais em que o principal consiste numa tentativa de organizar as pessoas que não conseguem através de suas próprias forças desenvolver estratégias de inserção ou reinserção no mercado de trabalho capitalista, deve ser levado em consideração para o entendimento dos contextos de origem de determinados grupos produtivos. Porém, a manutenção desses indivíduos no interior desses grupos é explicada apenas quando observado o contexto de vida mais amplo, seus valores, esperanças e crenças num universo de códigos, discursos, valores que orientam suas ações como produtores (as) e sujeitos sociais.

No entanto, existe uma questão que é premente e que antecede todo o processo de formação dos grupos produtivos informais, trata-se da compreensão dos fatores estruturais que estão na base dos processos de exclusão dos sujeitos dos seus principais contextos significativos, sobretudo, trabalho e pertencimento social.

5.1 Um paradoxo central nas sociedades capitalistas ocidentais

Penso que os sujeitos participantes dos grupos produtivos informais pertencentes à RCSES, ao buscarem inserir-se no mercado de trabalho informal e, conseqüentemente, tornarem-se socialmente produtivos do ponto de vista da participação na sociedade estão diante de um paradoxo central nas sociedades capitalistas ocidentais. Segundo Maurice Godelier:

Esta é a raiz dos problemas. A existência *social* dos indivíduos depende da economia e estes perdem muito mais do que um emprego quando perdem o seu trabalho ou quando o não encontram. O paradoxo intrínseco às sociedades capitalistas consiste no facto de a economia ser a origem principal da exclusão dos indivíduos, mas aquela não os exclui apenas da economia. Exclui-os ou ameaça excluí-los a prazo da

sociedade. E, para os excluídos da economia, as hipóteses de nela serem novamente integrados são cada vez menores. [...] o paradoxo é que a economia que cria excluídos em massa entrega à sociedade a tarefa de os reintegrar não na economia - excepto numa pequena parte - mas na sociedade. (GODELIER, 1996, p. 10-11, grifo do autor).

Esses sujeitos, que se encontram diante desse paradoxo, constroem novamente sentidos para a sua ação econômica e para as suas relações sociais, ao encontrarem-se na companhia de outros indivíduos que compartilham seus mesmos valores, sentimentos e expectativas. Dessa forma, a partir da atuação produtiva e desse pertencimento ao mesmo tempo político e social na RCSES, acabam minorando os efeitos de um processo de exclusão social que é estrutural, na medida em que passam novamente a se sentirem seres sociais, com alguma identidade.

Por exemplo, Maria das Graças – integrante da RCSES desde 2001, tesoureira da Associação Passo Firme, grupo de mulheres criado em 2005, que produz, juntamente com outras mulheres, diversos tipos de artesanatos e que integra a equipe do projeto Brasil Local Feminista – diante da abordagem: “identifique uma conquista do grupo ou sua a partir do movimento de economia solidária”, respondeu:

[...] a consciência do seu grupo está sempre aberta pra acolher pessoas né, sem distinção, e essas pessoas, muitos que chegaram no grupo deprimidas, muitos com baixa alta estima [sic], hoje são pessoas que melhoraram bastante sua qualidade de vida, aprenderam a produzir algum produto, e conseguem repassar pra outras pessoas, [...]. (Maria das Graças, entrevista concedida em outubro de 2011).

Assim, os sujeitos que “aprendem a produzir algum produto”, como ressalta Maria das Graças, passam a fazer parte não apenas do mercado de valores de troca, mas da própria sociedade, ao realizarem através de seu trabalho uma religação entre suas trajetórias individuais e a sociedade como um todo, porém, ainda dentro dos marcos da sociedade capitalista, que busca retirar dessa atividade vital do ser humano (trabalho) toda dimensão ética, relacional, simbólica, em resumo, social.

[...]. A racionalidade irracional do *capital* (este, o *trabalho* acumulado sob a forma de *dinheiro*) tem reduzido todas as relações sociais àquela que atende a suas necessidades de autovalorização, constituindo-se numa coerção que leva hoje, no mundo inteiro, à inutilidade para os fins do *capital* de pelo menos um contingente equivalente à população da China. Ainda, num momento histórico no qual há fortes indícios de que o estágio alcançado pelo desenvolvimento das forças produtivas pode reduzir significativamente o *tempo de trabalho necessário* para produzir as condições materiais de vida. Esse mesmo momento, no entanto, revela a morbidez de uma exclusão socioeconômica que demonstra a completa falta de legitimidade do sistema do *capital*. [...]. (OLIVEIRA, 2003, p. 93-94, grifo do autor).

Nesse sentido, as estratégias traçadas e as articulações buscadas diariamente pelos sujeitos que atuam na economia solidária têm a ver com esse paradoxo, sendo as ações desses indivíduos, expressão concreta dessa tentativa de encontrar formas de reinserção na sociedade, a partir de estratégias nascidas e cristalizadas desde a própria sociedade.

Isto também fica patente quando se observa o modo como tais sujeitos encaram a relação com o próximo, sobressaindo uma ética específica que faz a defesa da partilha de saberes. Esta ética, apesar de não representar um ganho econômico imediato, do ponto de vista da lucratividade, significa um modo específico de oferecer ajuda ao outro, no sentido de não realizar uma separação instrumental entre o econômico e o social, na medida em que os sujeitos poderiam muito bem não compartilhar esses conhecimentos, visando uma espécie de monopólio desses aprendizados com o intuito de ter uma vantagem competitiva na produção de algum produto específico. Maria das Graças falando do início do grupo produtivo Associação Passo Firme, diz que:

[...] tinha umas irmãs que ensinam a fazer algum artesanato, aí a gente foi adotando o seguinte, quem sabe ensina, quem não sabe aprende, no Genibaú a gente viveu uma experiência muito bonita, porque assim, pessoas que chegavam com baixa auto estima [sic] como eu já falei, dizia, assim, ah, eu tou meio desanimada, de repente essas meninas começaram a participar, aprendeu a fazer alguma coisa, aí eu tive o prazer de passar por aquilo, e assim, foi, e ainda é, porque até hoje persiste a ideia de que aprendeu 'neguinha', não pode guardar na gaveta, tem que passar adiante né, e a gente ainda vive essa experiência [...]. (Maria das Graças, entrevista concedida em outubro de 2011).

Essa forma de agir específica, praticada por esses sujeitos que se sentem moralmente afetados pela situação de exclusão do outro é expressão de uma estrutura social excludente vigente em nossa sociedade, porém, não necessariamente tem como causa algum tipo de contestação específica do capitalismo. Segundo Maria das Graças,

Olha, assim, é uma forma diferente, mas a gente sabe, a gente tem consciência que o capitalismo nunca vai deixar de existir né, a gente também é uma alternativa né, mas a gente nunca pode, assim, bater de frente, dizer assim, isso aqui, nossa feira aqui, e tal, a loja lá não vai vender porque a nossa feira né [...], é utopia mesmo né, aí tem muita coisa que a gente consegue, muitas vezes assim, você ver a camiseta aqui da companheira, muitas vezes você sabe o valor que tem essa camiseta, aí você não vai deixar de comprar da companheira, pra ir lá na Marisa comprar uma camiseta, então essa camiseta produzida pelo grupo, aqui tem tantas histórias de vida, veste as vezes mais bem. (Maria das Graças, entrevista concedida em outubro de 2011).

Por outro lado, esse modo de compartilhar saberes com o próximo, estabelecendo um compromisso ético e moral no campo econômico, mesmo levando em consideração a pouca lucratividade das atividades produtivas desenvolvidas pelos sujeitos que entrevistei, contrapõe-

se à ideia de que o comportamento social nas sociedades modernas é orientado basicamente por uma visão racional e instrumental de mundo, onde as relações sociais entre os agentes econômicos não devem conter avaliações propriamente morais. São, portanto, mesmo que parte dos sujeitos não tenha consciência desse fato, formas de resistência e estratégias de sobrevivência diante do modelo econômico dominante, ou seja, diante do modo de produção capitalista, que é governado pela lógica da acumulação e pelos imperativos do mercado:

[...]. Mas existem problemas ainda mais profundos no capitalismo. Apesar do seu dinamismo, ele não é um modo muito eficiente de suprir as necessidades humanas. É certamente verdade que o capitalismo gerou grande progresso técnico e material, mas existe uma enorme disparidade entre a capacidade produtiva engendrada pelo capitalismo e o que ele, de fato oferece. A produção não é determinada pelas necessidades da sociedade, mas por aquilo que proporciona mais lucro. [...] todo mundo, por exemplo, precisa de moradias decentes, mas moradias boas e baratas não são rentáveis para o capital privado. Pode haver uma enorme demanda para este tipo de moradia, mas ela não constitui o que os economistas chamam de “demanda efetiva”, aquele tipo de demanda com dinheiro de verdade atrás dela. Isto significa que o capital será investido em algo como a produção de computadores, desenhados de modo a ficarem ultrapassados assim que chegam ao mercado, para que as pessoas que possuem meios compreem modelos novos constantemente – enquanto ao mesmo tempo outras pessoas permanecem sem teto. Ali onde a produção é distorcida em prol da maximização do lucro, a sociedade (os EU são o exemplo por excelência) pode possuir alta capacidade produtiva suficiente para alimentar, vestir e abrigar toda a população em níveis bastante altos e ainda assim conviver com pobreza, desabrigados e cuidados de saúde inadequados. (WOOD, 2003, p. 40-41).

A lógica do compartilhamento de conhecimentos, experiências e aprendizados entre os sujeitos que integram os grupos produtivos informais representa a forma mais comum de como os sujeitos pesquisados percebem a economia solidária. Essa lógica permite que eles fortaleçam os laços de amizade e confiança no interior dos próprios grupos produtivos informais, onde constroem assim, estratégias coletivas para continuarem existindo socialmente, visando não se tornarem excluídos da sociedade. Permite também que possam sobreviver material e socialmente, a partir de uma visão menos instrumental da realidade social, através de uma visão de mundo, perpassada por valores adquiridos em diferentes contextos formativos, que logram inserir valores e considerações éticas no interior do campo econômico. Portanto, reinsere sentidos que foram historicamente excluídos pela lógica própria do capital.

Diante do exposto acima, concordo com Weber (1994) quando diz que o conflito fundamental que o indivíduo encara em relação à realidade ou à sociedade é, na verdade, um conflito de sentidos, de significados.

Weber (1994) entende que significado tem o sentido de valor, conduta (no sentido moral, ético). Compreende que há uma diversidade de significados ou valores que são

considerados válidos ou verdadeiros para os indivíduos. São exatamente esses valores que orientariam a nossa conduta em variadas direções:

[...] é verdade que exatamente aqueles elementos mais íntimos da “personalidade”, ou seja, os últimos e supremos juízos de valor, que determinam a nossa ação e conferem sentido e significado à nossa vida, são percebidos por nós como sendo objetivamente válidos. [...]. O destino de uma época cultural que “provou da árvore do conhecimento” é ter de saber que podemos falar a respeito do sentido do devir do mundo, não a partir do resultado de uma investigação, por mais perfeita e acabada que seja, mas a partir de nós próprios que temos de ser capazes de criar este sentido. (WEBER, 1994, p. 111-113).

Portanto, os sujeitos buscam realizar ações sociais a partir dos sentidos e dos valores que consideram válidos. Como existe uma gama enorme de valores divergentes, professados por diferentes sujeitos, que orientam suas ações a partir de diferentes valores, o conflito social é inevitável. Em todas as esferas da vida humana, temos conflitos de sentidos e os sujeitos ou grupos que detêm o poder (legal, tradicional ou carismático) acabam impondo seu ponto de vista sobre o significado que o mundo deve ter; porém, os pontos de vista, ou visões de mundo que são minoritários podem em outro momento se tornar dominantes. Dessa forma, o conflito de valores não é superável, pois para Weber (1994), o sentido do mundo será sempre uma atribuição do sujeito.

Por isso, acredito que as ações de ajuda mútua no campo econômico, expressa pela vontade que os sujeitos têm em repassar aquilo que sabem para outros, orientam-se por valores que não podem ser localizados no interior da racionalidade propriamente econômica (instrumental, impessoal, que não estabelece laços sociais mais duradores) e devem ser definidas como ações racionais referentes a valores, ou seja, determinadas: “[...] pela crença consciente no valor - ético, estético, religioso ou qualquer seja sua interpretação - absoluto e inerente a determinado comportamento como tal, independentemente do resultado.” (WEBER, 1994, p. 15).

Enfim, ao buscar interpretar o movimento de economia solidária, a partir de uma sociologia crítica e política, estou seguindo nessa empreitada aquilo que diz Wright Mills, no seu livro *A imaginação sociológica* (1969), quando fala que o artesão intelectual não deve abrir mão de sua autonomia moral e política, decidindo suas pesquisas a partir de motivações científicas e de aspirações pessoais, buscando sempre revelar o “sentido do mundo”.

5.2 Construindo significados no campo econômico: é possível a dádiva entre os modernos?

Existe uma formulação teórica que entende o agente social como um calculador racional que age a partir de um ponto de vista egoísta, não só no campo econômico, mas, nas diversas esferas da vida. O sociólogo e economista francês Alain Caillé elabora uma crítica contundente a essa visão economicista do agente social. Essa crítica aparece de forma mais clara no texto *Dádiva e associação* (2002). Texto que se enquadra dentro de um movimento teórico-político mais amplo, o *Mouvement Anti-Utilitariste dans les Sciences Sociales* (M.A.U.S.S.) - (Movimento Anti-Utilitarista nas Ciências Sociais).

A fundação do M.A.U.S.S., em 1981, deveu-se à descoberta de que a imagem do *homo oeconomicus*, o modelo econômico, começava a triunfar em todos os setores das ciências sociais. Até então, a teoria econômica havia-se contentado em pretender explicar o comportamento do homem no mercado. Desde a década de 70, manifestou a pretensão de dar conta do conjunto das atividades sociais; como se até mesmo na relação com o saber, nas relações entre amigos, no amor ou no crime, assim como na religião, o homem funcionasse como na situação de mercado, comprando o que deseja e vendendo aquilo de que não tem necessidade. (CAILLÉ, 2002, p. 29-30, grifo do autor).

Segundo Caillé (2002), esse movimento nascido no início da década de 1980 na França, que congrega vários intelectuais, principalmente, sociólogos, antropólogos e economistas, realiza uma crítica a esse modelo teórico, que entende a ação humana como orientada basicamente por interesses econômicos. A base do comportamento social, dentro de uma visão econômica (economicista) transposta para as ciências sociais seria resultado do “natural” egoísmo humano, que levaria o sujeito a sempre agir, consciente ou inconscientemente, a partir de um cálculo instrumental sobre perdas e ganhos.

A esse paradigma que sintetiza o ser social em *homo oeconomicus*, Caillé contrapõe o “paradigma da dádiva”, buscando contribuir com o debate sobre a formação e manutenção do vínculo social nas sociedades modernas ocidentais. Sua inspiração teórica central é o “*Ensaio sobre a dádiva*” (1921), escrito por Marcel Mauss.

Caillé (2002), a partir dessa influência teórica, pensará a questão do vínculo social e formulará uma reflexão sobre a relação entre sociedade, Estado e mercado, trazendo para o debate uma visão alternativa sobre o tipo de relação que poderia ser estabelecida entre essas diferentes esferas do real.

Eis, portanto, o denominador comum que aproxima os textos que poderão ser lidos nas páginas que se seguem⁵⁰. Cada um à sua maneira parte da ideia de que nada é mais importante do que empreender a crítica da imagem do *homo oeconomicus* que se impõe, com um vigor cada vez mais forte, tanto nas ciências sociais, quanto na vida das sociedades; além disso essa crítica deverá apoiar-se, em primeiro lugar, na

⁵⁰ Livro: *A dádiva entre os modernos*, 2002.

descoberta efetuada por Marcel Mauss. Nas sociedades arcaicas, selvagens ou tradicionais [...] as trocas não se efetuam sob a forma de mercado, do escambo, do “da cá, toma lá”, mas sob o modelo do que Mauss chama de tripla obrigação: dar, receber e retribuir. Eis-nos, aqui, bem longe da sociedade capitalista moderna, mesmo que - deixemos isso bem claro - a obrigação de dar descoberta por M. Mauss nada tem a ver com uma obrigação caritativa. Ela é, sobretudo, a obrigação de provocar os outros a um desafio de generosidade, em poucas palavras, declarar-lhes guerra por meio do dom. Mas, esta guerra por meio da dádiva - que isso seja bem compreendido - é uma forma de transformar a guerra em paz, ou seja, de longe, a maneira mais eficaz inventada até hoje pela humanidade para conseguir tal objetivo. Sem dúvida a única. (CAILLÉ, 2002, p. 17-18, grifo do autor).

É no contexto dessa discussão que se localiza o artigo de Caillé “*Dádiva e associação*” (2002). Nesse artigo, o autor busca entender sociologicamente o potencial das associações na criação de vínculos sociais potencialmente democráticos e solidários. Sua preocupação é entender o que fortalece os vínculos sociais não baseados em interesses instrumentais e impessoais.

Caillé busca compreender também as proximidades entre a dádiva e a associação. E define dádiva como: “[...]. Qualquer prestação de bens ou serviços efetuados sem garantia de retorno, tendo em vista a criação, manutenção ou regeneração do vínculo social. Na relação de dádiva, o vínculo é mais importante do que o bem.” (CAILLÉ, 2002, p. 192).

De um modo geral, o autor entende a associação entre indivíduos como momento no qual os homens restabelecem um vínculo social baseado na proximidade, na troca de dádivas múltiplas e, na possibilidade de construírem uma sociedade baseada na preocupação mútua entre os seres humanos.

Diante da tendência moderna que torna a dádiva um instrumento do Estado, impessoal e mecânico, para a redistribuição da parte mínima da riqueza produzida socialmente, Caillé (2002) propõe uma sociedade baseada numa cooperação mútua entre Estado e sociedade civil, destacando como já plausível e realizável um fortalecimento da sociedade, diante do mercado, já começado pelas iniciativas das associações dos mais diversos matizes, que baseadas no paradigma da dádiva são o contraponto de uma sociedade cada vez mais fragmentadora das relações sociais de proximidade:

Assim, teremos compreendido - aliás, é em direção a esta conclusão, cremos nós, que tendia logicamente o conjunto de nossa exposição - que a solidariedade nas nossas sociedades deverá começar por levarmos a sério a exigência democrática; ora, a democracia só é levada a sério como tal quando favorece a proliferação das associações. Para além da solidariedade pública, e como complementaridade necessária com ela, é neste aspecto que se exerce a solidariedade em ato. (CAILLÉ, 2002, p. 205).

O espaço sociopolítico que a RCSES representa vem constituindo uma proposta cultural de relação entre o social e o econômico, expressa em um enunciar constante da dignidade da pessoa humana em detrimento da maximização do lucro, nessa tentativa de aproximar economia e sociedade, o econômico e o social.

[...] se queremos ter uma mudança no mundo, esse movimento não deve ser só de boca não. [...]. Associações, grupos, entidades devem se preocupar em expandir o movimento, ir com uma visão não só de vender, mas com essa visão, de divulgar e mostrar que essa economia é possível. (Dona Cilene, julho de 2011).

Essa dimensão do social surge quando os sujeitos se interessam uns pelos outros e procuram estabelecer laços que transcendam o interesse econômico, no sentido, de que esperam construir laços morais. Perguntada sobre a diferença entre quando era produtora individual e agora como membro da RCSES, Ivia responde:

Eu vejo a diferença, porque antigamente, quando eu era só artesã pelo sindicato, eu era frustrada, porque eu vendia, vendia meus produtos, mas eu não tinha aquela amizade que eu tenho hoje, eu não tinha aqueles acompanhamentos, como eu tenho hoje na economia solidária, nós fomos acompanhadas, não vou dizer 24 horas, mas é por e-mail, é por telefone, toda vez, sendo acompanhada, nós temos reuniões, eu acredito que, não é toda semana porque nós não se vemos todo dia, mas nós temos reuniões direto, e tudo isso é para o nosso crescimento, nós temos oficinas, nós temos uma porção de coisas que faz com que a gente cresça, tanto espiritual, como cresça, mercadoria que a gente aprende a aprimorar cada vez mais, a gente procura também assim, com isso ver, até dizia que aquele dinheiro que eu fazia antes, aquele dinheiro que a gente entregava e pá, aquele dinheiro não tinha tanto valor como hoje, hoje eu já não faço quase nada, mas em compensação eu tenho, esse aconchego, esse abraço de todo mundo na economia solidária, isso é muito mais que o dinheiro. (Ivia, entrevista concedida em julho de 2011).

Trata-se, portanto, mesmo que em um nível micro, de uma tentativa de reinserir a questão social e ética no campo econômico. Em relação à questão da moral e da ética, Zygmunt Bauman afirma:

Ser moral não significa necessariamente “ser bom”, mas ter comido da árvore do bem e do mal e saber que coisas e atos podem ser bons ou maus. Ora para saber isso, os seres humanos precisam de outro conhecimento, anterior a esse: que as coisas e os atos poderiam ser diferentes do que são. Poderíamos refletir que isso tem a ver com a partícula “não”, presente em todas as línguas usadas pelos seres humanos para transformar o mundo lá fora no *Lebenswelt*, a existência na experiência. O “não” só faz sentido porque se presume que seja possível agir de mais de uma forma, ou que as coisas “lá fora” podem ser arranjadas de mais de um jeito. O “não” implica que as coisas não têm de ser como atualmente são, que elas podem ser alteradas, tornadas melhores também. Não fosse por isso, não se falaria de moral: moral, afinal (e talvez em primeiro lugar), tem a ver com escolha. Sem escolha não existe moral. [...]. Sobre a condição básica de saber que as coisas poderiam ser diferentes há muitos comentários divinos, seculares, cívicos ou hedonistas. Mas todos acompanham (justificam e sustentam) o esforço de dar preferência a algumas alternativas em relação a outras. (BAUMAN, 2011, p. 54, grifo do autor).

Também Durkheim, em duas de suas principais obras, *O suicídio* (1992) e *Da divisão do trabalho social* (1995) compreende o indivíduo como um ser essencialmente moral, discordando da ideia defendida pelos economistas clássicos de que o homem moderno é essencialmente orientado pelos seus interesses econômicos individuais.

Uma das teses centrais que perpassam sua produção nesses dois livros consiste na ideia de que o homem é um ser moral, ou seja, acredita na validade das normas sociais e na importância dos outros homens na definição da sua própria humanidade. Segundo o autor francês, essa moral que perpassa as consciências individuais tem como origem a sociedade. Nesse sentido, a “visão de mundo” do indivíduo em particular é antecedida pelas “representações sociais”, visão essa construída anteriormente pelo conjunto dos indivíduos.

No entanto, a perspectiva de Durkheim nessas duas obras deve ser compreendida dentro de seu tempo histórico e a sua ideia de primazia do social sobre o individual deve ser relativizada. Porém, é preciso lembrar que temos na atualidade uma série de movimentos sociais que buscam negar a globalização neoliberal, a partir da lógica da solidariedade social, ou seja, lógica de pertencimento a comunidades imediatas, tais como o bairro, a igreja, a cidade, a família, que busca de todas as formas se contrapor às novas sociabilidades marcadas por relações meramente mercadológicas.

Em relação ao coletivo de pessoas que integram a RCSES, entendo que existe uma tentativa de aproximar economia e sociedade, enunciada e praticada dentro do movimento de economia solidária no Ceará, pois, o esforço de construir uma rede de apoio à comercialização das mercadorias produzidas por pequenos produtores informais, que buscam trabalhar com a lógica da solidariedade em contraposição à competição, mesmo que numa escala micro, expressa formas de resistência e estratégias de sobrevivência material e social diante do modelo econômico dominante, isto é, diante do modo de produção capitalista. Isso porque, o modo de produção capitalista é governado pela lógica da acumulação e por princípios de funcionamento que não possibilitam um maior compromisso ético com demandas sociais, ou seja, com as necessidades reais das pessoas.

[...] todos os aspectos da vida que se tornam mercadorias são retirados da esfera da responsabilidade democrática e passam a atender não à vontade do povo, mas às exigências do mercado e do lucro. [...]. O capitalismo com sua ênfase na maximização do lucro e da acumulação de capital, é necessariamente um sistema de produção que destrói e desperdiça. Consome vastas quantidades de recursos, atua segundo as exigências de curto prazo do lucro em vez de agir segundo as necessidades de longo prazo do meio ambiente sustentável, e implica constante destruição e desperdício para criar nova demanda. (WOOD, 2003, p. 41).

Portanto, a dimensão ética presente nas ações da RCSES junto aos grupos produtivos informais, juntamente com os significados construídos pelos sujeitos sobre a economia solidária (próximos das ideias de ajuda mútua e partilha de conhecimentos), são fatores que vêm forjando posicionamentos diferenciados no campo econômico, dessa forma, inserindo elementos éticos (morais) nas relações entre os diferentes sujeitos. Mas é importante lembrar que esses sujeitos estão inseridos no interior das sociedades capitalistas, nesse sentido, são experiências sociais vivenciadas em contextos minoritários, mas socialmente significativos.

Trata-se, pois, de uma aproximação entre economia e sociedade, no sentido, de inverter a lógica do capital, marcada cada vez mais pela ausência de relações efetivamente humanas e pela consideração do trabalho e do lucro como valores em si.

5.3 Construindo significados no campo social: a dimensão política da economia solidária

Nesta última parte do trabalho pretendo analisar o potencial do movimento de economia solidária para construir significados e práticas que constituídas e incorporadas pelos sujeitos, estão na base das principais lutas sociais contra as diferentes formas de exclusão dos sujeitos da sociedade.

Desse modo, acredito que essa construção de significados e práticas que buscam opor-se aos valores propriamente capitalísticos, ou seja, uma “política do significado”, que tem rebatimento no campo social, é algo que está presente no âmbito do movimento de economia solidária, especificamente, na atuação dos sujeitos que integram a RCSES, e pode ser localizada, nos planos político, social e simbólico, no fato desses sujeitos estarem incomodados eticamente com o tipo de laço social que os interpela diariamente, com um mundo competitivo, impessoal e não comunitário.

Entendo “política do significado” no sentido proposto por Geertz (1989), a partir da compreensão de que a cultura influencia diretamente na forma como os sujeitos definem o real, inclusive, sua compreensão da política. Ainda segundo Geertz (1989) tal compreensão pode ser, em parte, produto de processos de construção e mobilização intencional de estruturas conceituais ou significativas, focadas em determinado objetivo ou um projeto político.

Essa “política do significado” ainda é micro, mas, os sujeitos compreendem o tamanho dos desafios e buscam analisar a economia solidária de forma crítica. Por exemplo, Andréia Pessoa, ressalta os desafios da economia solidária no Ceará, mostrando que seu fortalecimento está intrinsecamente relacionado ao modo como os sujeitos encaram sua participação no movimento e defendem o fortalecimento dos valores e princípios da economia

solidária. Mas, entende que se trata de uma construção ainda em processo, que se realiza no interior da sociedade capitalista mais ampla:

Nos últimos tempos o governo federal, o governo passado, digo a nível federal, porque quando é a nível federal entra o nível estadual e a gente acaba sofrendo alguns impasses em relação a isso, ele abriu muitas, é, portas pra tá dando oportunidade, [...] para a economia solidária. Dentro do movimento a gente tem uma parcela de participação, é como se fosse uma corda né, em qualquer espaço que esteja os segmentos, de empreendimentos, de entidades de apoio, de gestores públicos, tem uma porcentagem né, que 50% pra empreendimentos, 25% gestores e 25% entidades, mesmo com esse número de 25%, principalmente na relação de gestores porque não dá pra trabalhar economia solidária se a gente não pensar em políticas públicas né, e pra pensar em políticas públicas o governo tem que tá inserido também dentro, e por conta disso, algumas pessoas que faziam parte do movimento acabaram indo para a linha do governo, no primeiro momento nós chegamos a achar que isso, seria positivo dentro do movimento, porque eram pessoas da gente que estavam fazendo parte do governo, depois a gente descobriu que aquelas pessoas que estavam ali perto da gente, nem faziam economia solidária, por isso, a gente teve dificuldade porque eles foram beber de outras fontes, outras ideologias e acabou esquecendo um pouco da essência do que é economia solidária, do que o movimento de fato representa. E há muitos impasses, é, há muitas brigas de poderes mesmo dentro do próprio movimento, enquanto a nível de Estado e isso fragiliza né, a nossa identificação e reflete também não só nos empreendimentos né, mas enquanto estado também, [...]. (Andréia Pessoa, entrevista concedida em outubro de 2011).

Portanto, não podemos perder de vista que essa “política do significado” - no sentido de conceitos, valores e símbolos que atrelados ao campo da economia solidária informam a experiência dos sujeitos -, vem sendo constituída de forma gradual, minoritária e no seio da própria sociedade capitalista. Nesse sentido, concordo com Araújo quando fala sobre as possibilidades da existência de uma economia solidária como modelo econômico dominante:

Para mim, a Economia Solidária é uma espécie de batismo, a partir do qual se definem os limites do pertencimento, se aprimoram as ações cooperativas e se explicitam os valores solidários já existentes. Ou melhor, grupos, valores e ações com características do que atribuímos como critérios de identificação da Economia Solidária podem ser encontrados empiricamente, embora no interior da racionalidade sistêmica do capital, e com ela interagindo. A partir daí, do ‘batismo’, as decisões tomadas pelos gestores do empreendimento serão informadas pelos novos critérios, entretanto, ainda não instituídos de todo. O que quero dizer é que, em decorrência de uma ‘vontade’ determinada, as ações começam a ser re-significadas, possibilitando a alteração das formas. É evidente que falo de confluências singulares onde se apresentam condições objetivas e subjetivas. Sendo assim, as experiências não podem ser vistas em si mesmas, mas no contexto de sua dinâmica histórica. Ressalto, porém, que considerando o quadro de intensas mudanças a que assistimos, hoje, a história de cada experiência singular assume importância fundamental na construção e no entendimento da totalidade emergente. (ARAÚJO, 2008, p. 88-89).

Como enfatizei anteriormente, existe uma “política do significado” em construção no âmbito do movimento de economia solidária no Ceará, pois, a tentativa de construção de novos significados para o campo econômico, político e cultural, que estão voltados para a

constituição de um laço social, que confronta eticamente com o laço social dominante, é expressão desse processo. Mas, não podemos esquecer que esse processo convive com formas múltiplas de cooptação do movimento, pois, tornando-o parte da máquina burocrática institucional, ou tomando-o como parte do discurso de Organizações Não governamentais em busca de recursos públicos, o movimento tende a perder seu poder de espaço simbólico e social construtor de sujeitos críticos diante da sua condição de exclusão material e social.

As práticas dos sujeitos que participam do movimento de economia solidária no Ceará colocam em questão formas de sociabilidade que são dominantes na sociedade capitalista, ou seja, inserem a dimensão da ética no campo econômico. Dessa forma, estabelecem um “novo” laço social, baseado na solidariedade entre as pessoas nas diversas esferas da vida.

Em síntese, em nível local, a RCSES representa um fórum de discussão política sobre formas alternativas de sobrevivência material no âmbito do sistema do capital e configura-se como um campo de construção de outros significados acerca da experiência econômica; de ampliação da democracia, pensando a democracia como uma gramática social que subverte valores e normas e inclui os sujeitos sociais nas esferas da discussão política sobre questões que dizem respeito à vida de cada um e à dinâmica da vida no território da experiência associativa.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A elaboração desta dissertação foi motivada pelo interesse sociológico e antropológico de conhecer melhor o fenômeno da economia solidária no Ceará. O presente texto pretendeu ser uma investida analítica, ainda que limitada, para a compreensão do objeto de pesquisa. Especificamente, busquei observar e analisar como a economia solidária é interpretada e conceituada pelos indivíduos - lideranças e os sujeitos ligados aos grupos produtivos informais - que estão atualmente conduzindo os rumos da Rede Cearense de Socioeconomia Solidária.

Ao longo do texto, apresentei uma síntese das análises de autores que se dedicaram a compreender e explicar no que consiste o modo de produção capitalista. Meu interesse principal foi demonstrar as formas de sociabilidade que são resultantes desse modo particular de organizar a economia e a sociedade. Porém, com estes argumentos, não tive a intenção de destacar uma possível dimensão revolucionária do movimento de economia solidária, mas, tão somente delinear possíveis chaves de leitura para se compreender os elementos antropológicos, sociológicos e econômicos que explicam em parte o surgimento dessas experiências sociais que são, a priori, contestadoras das formas de sociabilidade contidas no bojo do sistema capitalista de produção, mais especificamente, nas sociedades capitalistas liberais.

A Rede Cearense de Socioeconomia Solidária foi o principal espaço social e político no qual desenvolvi a pesquisa. Esta instituição, nascida no início do século XXI, funciona como fórum estadual, onde os próprios empreendimentos econômicos solidários, as entidades de apoio, os poderes públicos (municipal, estadual e federal) e outras instituições da sociedade civil, discutem as principais questões políticas relativas à temática da economia solidária e formulam estratégias coletivas visando tornar possível a sustentabilidade dos empreendimentos econômicos solidários.

A Rede Cearense de Socioeconomia Solidária elege a cada dois anos, três representantes para atuarem junto ao Fórum Brasileiro de Economia Solidária, entidade da sociedade civil que congrega parte significativa das instituições brasileiras que atualmente fomentam esse campo social específico. Durante a pesquisa não tive a oportunidade de registrar o ritual político de eleição desses representantes, mas, constatei que apenas um dos representantes atuais do Ceará junto ao FBES frequentava efetivamente as reuniões da RCSES.

Existem duas categorias principais de sujeitos políticos que atuam na RCSES, são elas: lideranças e produtores (as). Os coordenadores da RCSES, que são representantes de empreendimentos produtivos solidários ou de entidades de apoio, que foram apresentados no

escopo do texto, são também suas principais lideranças, pois exercem papéis centrais na condução das ações do movimento de economia solidária no contexto local, principalmente, em Fortaleza e, especialmente, na formação dos sujeitos em economia solidária. Essas formações têm caráter informal (educação informal) e são, em geral, voltadas para os temas da autogestão, solidariedade, consumo consciente, ajuda mútua e preservação da natureza.

As concepções com as quais os sujeitos que atualmente exercem funções de liderança no âmbito da RCSES definem a economia solidária - o entendimento de que consiste em outro modo de produção; uma saída para a vida; uma alternativa ao “capitalismo selvagem”; uma economia que não visa ao lucro ou que incentiva a competição; o entendimento da feira como um movimento social; o entendimento de que é possível formar os jovens para terem comportamento e consciência voltados para a prática da solidariedade em sociedade -, são ou reproduzidas ou reinterpretadas pelos (as) produtores (as), ao definirem esta categoria a partir de suas próprias experiências: econômicas, políticas, sociais, afetivas, religiosas, estéticas, filosóficas. Isso se explica pelo fato desses sujeitos estarem mais envolvidos com a dimensão prática do movimento, ou seja, vivenciando-o a partir de suas práticas cotidianas de produção de mercadorias no interior dos grupos produtivos informais.

Assim, a economia solidária apareceu nos discursos dos produtores (as) definida como uma forma de ajuda mútua; de não ser egoísta; de partilhar o que sabemos; dar a nossa contribuição para que o mundo se torne melhor; sermos solidários e não competitivos; pensar na natureza.

Dessa forma, o modo como interpretam ou significam a economia solidária é atrelada a essa dimensão mais imediata do tornar-se um ser humano melhor, inclusive na sua prática produtiva, para que todos aqueles que estão envolvidos com a economia solidária possam sair ganhando de alguma forma. A fala da artesã Ivia expressa bem esse ponto de vista:

Bom, pra mim hoje como mulher, e no momento que eu tou passando agora, pra mim é assim, é uma, eu não sei nem te dizer como é que é a palavra certa, mas é como se fosse um aconchego, o aconchego de todo mundo, porque é um calor humano que a gente tem na economia solidária, entendeu, e a cada dia as pessoas são mais solidárias, todas elas, solidárias, então eu acho que é isso, a palavra certa, é uma terapia, pronto, é uma terapia pra quem quiser não ter que tomar remédio controlado, basta fazer economia solidária. (Ivia, entrevista concedida em julho de 2011).

Nesse mesmo sentido, Eliane Moreira, acredita que a economia solidária deve ser perpassada por comportamentos orientados por valores específicos, como solidariedade e partilha: “[...]. Pra mim significa tudo [...], porque eu gosto da natureza, eu gosto de ajudar as pessoas, gosto de passar o que eu sei pra outras, não sou egoísta, não sou totalmente, assim,

individual [...], eu gosto de compartilhar [...], isso é muito importante. ” (Eliane Moreira, entrevista concedida em julho de 2011).

A fala da produtora Francisca Oliveira, também nos ajuda a entender o modo como interpretam a economia solidária:

O que a economia solidária representa para você? [...] a impressão que tem é que é bom né, solidária, muita ajuda pra gente, e que é um processo que eles querem apoiar a todos, que bate na porta pra pedir, elas tão pra acolher, algumas coisas que não tem, [...], é tudo. **Como você pratica os valores da economia solidária?** [...] no modo de usar a alimentação, não usar refrigerante, esse tipo de coisa, enfim, e a economia solidária não é [...] pra ter o atravessador, [...], a produtora que tem que fazer, eles não aceita o produtor comprar peça e passar mais caro, tem que ter um preço embutido, não ter muito atravessador. (Francisca Oliveira, entrevista concedida em outubro de 2011, grifo nosso).

Em síntese, os significados da economia solidária que são elaborados por esses sujeitos estão atrelados às suas trajetórias de vida, na dimensão do trabalho e da preocupação moral com o outro, o outro entendido como aquele que estar próximo, temporal e espacialmente, e que passa por processos de exclusão ou sofrimento de diversas ordens. Mas, o que as práticas e os significados construídos por esses sujeitos em torno da economia solidária revelam em termos políticos e culturais?

Para pensar essa questão faz-se necessário relembrar o que nos diz Geertz no seu texto *A política do Significado* (1989). Para o autor a forma como os indivíduos concebem o mundo - a política, o desejo, a sociedade, a moral, a economia - é informada pela estrutura de significados nos quais acreditam.

Penso que a cultura da solidariedade, transposta para o campo econômico, ou seja, o entendimento de que devemos levar o outro em consideração ao agirmos na esfera econômica - historicamente esvaziada de considerações éticas -, ao se tornar um significado arraigado nas práticas sociais cotidianas dos sujeitos, poderá efetivamente modificar o modo como nos organizamos para produzir em sociedade e a distribuição dos resultados desta produção.

Os grupos produtivos informais hoje existentes na RCSES realizam essa cultura da solidariedade, especialmente, no interior desses espaços produtivos, onde buscam exercitar valores e princípios que remetem à solidariedade, tais como ajuda mútua, troca de conhecimentos, partilha de saberes; práticas e comportamentos que recolocam a atividade produtiva de cada um em função das relações sociais.

Evidentemente, como lembra Araújo (2008), essas são experiências que existem no interior da própria lógica capitalista, são minoritárias, de pequena escala e acontecem no interior de pequenos grupos, mas, se colocadas no contexto do movimento da economia solidária em

nível mundial, representam ações que, pelos menos, denotam uma inquietação com o modelo de economia e de sociedade dominantes.

O que as práticas desses produtores (as) revelam - por exemplo, quando ensinam outro indivíduo a fazer um determinado artesanato, como foi relatado em algumas entrevistas - é aquilo que diz Polanyi (2010) sobre as transformações do fenômeno econômico ao longo da história, quando afirma que, mesmo tendo passado de uma economia intrinsecamente imersa nas relações sociais, para um modelo em que as relações sociais estão diluídas nas relações de mercado, o indivíduo continua sendo um ser social, isto não mudou, por isso, os indivíduos são capazes de romper com o padrão econômico dominante; são capazes de construir arranjos alternativos para a organização da sua vida econômica.

Assim, considero que esses sujeitos estão construindo uma “política do significado”, já que colocam em cena comportamentos, valores e práticas que estão em desacordo com a cultura econômica dominante.

Já o discurso das lideranças, que ressalta a possibilidade de a economia solidária tornar-se uma alternativa ao modo de produção capitalista, deve ser compreendido dentro do contexto no qual esses sujeitos estão inseridos, como representantes formais ou legítimos da RCSES. Não significa que os mesmos não acreditem nesta possibilidade, mas tão somente que defendem uma perspectiva que traz uma identidade teórica e política para o movimento da economia solidária no Ceará e no Brasil.

Esses significados que estão em construção no campo econômico e social pelos sujeitos que integram os grupos produtivos informais e associações, podem ser entendidos como experiências políticas, porque propõem um tipo de laço social que vai um pouco além da ideia minimalista do indivíduo como um “animal econômico”, ou seja, calculador, egoísta e centrado em si mesmo em todas as suas relações estabelecidas com o outro, a natureza e o mundo.

Nesta discussão, reside a importância da reflexão feita por Goldbout (1999), que mostra o “paradigma da dádiva” como essencial na construção de um novo laço social. As práticas, os valores, os comportamentos desses sujeitos são demonstrações de que é possível repensar os laços sociais no interior das sociedades capitalistas liberais. Uma comprovação empírica da complexidade e multiplicidade de possibilidades da construção dos laços sociais, nas diversas dimensões da existência humana.

A discussão teórico-crítica que foi formulada a partir de Marx, Weber, Polanyi, Goldboul, Caillé, Oliveira e outros autores citados ao longo do texto, sobre o modo de produção capitalista e a configuração dos laços sociais no interior das sociedades capitalistas ocidentais,

orientou o meu percurso no campo de pesquisa, na medida em que esses autores entendem que a estrutura econômica, social e política que atualmente vivenciamos nas sociedades contemporâneas pode e, no limite, deve ser transformada, isso se quisermos construir laços sociais menos fetichistas, superficiais, destruidores da natureza, egóicos, violentos, hierarquizados e excludentes.

Por isso, meu interesse em conhecer essa experiência de economia solidária realizada aqui no Ceará, pelo menos a experiência que se dá no âmbito da RCSES, teve como objetivo compreender o que esses sujeitos estão fazendo, o que estão construindo, o que estão dizendo, objetivando ampliar o nosso conhecimento sobre o discurso humano, como nos lembra Geertz (1989).

A economia solidária praticada por esses sujeitos e por aproximadamente dois milhões de indivíduos em todo o território nacional, não configura ainda um laço social alternativo ou um projeto que possamos considerar como superador da sociedade capitalista. O que essas experiências indicam é uma descrença, de uma parcela significativa das pessoas, no modo como a maioria das sociedades estão organizadas atualmente, sobretudo, no campo econômico, onde a lógica capitalista predomina.

As pessoas querem construir novos laços, querem participar ativamente da sociedade, querem viver com dignidade. No futuro, próximo ou distante, o movimento de economia solidária poderá ser estagnado ou mesmo desaparecer, mas, quando levamos em consideração as análises sociológicas, antropológicas e políticas sobre as sociedades capitalistas, concluímos que os principais projetos humanos (sonhos humanos: liberdade, igualdade, dignidade, solidariedade, felicidade, etc.) não são possíveis para parte significativa da população mundial, e que, portanto, a dimensão da resistência, da construção de projetos alternativos, de ideias novas, de significados que questionam o modelo civilizatório atualmente predominante, de teorias e práticas revolucionárias, continuará brotando do seio da própria sociedade.

Para onde caminha o movimento de economia solidária no Brasil, percebo que nem mesmo os seus teóricos têm alguma resposta, mas não podemos deixar de analisar seus significados, na medida em que são parte dos projetos humanos que estão investidos em modificar a sociedade que aí está.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Maria Neyára de Oliveira. Os (difíceis) caminhos da produção não-capitalista: o trabalho nos empreendimentos autogestionários. In: SILVA JR., Jeová Torres et al. **Gestão social: práticas em debate, teorias em construção**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2008.
- ALTMANN, Eliska. Tipificação, habitus e interdependência: emblemas para um debate sociológico. **Ciências Sociais Unisinos**, p.143-150, 2005.
- BAUMAN, Zygmunt. **Bauman sobre Bauman: diálogos com Keith Tester**. Trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.
- BEAUD, Stéphane. Preparar a pesquisa. WEBER, Florence; BEAUD, Stéphane. **Guia para a pesquisa de campo: produzir e analisar dados etnográficos**. Petrópolis: Editora Vozes, 2007.
- BEINSTEIN, Jorge. **Capitalismo senil: a grande crise da economia global**. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- BOURDIEU, Pierre. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.
- BOURDIEU, P. CHAMBOREDON, J. C. **O ofício de Sociólogo: Metodologia da pesquisa na sociologia**. Petrópolis: Vozes, 2004.
- BOURDIEU, Pierre. **Razões Práticas: sobre a teoria da ação**. Campinas: Papirus, 1994. (Espaço social e espaço simbólico).
- BRAGA, Elza Maria Franco. Socioeconomia solidária e a questão democrática: desvendando caminhos e utopias. **Revista de Ciências Sociais**, Fortaleza, vol. 35, nº 1, p. 59, 2004.
- CAILLÉ, Alain. Dádiva e associação. In: MARTINS, Paulo Henrique (org.). **A Dádiva entre os modernos: discussão sobre os fundamentos e as regras do social**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.
- CALLINICOS, Alex. Decifrando a crise global. **Margem Esquerda: ensaios marxistas**, São Paulo, nº 16, p. 23-28, junho de 2011.
- CARVALHO, Alba M. P. D. Experiências emancipatórias em tempos de crise e transição: potencialidades da utopia democrática. In: VI CONGRESSO PORTUGUÊS DE SOCIOLOGIA: MUNDOS SOCIAIS, SABERES E PRÁTICAS. Área temática: globalização, política e cidadania. Lisboa, 2008.
- CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social**. Petrópolis: Editora Vozes, 2008.
- CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. Trad. Roneide Venancio majer. 6. ed. São Paulo: paz e Terra, 1999. (A era da informação: economia, sociedade e cultura; v.1).
- CATTANI, Antonio David et al. **Dicionário internacional da outra economia**. Coimbra: Edições Almedina, 2009.

CHAUÍ, Marilena. Cultura e democracia. **Revista latinoamericana de Ciencias Sociales**, Buenos Aires, n° 1, p. 67, Junio de 2008.

CITÓ, Maria H. Camurça. Políticas públicas de economia solidária: uma proposta etnográfica de avaliação. **Revista Eletrônica de Ciências Sociais**, Fortaleza, n° 16, p. 147-163, março de 2011.

COLLINS, Randall. **Quatro tradições sociológicas**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

COSTA, Beatriz Morem. **Capital social e organizações do terceiro setor em Porto Alegre, 2004**. Tese de Doutorado. Curso de Doutorado em Sociologia, UFRGS.

DOURADO, Ivan Pentead. Economias Solidárias: Três níveis de representação e múltiplos sentidos. In: IX. REUNIÃO DE ANTROPOLOGIA DO MERCOSUL. GT. Abordajes antropológicas em torno a La Economía Social y solidaria: perspectivas de La Antropología Del Desarrollo. Curitiba, PR. 2011.

DURKHEIM, Émile. **A educação moral**. Petrópolis: Vozes, 2008.

_____. **O ensino da moral na escola primária**. Novos estudos - CEBRAP, São Paulo, n. 78, julho, 2007.

_____. **O suicídio: estudo sociológico**. 5. ed. Lisboa: Presença, 1992.

_____. **Da divisão do trabalho social**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

FILHO, Clarício dos Santos et al. Fundo rotativo solidário do fórum da economia do negro: uma experiência de finanças solidárias com recorte racial em Fortaleza, Ceará. **Revista do Centro Interdisciplinar de Desenvolvimento e Gestão Social - CIAGS & Rede de Pesquisadores em Gestão Social - RGS**, Salvador, vol. 3, n. 2, p. 188-200, julho / dezembro de 2012.

FORTE, Joannes Paulus Silva. **A igreja dos homens: o trabalho dos agentes de caritas para o desenvolvimento da economia popular solidária no Ceará, 2008**. Dissertação de Mestrado. Curso de Mestrado em Sociologia, UFC.

GAIGER, Luiz Inácio; ASSERBURG, Benno Hans. A economia solidária diante das desigualdades. **Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, vol. 50, n° 3, p. 499-533, 2007.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

_____. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro, RJ: Zahar, 1978.

_____. **Atrás dos fatos: dois países, quatro décadas, um antropólogo**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2012.

GODBOUT, Jacques. Homo donator versus homo oeconomicus. In: MARTINS, Paulo Henrique (org.). **A dádiva entre os modernos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

_____. **O espírito da dádiva**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1999.

GOFFMAN, Erving. **A representação do eu na vida cotidiana**. Petrópolis: Vozes, 2009.

GOLDMAN, Márcio. Os tambores dos mortos e os tambores dos vivos. Etnografia, antropologia e política em Ilhéus, Bahia. **Revista de antropologia**, São Paulo, vol. 46, n. 2, p. 12-17.

GUIMARÃES, Gonçalo. **Sindicalismo & cooperativismo a economia solidária em debate: transformações no mundo do trabalho**. São Paulo: UNITRABALHO, 1999.

GODELIER, Maurice. **O enigma da dádiva**. Lisboa: Edições 70, 1996. (Introdução).

HINTZE, Susana. **La política es un arma cargada de futuro: la economía social y solidaria en Brasil e Venezuela**. Buenos Aires: Fundación Centro de Integración, Comunicación y Sociedad - CICCUS; Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales - CLACSO, 2010.

JACQUES, Caroline da Graça. Entre a racionalidade econômica e a coesão social: um estudo sobre o Instituto Consulado da Mulher - Joinville/SC. *In*: IX. REUNIÃO DE ANTROPOLOGIA DO MERCOSUL. GT. Abordajes antropológicos en torno a la Economía Social y solidaria: perspectivas de la Antropología Del Desarrollo. Curitiba/PR. 2011.

JOAQUIM, João. Relembrando nossa história. **Bahia Análise & Dados**, Salvador, nº 1, p. 145-146, junho de 2002.

KRUPPA, Sonia M. Portella (org.). **Economia solidária e educação de jovens e adultos**. Brasília: Inep, 2005.

LANDER, Edgardo. Ciências sociais: saberes coloniais eurocêntricos. Edgardo Lander (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina: Colección Sur Sur, CLACSO, 2005.

LÖWY, Michel. Marxismo e religião: ópio do povo? *In*: BORON, A. Atilio. AMADEO, Javier. GONZÁLEZ, Sabrina (orgs.). **A teoria marxista hoje: problemas e perspectivas**. Buenos Aires: CLACSO, 2006.

MALINOWSKI, Bronislaw Kasper. **Argonautas do Pacífico ocidental: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné melanésia**. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política (livro primeiro): o processo da produção do capital**. 19. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. (Capítulo 1: A mercadoria).

MAUSS, Marcel. **Marcel Mauss: sociologia e antropologia**. São Paulo: Cosac Naify, 2003. (Ensaio sobre a dádiva: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas).

MILLS, C. Wright. **A imaginação sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

OLIVEIRA, Aécio Alves. A dialética do “fim” do trabalho. **Revista de Ciências Sociais** (Universidade Federal do Ceará), Fortaleza, número 1, p. 79-98, janeiro de 2003.

ORLANDI, Eni P. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. Campinas: Pontes, 2002.

PAULINO, Antonio G. L. **Economia Solidária como projeto cultural e político: a experiência do Banco Palmas**, 2008. Tese de Doutorado. Curso de Doutorado em Sociologia, UFC.

_____. Economia solidária como movimento cultural e político: redes de resistência e criatividade. In: IX. REUNIÃO DE ANTROPOLOGIA DO MERCOSUL. GT. Abordajes antropológicas en torno a la Economía Social y solidaria: perspectivas de la Antropología del Desarrollo. Curitiba, PR. 2011.

POLANYI, Karl. **A grande transformação: as origens da nossa época**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

QUINTANEIRO, Tania. **Um toque de clássicos: Max, Durkheim e Weber**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

RAMALHO, José Ricardo. SANTANA, Marco Aurélio. **Sociologia do trabalho**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.

SERPA, Luiz Carlos Moreira da Rocha. **Geração de trabalho e renda de forma sustentável através da economia solidária: a experiência do Banco Palmas**. 2008. Dissertação de Mestrado. Curso de Pós-Graduação em Economia - Mestrado Profissional, UFC.

SINGER, Paul. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Perseu Abramo, 2002.

_____. A economia solidária como ato pedagógico. In: KRUPPA, Sonia M. Portella (org.). **Economia solidária e educação de jovens e adultos**. Brasília: Inep, 2005.

ULHÔA, Joel Pimentel. **(Neo) Liberalismo? Uma introdução**. Uberaba: Editorial Cone Sul, 1999.

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Pioneira Editora, 1992.

_____. **Sociologia**. 4^o edição. São Paulo: Editora Ática, 1989. (Rejeições religiosas do mundo e suas direções)

_____. **Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. Brasília: Ed. UNB, 1994.

_____. **Metodologia das ciências sociais**, 2.ed. São Paulo: Cortez: Unicamp, 1993. (Parte 1).

WOOD, Ellen Meiksins. O que é (anti) capitalismo? **Revista Crítica Marxista**, 2006.

ZIZEK, Slavoy. A situação é catastrófica, mas não é grave. **Margem Esquerda:** ensaios marxistas, São Paulo, nº 16, p. 59, junho de 2011.